



**INSTITUTO FEDERAL**  
**PARANÁ**



Ministério da Educação

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**  
**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**  
**CÂMPUS PALMAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**VERSÃO 03**

**AUTORIZADO PELO DECRETO 84.784, DE 13/16/1980. RECONHECIDO PELA  
PORTARIA 76/83 – RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO PELA PORTARIA 264  
DE 14/07/2011 TRANSFERIDO PARA O IFPR PELA RESOLUÇÃO 11/10  
(RETIFICADO PELA RESOLUÇÃO 146/11)**

**PALMAS – 2014**

**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | Reitoria**

Rua João Negrão, 1285 - Rebouças - CEP 80.230-150 - Curitiba PR - Brasil. Fone/Fax: (41) 3535-1600

# **INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**

## **Reitor**

Irineu Mário Colombo

## **Reitor *Pro Tempore***

Ezequiel Westphal

## **Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação**

Ezequiel Burkarter

## **Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional**

Valdinei Henrique da Costa

## **Pró-Reitor de Administração**

Gilmar José Ferreira dos Santos

## **Pró-Reitora de Gestão de Pessoas**

Neide Alves

## **Pró-Reitor de Ensino**

Ezequiel Westphal

## **Diretora de Ensino Superior e Pós-Graduação**

Mirele Carolina Werneque Jacomel

## **Coordenadora de Ensino Superior**

Luiz Aparecido Alves de Souza

## **Direção Geral do Câmpus**

Luciano Martignoni

## **Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão**

Frank Silvano Lagos

## **Coordenação de Curso**

Everaldo Veres Zahaikévitch

## SUMÁRIO

<b>1 IDENTIFICAÇÃO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....</b>	<b>5</b>
<b>2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO .....</b>	<b>6</b>
2.1 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ .....	6
2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES .....	9
2.3 O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DO CÂMPUS PALMAS.....	10
<b>3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA .....</b>	<b>14</b>
3.1 HISTÓRICO DO CURSO .....	14
3.2 JUSTIFICATIVA .....	15
3.3 OBJETIVOS .....	16
3.4 FORMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA .....	16
3.4.1 Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão, Inclusão Social .....	17
3.4.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores .....	19
3.4.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores .....	20
3.4.4 Expedição de Diplomas.....	21
3.5 PERFIL DO EGRESSO.....	21
3.5.1 Áreas de Atuação do Egresso.....	22
3.5.2 Acompanhamento de Egressos .....	23
3.5.3 Registro Profissional.....	23
3.6 PERFIL DO CURSO.....	23
3.6.1 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.....	26
3.6.2 Estratégias Pedagógicas.....	27
3.6.3 Atendimento ao Discente .....	27
3.6.4 Educação Inclusiva.....	30
3.6.5 Integração com a Pós-Graduação e a Verticalização.....	31
3.6.6 Educação na Modalidade Semi-Presencial .....	31
3.7 AVALIAÇÃO .....	32
3.7.1 Avaliação da Aprendizagem.....	32
3.7.2 Plano de Avaliação Institucional.....	37
3.7.3 Avaliação do Curso .....	38
3.7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso .....	39
3.8 ESTRUTURA CURRICULAR .....	39
3.8.2 Componentes Curriculares Optativos.....	45

3.8.3 Componentes curriculares Eletivos .....	46
3.8.4 Representação Gráfica do Processo Formativo .....	46
3.9 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS.....	47
3.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO .....	78
3.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	79
3.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....	79
4.1 CORPO DOCENTE.....	80
4.1.1 Atribuições da Coordenação .....	80
4.1.2 Experiência da Coordenadora.....	81
4.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	82
4.1.5 Políticas de Capacitação Docente.....	86
4.1.6 Plano de Cargos e Salários dos Docentes .....	87
4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	87
4.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico-Administrativo .....	89
4.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnicos-Administrativos .....	89
5.1 ÁREA DE ENSINO ESPECÍFICA.....	91
5.2 ÁREA DE ESTUDO ESPECÍFICO .....	91
5.3 BIBLIOTECA .....	92
<b>6 PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO .....</b>	<b>94</b>
6.1 EXPANSÃO DO QUADRO DE DOCENTES.....	94
6.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO ...	98
6.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO .....	98
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>101</b>
ANEXO I.....	102
ANEXO III.....	110
ANEXO IV .....	114
ANEXO V .....	115

## **1 IDENTIFICAÇÃO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO**

**Curso:** Ciências Contábeis – Bacharelado

**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

**Quantidade de Vagas:** mínimo 20 e máximo 40

**Tipo de oferta:** Presencial

**Turno e horário de oferta do curso:** Noturno 19h30' às 23h 05'

**Tipo de Matrícula:** Por componente curricular

**Regime escolar:** Semestral

**Prazo de integralização curricular:** Mínimo oito e máximo quatorze semestres

**Ano de vigência da Matriz Curricular:** 2015

**Carga horária total:** 3067 horas relógio. 2584 horas/aulas de 50 minutos. Estágio Supervisionado: 153 horas/relógio. Atividades complementares: 130 horas/relógio. Trabalho de Conclusão: 200 horas/relógio.

**Local de funcionamento:** Câmpus Palmas – PR

**Tel:** (46) 3263-8900

**Home-page:** [www.palmas.ifpr.edu.br](http://www.palmas.ifpr.edu.br)

**Coordenadora do Curso:** Everaldo Veres Zahaikevitch

**Tel:** (46) 3263-8925 – sala coordenação

**Cel:** (42) 9951-4193

**E-mail:** [everaldo.veres@ifpr.edu.br](mailto:everaldo.veres@ifpr.edu.br)

## 2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Apresentam-se neste projeto as diretrizes que norteiam o Curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná, Câmpus Palmas.

### 2.1 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

O Instituto Federal do Paraná teve origem a partir da Lei 11.982 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Art. 2º da Lei 11.982/2008 caracteriza os Institutos Federais como sendo:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

O parágrafo 2º desse artigo salienta que “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais”.

Em todo o Brasil, existem 38 Institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O Art. 5º da Lei 11.982/2008 determina a presença dos Institutos Federais nas diferentes unidades da federação, indicando em seu inciso XXV a criação do Instituto Federal do Paraná, mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

As finalidades e características dos Institutos Federais e, portanto, do Instituto Federal do Paraná (IFPR) são descritas nos incisos do Art. 6º da referida lei, como sendo:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;  
II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A partir disso, estabelecem-se os objetivos dos Institutos Federais, descritos no Art. 7º da mesma lei:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior.

O grande diferencial dos Institutos Federais é a oferta de todos os níveis de ensino na mesma instituição. Pela primeira vez é possível oferecer, no mesmo local, desde a Educação Básica (cursos de nível médio e técnico) até a Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado). O Ensino Superior será ministrado nos Institutos Federais, observando o disposto nas alíneas do Art.7º, inciso VI, que dá a abrangência de atuação desse nível nas instituições vinculadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) conta com 14 Câmpus, ofertando cursos em nível médio, técnico e superior, além da oferta de cursos na modalidade a distância em mais de 230 municípios paranaenses e em outras unidades da Federação. Os Câmpus do IFPR estão localizados nos municípios de Assis Chateaubriand, Campo Largo, Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Telêmaco Borba e Umuarama.

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais se destaca no crescimento econômico e na qualidade de vida, conforme revela seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. A economia paranaense está entre as cinco maiores do país, tendo apresentado, no ano de 2008, um crescimento de 5,8%, atingindo um PIB de 169,8 bilhões de reais, correspondente a 5,84% do PIB nacional (IPARDES, 2008).

Na composição do PIB paranaense, o setor de serviços é o que mais se destaca, correspondendo a 62,7% do total, seguido dos setores industrial e agropecuário, que participam, respectivamente, com 29,1% e 8,2%.

O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada, na qual se destacam a soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar. Na pecuária, o maior destaque é da avicultura, que corresponde a 25,3% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,2% e 16,0%, respectivamente (IPARDES, 2008).

No setor industrial, predominam os segmentos de alimentos e bebidas, refino de petróleo e fabricação/ montagem de veículos automotores.

No comércio internacional se destacam as transações principalmente, com a Argentina e a Alemanha. Entre os principais produtos exportados estão o soja,

material de transporte e carne, enquanto os mais importados são materiais de transporte, produtos químicos e derivados de petróleo.

O IFPR oferece condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação da força de trabalho, necessárias ao estímulo do desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Por isso, a distribuição espacial dos Câmpus procurou contemplar o estado como um todo, situando as unidades em municípios considerados polos de desenvolvimento regional. Nesse ínterim, já está prevista a ampliação da rede por meio da implantação de novos Câmpus e núcleos avançados, vinculados diretamente aos Câmpus instalados, sendo que a expansão futura deverá contemplar as regiões com carência de atendimento e com baixo IDH.

## 2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

Prevendo a ampla participação da sociedade em todas as suas esferas a Missão do IFPR é “promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade”.

Dessa missão, deriva-se a visão institucional: “ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social”.

Os valores definidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional são os que seguem: Pessoais; Visão sistêmica; Educação de qualidade e excelência; Eficiência e eficácia; Ética; Sustentabilidade; Qualidade de vida; Diversidade humana e cultural; Inclusão social; Empreendedorismo e inovação; Respeito às características regionais; Democracia e transparência.

Com essa perspectiva de ampla participação social e de transformação da realidade, a finalidade do IFPR “de acordo com a Lei de criação (Lei nº 11.892/08) e com seu Estatuto, o IFPR tem as seguintes finalidades e características”:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A partir do compromisso social, que se evidencia, o IFPR se propõe a ofertar uma formação sólida, com base na ética e nos valores democráticos como princípios fundamentais à educação e à produção de conhecimentos, permitindo uma integração efetiva entre os membros da comunidade escolar, a sociedade e o mundo do trabalho.

### 2.3 O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DO CÂMPUS PALMAS

A história de Palmas iniciou-se há quase três séculos, na década de 1720. Em 1855 Palmas foi elevada à categoria de Freguesia. Em 1877 Palmas se tornou a “Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas” e, algum tempo depois, município autônomo.

Palmas, era habitada por índios e, inicialmente, ocorreu a miscigenação com seus imigrantes, os portugueses colonizadores e os negros escravos. Após 1880, houve também a chegada de alemães, italianos, poloneses, espanhóis e sírio-libaneses, além da contínua entrada de portugueses.

Localizada na região dos Campos do Centro-Sul do Estado, faz parte do chamado Paraná tradicional de economia pecuarista. Entre as outras atividades

econômicas da região, estão a agricultura, indústria, fruticultura, silvicultura, cunicultura, apicultura, sericultura, extração vegetal, além do setor terciário de comércio e serviços.

Entre 2000 e 2004, Palmas foi um dos municípios com maior crescimento econômico no estado. Além do papel de destaque da pecuária, também se pode destacar a fruticultura da maçã, que é considerada pela Europa a melhor do mundo, sendo a maçã de Palmas, a segunda melhor do Brasil.

A cidade conta com algumas atrações turísticas e culturais, entre as quais destacam-se o artesanato, o Rodeio Interestadual, Centros de Tradição Gaúcha, a Expo Palmas, Cavalhadas, além das comidas típicas e de diversos outros eventos. Outra atração de destaque em Palmas são suas fazendas históricas, que preservam as características do passado. Algumas delas existem há mais de um século, guardando a arquitetura e utensílios da época.

Palmas foi, durante muito tempo, o mais importante pólo de ensino superior do sudoeste do estado. Ainda hoje concentra boa parte das vagas disponíveis para a região.

Palmas é, socialmente, uma das mais desiguais cidades do Paraná. Entre 1991 e 2000, o Índice Gini do município disparou de 0,610 para 0,660. De fato, Palmas é o 15º município mais desigual do Sul do Brasil e o 9º, neste quesito, no Estado do Paraná. No ano 2000 a porção da renda abocanhada pelos 10% mais ricos da população era de 56,5% da renda total, contra apenas 7,3% dos 40% mais pobres.

É nesse contexto que se instaura o Câmpus Palmas do IFPR, cuja origem advém da transformação do Centro Universitário Católico do sudoeste do Paraná – UNICS, de Palmas, em março de 2010, que passava por grandes dificuldades financeiras. Para não prejudicar os alunos, bem como toda a região, o Governador do estado do Paraná, Roberto Requião, determinou a desapropriação do imóvel e, imediatamente, fez convênio com o Ministério da Educação para que lá fosse criada uma instituição federal de ensino, que ofertasse educação superior, de qualidade e gratuito, para toda a região.

O Instituto Federal do Paraná – IFPR – Câmpus Palmas nasceu, portanto, da desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, instituição de natureza privada, mantida pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA.

Registros históricos relatam que no ano de 1968 aconteceu a instalação e autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, pelo Decreto Federal 63583/68 – com quatro cursos: Filosofia, História, Pedagogia e Letras.

Em 1972, em Assembleia Geral Extraordinária, o Diretor-Presidente do CPEA propôs a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, com sede em Palmas, propugnando pela implantação de uma Universidade que unificasse e expandisse o Ensino Superior na região, projeto que acabou não se concretizando.

Entre 1979 e 1980 foram criadas e autorizadas as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL, instaladas com apoio do Poder Público Municipal – Lei Municipal nº 654/79 – Decreto Federal 84784/80 – sob a Administração do CPEA e com os cursos iniciais: Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – depois Licenciatura em Educação Física e em 1985, Administração Rural e Licenciatura em Ciências – Habilitações: Matemática, Biologia e Química.

Em 1987 a administração do CPEA/Faculdades de Palmas voltou-se para a expansão das instalações físicas, com aquisição de uma área de 30 alqueires, com abertura dos primeiros caminhos no terreno e início da construção do Câmpus II na PRT 280.

Em 1990 houve esforço para instalação de uma Universidade Regional, a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu – UNIVALE, integrando as instituições FAFI e FACEPAL de Palmas, FAFI e FACE de União da Vitória, FUNESP de Pato Branco e FACIBEL de Francisco Beltrão, todas localizadas no Sul e Sudoeste do Paraná.

Diante da impossibilidade colocada pelo governo em cumprir o que estava legalmente certo e definido, as Instituições de Ensino Superior que integraram o projeto da UNIVALE, buscaram outros caminhos. Assim em 1992 as Faculdades de Palmas assinaram em convênio de Amparo Técnico e Financeiro com o Estado, destinado ao subsídio das mensalidades e a compra de equipamentos, materiais e instrumentais.

Em outubro de 1993, sem abandonar a proposta de uma Universidade Regional, as Faculdades de Palmas protocolaram em Brasília um novo Processo, solicitando via reconhecimento do CFE/MEC, a implantação da Universidade Católica do Sudoeste do Paraná, com proposição de vários cursos novos. O

processo foi arquivado em razão do fechamento do Conselho Federal de Educação, pelo Presidente da República.

No decorrer de 1998, estruturado o novo Conselho Nacional de Educação, pautado em Políticas Nacionais redefinidas com base na Lei 9394/96, foi encaminhado um processo solicitando a transformação da FAFI/FACEPAL em Centro Universitário. Para a instrumentalização do Processo foi necessário solicitar a mudança de categoria de Faculdades isoladas, para Faculdades Integradas de Palmas, o que foi aprovado em 15 de fevereiro de 2001 – Portaria MEC 285/2001.

Em 2002, através da Portaria do MEC 2993/2002 as Faculdades Integradas de Palmas, passaram a denominar-se Faculdades Integradas Católica de Palmas e em maio de 2004 pela Portaria Ministerial 1274/04 – são transformadas em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS, com alteração posterior do nome para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.

A partir de 2004, com a autonomia concedida aos Centros Universitários pela legislação em vigor, o UNICS, instalou novos cursos tais como Farmácia, Enfermagem, Direito, Engenharia Civil e Agronomia.

No início de 2009 a administração do CPEA/UNICS, passou a focar-se na inclusão da IES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, programa novo do Governo Federal de expansão do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico lançado em dezembro de 2008. Esta iniciativa contou, desde o princípio, com a integração de lideranças políticas locais, regionais e nacionais, pessoas representativas de diversos movimentos, associações e outras, que deixando de lado ideologias e agremiações partidárias se uniram em torno da causa da Federalização do UNICS, por entenderem que esta conquista seria uma importante alavanca para o desenvolvimento de Palmas e Região.

Em 17 de março de 2010, aconteceu no Câmpus II, do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, o ato oficial de desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do UNICS e a Instalação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR – Complexo Tecnológico D. Agostinho José Sartori.

No dia 14 de junho de 2010, a Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação, através da Portaria nº. 728/2010, publicada no DOU nº112 de 15 de junho de 2010, aprovou a incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR, e declarou extinto o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS.

Desta forma o Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA, mantenedora do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, contando com o relevante e abnegado papel do Bispo Diocesano, do Bispo Emérito e a aprovação da Santa Sé abriu mão da condição de Institucional Católica, por uma causa maior.

Com os olhos voltados para a população mais carente, e principalmente diante da importância de um Instituto Federal em Palmas, não só como propulsor ao desenvolvimento socioeconômico de Palmas e da Região, mas, também, pela socialização do acesso ao ensino superior gratuito, tomou diante do atual contexto, a decisão que julgou mais viável e justa, deixando um profundo agradecimento a todos que tornaram esta causa possível.

### **3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

O Curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná, Câmpus Palmas, iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, a partir da Federalização do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná - UNICS. Por isso torna-se necessário um breve histórico do curso na instituição anterior.

#### **3.1 HISTÓRICO DO CURSO**

De acordo com os registros no Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, o Curso de Ciências Contábeis – Bacharelado foi criado a partir do Decreto nº. 84.784/80 de 13/06/80 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação – CEE e reconhecido através da Portaria 76/83 de 18/02/83. A última renovação de reconhecimento no Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS foi com a Portaria nº. 1.275, de 17 de maio de 2004, publicada em D.O. no dia 18/05/2004. A renovação após a instalação do Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Paraná – IFPR, foi emitida em 18 de julho de 2011 com a publicação da Portaria nº 264 de 14 de julho de 2011, conforme esta portaria foi mantido o código 161 55 para o curso, 14724 para o Instituto Federal de

Educação Ciências e Tecnologia do Paraná e 391 para a Mantenedora que passou a ser o Ministério da Educação.

### 3.2 JUSTIFICATIVA

O curso de Ciências Contábeis no atual Câmpus Palmas do IFPR, está com mais de 30 anos de experiência, formou profissionais de qualidade que estão atuando em diferentes segmentos. O Curso possibilita aos egressos atuarem em diversos ramos da contabilidade, sendo um agente transformador, atento às mudanças da legislação e respeitando os princípios e normas contábeis nacionais e internacionais.

O Município de Palmas – PR, com o processo de industrialização, mais especificamente, processos ligados à madeira e produção de compensados para exportação, tem gerado maior concentração de renda, principalmente pela política de exportação. Este ramo de atividade entre outros geram uma demanda de emprego aos egressos do curso de Ciências Contábeis.

Conforme dados relatados por agentes e órgãos municipais, além do retorno de impostos para o município o trabalho teve uma evolução tecnológica. Observa-se que para formação do profissional contábil exigem-se características necessárias para o mercado. Por isso na reformulação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC foram atualizadas as ementas, excluídas alguns componentes curriculares e incluídas outras que contemplam a atualidade no conhecimento contábil.

É necessário destacar, a alteração com a Lei 12.249/2010, que estabelece que os contabilistas somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Ciências Contábeis e aprovação em Exame de Suficiência para obter o registro no Conselho Regional de Contabilidade. De acordo com esta lei, para o Curso de Ciências Contábeis, nas provas do exame os componentes curriculares abrangidos são: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade Gerencial, Noções de Direito, Matemática Financeira e Estatística, Teoria da Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil, Controladoria e Língua Portuguesa Aplicada.

Essa é apenas uma das várias mudanças que atingiram a área contábil nos últimos cinco anos. O Conselho Federal de Contabilidade – CFC destaca que o fortalecimento da presença das empresas brasileiras no mercado financeiro internacional fez aumentar a demanda por profissionais com um perfil mais estratégico e voltado para o mundo dos negócios.

Portanto, faz-se necessário ofertar o curso para melhorar a qualificação daqueles que já atuam na área contábil, e daqueles que desejam ingressar na carreira da contabilidade.

### 3.3 OBJETIVOS

O objetivo Geral do curso é desenvolver um processo de ensino-aprendizagem que possibilite, além da formação profissional na área Contábil, ampliar a cidadania, o senso ético-profissional e a formação técnica, humana e científica, condizentes com as transformações regionais, sociais, políticas e organizacionais contemporâneas.

Os objetivos específicos são:

- a) formar profissionais responsáveis com o exercício da profissão e capazes de conviver e desenvolver suas atribuições em espírito de equipe, formular e aceitar críticas, participar em iniciativas que conduzam ao interesse da organização onde atuam e da sociedade.
- b) formar profissionais que pratiquem a fraternidade, solidariedade e equidade social, isto é, que pratiquem a cidadania em sua plenitude.
- c) formar profissionais aptos, ética e comprometidos com a sua realidade.
- d) trocar experiências com os demais cursos do IFPR buscando a interdisciplinaridade, visando integrar o processo de ensino-aprendizagem ao processo de formação e desenvolvimento profissional.

### 3.4 FORMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA

O acesso ao Curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas será realizado por meio de dois instrumentos de seleção de

candidatos: parte das vagas através de Processo Seletivo do IFPR normatizado por Edital Próprio, regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em conjunto com o Câmpus e a outra parte das vagas é destinada para seleção de candidatos através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) o qual utiliza as notas do ENEM. Os percentuais de vagas para cada processo seletivo serão definidos anualmente pelo IFPR e aprovado na instância competente. Para ocupação de vaga no curso o candidato deve ter concluído o Ensino Médio.

O IFPR adota o sistema de cotas para ingresso nos seus cursos: 40% das vagas são destinadas à cota social; 20% à cota racial, 5% para candidatos com deficiência e 5% para candidatos indígenas.

Havendo vagas remanescentes, a partir do 2º período do curso, poderão ser oferecidas vagas para transferências internas e externas, mediante a publicação de edital específico com os critérios para este processo.

#### 3.4.1 Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão, Inclusão Social

A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais e é posta em prática, através da oferta periódica de vários Programas de Bolsas de Estudos, sendo regulamentada através da Resolução CONSUP nº 011 /2010.

Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã, pautando-se nos seguintes princípios:

- I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;
- II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
- III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
- IV. Defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento a liberdade de expressão;

V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

São Programas de Bolsas e auxílios do IFPR: o Programa Institucional de Iniciação Científica – PIIC, o Programa de Bolsas de Extensão, o Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS, o Programa de Auxílio Complementar ao Estudante – PACE e o Programa de Apoio a Eventos Estudantis.

O Programa Institucional de Iniciação Científica – PIIC é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação e integra todos os programas de iniciação científica de agências de fomento. Este programa tem como objetivos despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, propiciar à Instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação, estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação, contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artística-cultural, proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa, além de contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional. O PIIC do IFPR é regulamentado através da Resolução CONSUP nº 11/11.

O Programa de Bolsas de Extensão tem por objetivos principais incentivar as atividades de extensão com vistas a produção e divulgação do conhecimento a partir da realidade local, contribuir com a formação do estudante em seus aspectos técnico tecnológico e humano, promover a participação de servidores e estudantes em atividades de integração com a sociedade, incentivar a interação entre o conhecimento acadêmico e o popular contribuindo com políticas, públicas, assim como, colaborar com a articulação entre ensino pesquisa e extensão.

O Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS consiste em oportunizar aos alunos, com vulnerabilidade socioeconômica, remuneração financeira como incentivo à participação em propostas acadêmicas, que contribuam com a sua formação. Para a participação no referido programa será considerado, além da

avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho do estudante no curso.

O estudante poderá participar do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social através de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão ou ainda àquelas atividades administrativo-pedagógicas, tais como: coordenações de curso, bibliotecas, laboratórios, unidades administrativas (tanto nos Campi como nas Pró-Reitorias, Gabinete do Reitor e Assessorias da Reitoria) entre outros, sendo que, em qualquer um dos projetos/propostas ou atividades em que o estudante for selecionado será obrigatória a orientação direta de um responsável docente ou técnico-administrativo. A regulamentação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social está expressa na Resolução CONSUP nº 64/10.

O Programa de Auxílio Complementar ao Estudante - PACE está regulamentado pela Resolução da Política de Apoio Estudantil e pela Instrução Interna de Procedimentos Nº 20/PROENS, de 27/02/2012. O PACE, objetiva oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, por meio da oferta de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte, contribuindo para sua permanência e conclusão do curso.

O Programa de Apoio a Eventos Estudantis, por sua vez, consiste em oportunizar aos estudantes enriquecimento em sua formação profissional e humanística, através de apoio financeiro ou logístico aos estudantes regularmente matriculados no IFPR para participarem de eventos locais, estaduais e nacionais, de natureza acadêmica, científica, cultural e esportiva. Este programa está regulamentado através da Resolução 65/2010 e é ofertado através de edital, com inscrições ao longo do ano letivo.

### 3.4.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores

De acordo com a Resolução 55/2011 – CONSUP/IFPR, o aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares ou etapas (séries, módulos, blocos) cursadas com êxito em outro curso. Nos cursos de Graduação, o aproveitamento de ensino compreende a possibilidade

de aproveitamento dos componentes curriculares cursados em outro curso de ensino superior, quando solicitado pelo aluno.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado por Comissão de Análise composta de professores da área de conhecimento, seguindo os seguintes critérios:

I. correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursados. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada no componente curricular do curso do IFPR;

II. além da correspondência entre os componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Secretaria Acadêmica do Câmpus, durante o prazo estabelecido no calendário acadêmico, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e do programa do componente curricular, autenticados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC.

É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino diferentes, bem como de período inferior a três anos da solicitação, que deverá ser comprovado com documentação hábil, sendo o histórico acadêmico, ementas e planos de ensino.

### 3.4.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores

De acordo com a Resolução 55/2011 – CONSUP/IFPR, entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação. A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com a natureza e o período do conhecimento a ser certificado.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou

por iniciativa de professores do curso.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografia, bem como para Estágio Supervisionado.

#### 3.4.4 Expedição de Diplomas

Concluído o curso, o acadêmico terá outorgado o grau pelo Magnífico Reitor ou seu representante, podendo, a partir de então, exercer a profissão. A comprovação de titularidade se dará através de diploma, expedido após a cerimônia de colação de grau, mediante o preenchimento de todos os requisitos acadêmicos previstos para esse fim. Os trâmites legais para a expedição de diplomas e certificados ficam a encargo da Secretaria Acadêmica que atuará com base nos preceitos de seu regulamento.

A diplomação se dará de acordo com a Resolução 55/11 IFPR (CAPÍTULO XIV, ARTIGOS 114 E 115). Os diplomas relativos a cursos de graduação conferirão os títulos especificados em cada currículo.

O diploma conterà, no anverso, o título geral correspondente ao curso, especificando-se no verso, as habilitações. As novas habilitações, adicionais ao título já concedido, serão igualmente consignadas no verso, dispensando-se a expedição de novo diploma.

O ato coletivo de colação de grau dos concluintes de curso de graduação será realizado em sessão solene, em dia, hora e local previamente designados pelo reitor. Os acadêmicos concluintes que não colarem grau na cerimônia de formatura poderão fazê-lo, em dia e hora designados pelo reitor, na presença de, pelo menos, dois professores, em sessão solene realizada em gabinete.

### 3.5 PERFIL DO EGRESSO

De acordo com a Resolução CNE/CES nº. 10 de 16/12/2004, o profissional egresso do Curso de Ciências Contábeis – Bacharelado, será capaz de:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares;
- VI - exercer suas responsabilidades com o domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos, quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Em conformidade com a Resolução CNE/CES nº. 10 de 16/12/2004, o egresso do curso de Ciências Contábeis estará habilitado a atuar na profissão contábil com responsabilidade, ética e comprometimento na execução dos serviços contábeis, em organizações empresariais, instituições públicas, privadas ou de terceiro setor. Exercendo consultoria tributária, fiscal e trabalhista, perícias judiciais e extrajudiciais, auditorias; ou na execução de serviços de forma autônoma.

### 3.5.1 Áreas de Atuação do Egresso

O aluno egresso do curso de Ciências Contábeis atuará na organização e execução dos serviços de contabilidade em geral; na escrituração do conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrativos; realizará e/ou participará de perícias judiciais e extrajudiciais, auditoria e revisão de balanços e de contas em geral; prestará assistência aos conselhos fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica estabelecida por lei aos profissionais de contabilidade. Em síntese, sua atuação será em: instituições públicas; instituições privadas; instituições do terceiro setor; empresas de consultoria; atividades autônomas; escritórios de contabilidade.

### 3.5.2 Acompanhamento de Egressos

O acompanhamento do egresso é uma ferramenta importante que possui vários objetivos, como: obter informações sobre a opinião dos egressos acerca da qualidade do curso; levantar dados em relação à formação continuada; investigar a atuação dos alunos recém-formados no mercado de trabalho, se estão exercendo atividades na sua área de graduação; possibilitar o conhecimento das dificuldades do egresso para a integração na área de sua formação e no o mercado de trabalho; verificar a empregabilidade; manter a comunicação entre os ex-alunos e a Instituição.

Por esses objetivos, será mantido um banco de informações, com os dados dos alunos, tais como nome, endereço, telefone e e-mail, para serem contatados, contribuindo com o conhecimento da demanda por profissionais da área e possíveis melhorias na qualidade do curso. Assim, a comunicação aberta entre Instituição, egressos e sociedade será mantida.

### 3.5.3 Registro Profissional

A partir da aprovação da Lei 12.249/2010, os profissionais de contabilidade terão que se submeter a um exame de suficiência para obter o registro profissional conferido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Para isso, o aluno egresso, do Curso de Ciências Contábeis, deve ir à sede do Conselho Regional de Contabilidade ou a uma Delegacia Regional, com os documentos originais e cópias do diploma, documentos pessoais e duas fotos 3x4, para fazer a inscrição e realizar a prova de suficiência. As avaliações são realizadas em duas edições em cada ano, frequentemente uma no mês de março e outra em setembro ou outubro.

## 3.6 PERFIL DO CURSO

A organização curricular do curso de Ciências Contábeis, Bacharelado está fundamentada na Resolução CNE/CES nº. 10, de 16 de dezembro de 2004, sendo

que a carga horária total do Curso é de 3067 horas, distribuídas em 8 semestres letivos. Desse total, 2584 horas são destinadas aos componentes curriculares do curso, que envolvem os temas de formação: administração, economia, direito, análises matemáticas, finanças, teorias da contabilidade, atividades atuariais, informações financeiras e patrimoniais, arbitragem, auditoria e perícia contábil, ética, meio ambiente e contabilidade societária.

Outras 483 horas/relógio são para Estágio Supervisionado Obrigatório (153 horas) para Atividades Complementares (130 horas) e Trabalho de Conclusão (200 horas), que dão um caráter dinâmico e integrador ao curso.

O Estágio Supervisionado Obrigatório constitui uma forma de relacionar a teoria com a prática e inserir o aluno no mundo do trabalho. Do qual consta o regulamento anexo a este PPC.

O curso de Ciências Contábeis do Câmpus Palmas tem como marco legal, a Portaria de reconhecimento do curso de Ciências Contábeis é de 18/02/83, sob nº. 76/83 e os atos legais de regulamentações e renovações são conforme segue:

- Decreto nº. 1.339, de 09 de novembro de 1905 – reconhece os diplomas da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, como de caráter oficial;
- Decreto nº. 17.329, de 28 de maio de 1926 – aprova o regulamento para os estabelecimentos de Ensino Técnico Comercial, reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal;
- Decreto nº. 20.158 - de 30 de junho de 1931 – organiza o Ensino Comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências;
- Decreto nº. 21.033 - de 08 de fevereiro de 1932 – estabelece novas condições para o registro de Contador e dá outras providências;
- Decreto-lei nº. 1.535 - de 23 de agosto de 1939 – altera a denominação a denominação do Curso de Perito Contador e dá outras providências;
- Decreto-lei nº. 5.844, de 23 de setembro de 1943 – dispõe sobre a suspensão do exercício da profissão e dá outras providências;
- Decreto-lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- Decreto-lei nº. 6.142, de 28 de dezembro de 1943 – disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- Decreto-lei nº. 7.938, de 22 de setembro de 1945 – dispõe sobre a fiscalização do exercício da profissão de contabilista e dá outras providências;
- Decreto-lei nº. 7.988, de 22 de setembro de 1945 – dispõe sobre o Ensino Superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais;
- Decreto-lei nº. 8.191, de 20 de novembro de 1945 – disposições relativas ao Curso Básico e a seus atuais alunos da terceira e quarta série. “Art. 1º - Ao aluno que concluir o Curso de Contabilidade previsto pelo decreto-lei nº 6.141/43, será conferido o Diploma de Técnico em Contabilidade em substituição ao Diploma de Guarda-Livros;
- Decreto-lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946 – Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-Livros e dá outras providências;
- Decreto-lei nº. 9.710, de 03 de setembro de 1946 – dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº. 9.295/46;

-Lei nº. 570, de 22 de dezembro de 1948 – que criou o Conselho Federal de Contabilidade e dá outras providências;

-Lei nº. 2.811, de 02 de julho de 1956 – dispõe sobre apostilamento de diploma Técnico em Contabilidade conferido aos ex-alunos do antigo Curso de Contador, mediante exames de suficiência;

-Lei nº. 3.384, de 28 de abril de 1958 – dá nova denominação à profissão de Guarda-Livros (Técnico da Contabilidade);

-Resolução nº. 107, de 13 de dezembro de 1958, do Conselho Federal de Contabilidade, regulamenta as funções privativas nos setores público e privado dos Contadores;

-Lei nº. 4.595, de 22 de junho de 1965 – dispõe sobre a composição do Conselho Federal de Contabilidade e dá outras providências;

-Lei nº. 4.728, de 14 de julho de 1965, trata-se da Legislação Brasileira Relacionada à Auditoria;

-Decreto-lei nº. 1.040, de 21 de outubro de 1969 – dispõe sobre o número de membros do Conselho Federal de Contabilidade e dá outras providências;

-Resolução nº. 290, de 30 de setembro de 1970, do Conselho Federal de Contabilidade, cria o Código de Ética Profissional que define atitudes a serem observadas pelos Contadores, no exercício de sua profissão, bem como seus direitos e deveres;

-Lei nº. 5.869, de 1973 – dispõe sobre a legislação ampla, clara e aplicável às Perícias Judiciais no Brasil;

-Lei nº. 5.925, de 1973, trata-se das alterações da legislação ampla, clara e aplicável às Perícias Judiciais no Brasil;

-Lei nº. 6.206, de 07 de maio de 1975 – dispõe sobre a expedição de carteira pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional e dá outras providências;

-Decreto nº. 84.784 de 12 de junho de 1980, do Governo do Estado do Paraná Publicado em D.O. em 13 de junho de 1980, autoriza o funcionamento do curso de Ciências Contábeis - Bacharelado, com 75 (setenta e cinco) vagas semestrais;

-Portaria nº. 76 de 21 de fevereiro de 1983, do Governo do Estado do Paraná Publicado em D.O. em 21 de fevereiro de 1983, reconhecimento do curso de Ciências Contábeis - Bacharelado;

-Resolução nº. 560, de 28 de outubro de 1983, do Conselho Federal de Contabilidade, dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº. 9.295/46;

-Lei nº. 7.270, de 10 de dezembro de 1984 – dispõe sobre a escolha dos peritos, para as perícias judiciais ou extrajudiciais e dá outras providências;

-Lei nº. 8.455, 1992, trata-se das alterações da legislação ampla, clara e aplicável às Perícias Judiciais no Brasil;

-Portaria nº. 3.271, de 27 de novembro de 2002, renovação de reconhecimento, publicada em D.O. no dia 29/11/2002;

-Portaria nº. 3.275, de 27 de dezembro de 2002, aprovação da nova matriz curricular para o Curso de Ciências Contábeis - Bacharelado, que entrou em vigor no 1º Semestre de 2003, publicada em D.O. no dia 29/11/2002;

-Portaria nº. 1.275, de 17 de maio de 2004, renovação de reconhecimento, publicada em D.O. no dia 18/05/2004;

-Em 30/09/2008 foi aprovada pelo CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - a nova matriz curricular para o Curso de Ciências Contábeis - Bacharelado, que entrou em vigor no 1º Semestre de 2009.

-Exame de Suficiência, instituído pela Lei nº.12.249/2010, que alterou o artigo 12 do Decreto-Lei nº. 9.295/46, de acordo com a nova redação, esse artigo estabelece que os profissionais contábeis somente poderão exercer a profissão mediante os seguintes requisitos: conclusão do curso de Ciências Contábeis - Bacharelado, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

-Portaria nº 264, de 14 de julho de 2011, renovação de reconhecimento publicada em D.O. no dia 19/07/2011;

### 3.6.1 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O Estatuto do IFPR institui o seu currículo como fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional. Sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

As ações de extensão e de interação com a sociedade constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal e a sociedade. As atividades de extensão e de interação com a sociedade têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social e cultural, através da oferta de cursos e realização de atividades específicas.

A pesquisa no IFPR é um processo de produção de conhecimento que atende as demandas dos arranjos produtivos, social e cultural do território em que o Câmpus está inserido, e o interesse institucional. Deve ancorar-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social. As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

As ações de pesquisa e extensão deverão buscar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão: as ações de pesquisa devem articular-se à extensão e vice-versa e ambas deverão vincular-se à formação de pessoas, tendo sempre o aluno como protagonista deste processo.

A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão deverá estar presente em todos os momentos ou todos os componentes curriculares em que se fazem

presentes, na condução do processo pedagógico de ensino e de aprendizagem dos estudantes.

O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, quando bem articulados, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, e discentes e docentes constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos. A pesquisa e a extensão, em interação com o ensino, com a universidade e com a sociedade, possibilitam operacionalizar a relação entre teoria e prática, a democratização do saber acadêmico e o retorno desse saber à universidade, testado e reelaborado.

Portanto, pensar e concretizar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão constitui-se na afirmação de um paradigma de universidade que deve produzir conhecimentos e, efetivamente, torná-los acessíveis à formação dos novos profissionais e aos mais variados segmentos da sociedade.

### 3.6.2 Estratégias Pedagógicas

O curso proporciona ao acadêmico apoio de uma equipe multidisciplinar como Psicólogos, Pedagogos, Assistentes Sociais dentre outros. A coordenação mantém contatos periódicos com os diferentes períodos do curso, procurando estreitar o relacionamento e a comunicação entre os acadêmicos, o curso e a instituição. Leva ao conhecimento dos alunos informações acerca de documentos institucionais e de atividades de apoio ao acadêmico, informações concernentes à instituição e ao funcionamento do curso, orientando-os quanto a seus direitos, deveres, procedimentos acadêmicos e os encaminhamentos que se fazem necessários. O curso promove atendimento extraclasse, realização de palestras e outros eventos.

### 3.6.3 Atendimento ao Discente

O Programa de Atendimento ao Discente no Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas visa assegurar a todos os estudantes o apoio necessário no decorrer de sua trajetória acadêmica, em especial:

- 1) Orientar os alunos sobre questões acadêmicas de caráter preventivo e informativo, tais como didático-pedagógico, de saúde, alimentação e de relacionamento humano e também pessoais na medida em que interfiram no processo de ensino-aprendizagem;
- 2) Garantir acesso e permanência com qualidade a todos os alunos, com especial atenção aos Portadores de Necessidades Especiais;
- 3) Proporcionar possibilidades de nivelamento de estudos aos que apresentarem lacunas de aprendizagem;
- 4) Apoiar a participação dos discentes em eventos (esportivos, artísticos, sociais...) que colaborem e complementem sua formação;
- 5) Fazer encaminhamento para profissionais e serviços especializados, se necessário;
- 6) Levantar dados sobre o perfil socioeconômico dos estudantes para posterior implantação de projetos, entre outros.

Dentro desse programa está inserido o Atendimento Pedagógico que pretende, principalmente, orientar e auxiliar os acadêmicos da instituição no tocante as lacunas no processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de potencializá-lo.

Torna-se relevante à medida que atende aos acadêmicos em sua diversidade e, através de conversas e orientações reservadas, busca estratégias de organização dos estudos, superação das dificuldades de aprendizagem, resolução de problemas pessoais que estejam interferindo na vida acadêmica, análise do curso e enquadramento pessoal dentro do mesmo, reflexão sobre as relações interpessoais (professor-aluno, aluno-aluno, coordenação de curso-aluno), entre outras.

Sabe-se que o processo de aprendizagem é extremamente amplo e que muitos fatores o influenciam. Numa realidade universitária, onde os alunos são oriundos de diversos segmentos sociais e com qualidades de escolarização básica diversas, é importante que haja uma preocupação em oferecer a igualdade de condições para o acesso e para a permanência na escola, uma vez que esses são direitos garantidos aos cidadãos brasileiros pelas legislações que regem o ensino no Brasil.

O Atendimento Pedagógico vem ao encontro da garantia desse direito, investindo no acadêmico e buscando o seu potencial, que pode ficar esquecido caso não haja uma preocupação específica, como a que acontece nas conversas e aconselhamentos. Sabe-se que o conhecimento é construído e transformado

coletivamente, e, deixando de ser visto em uma perspectiva estática, assume uma função transformadora e revolucionária pela democratização do saber. Trata-se de um produto das relações sociais cuja apropriação permite a análise da realidade e o ensino superior tem como função social a formação crítica dos seus sujeitos.

A educação deve defender e respeitar a diversidade, as minorias étnicas, a pluralidade de doutrinas, os direitos humanos, eliminando estereótipos e ampliando o horizonte de conhecimentos e de visões de mundo. Além disso, deve estar pautada no desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las, e, para isso, se torna indispensável que o processo de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno sejam considerados em sua totalidade, superando a concepção “bancária” de educação, onde os alunos são vistos como depósitos para o conhecimento, seres vazios que devem ser encheidos de conteúdos (FREIRE, 1999). Assim, busca-se orientar o processo de aprendizagem em direção à problematização, a transformação, a emancipação. Neste sentido, Freire (1999, p. 68) salienta que:

a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação ‘bancária’, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscente, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca que, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos.

Somente assim poder-se-á entender a premissa de Freire (1999, p. 68) de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Neste contexto a relação estabelecida no processo de ensino-aprendizagem assume novo caráter, orientada para o diálogo e onde ao mesmo tempo em que se educa, se é educado.

O Atendimento Pedagógico do IFPR busca entender o aluno como um todo e, através da análise de cada um dos casos, propor melhorias e alternativas que possam contribuir para que os profissionais formados pela instituição tenham o diferencial de ser entendidos em sua totalidade e possam reverter o quadro exposto de modo a alcançar a autonomia.

O Atendimento Pedagógico prevê o atendimento individual aos acadêmicos com base na orientação e aconselhamento reservado. Assim, com base no diálogo e

em conversas prévias estabelecem-se as diretrizes para o acompanhamento pedagógico do caso.

Os acadêmicos podem ser encaminhados para o atendimento pelos seus professores e/ou coordenação de curso, ou, ainda, buscar o Atendimento Pedagógico voluntariamente.

Cada atendimento fica registrado em formulários próprios, para arquivo e acompanhamento, e, ao final do processo, os resultados são encaminhados à coordenação do curso para ciência sobre as ações desenvolvidas.

Além disso, o IFPR prevê a criação de programas de nivelamento para os acadêmicos que apresentarem dificuldades relacionadas aos conteúdos básicos e prévios dos componentes curriculares do curso. Com o objetivo de desenvolver competências básicas de leitura e escrita, cálculos matemáticos e informática, essenciais e fundamentais a continuação e ao aprofundamento dos estudos pelos acadêmicos, os programas de nivelamento estarão, a partir de 2012, disponíveis a todos os acadêmicos com oferta em contra turno, contemplando as lacunas de aprendizagem e dando a todos condições iguais de participação nas aulas.

O serviço de Atendimento ao Discente conta com uma servidora Pedagoga em período integral de trabalho dedicado as demandas pedagógicas de docentes e discentes. A partir de 2014 a equipe de atendimento conta com mais dois profissionais: um assistente social e um psicólogo. Dessa forma pretende-se contemplar o atendimento cada vez mais integral ao estudante do IFPR Câmpus Palmas.

#### 3.6.4 Educação Inclusiva

A instituição busca promover a inclusão ao cumprir com o expresso no Decreto n°. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que priorizam o atendimento às pessoas, especificam e estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A preocupação com a inclusão se reflete no curso de Ciências Contábeis sob aspectos da matriz curricular, na qual encontram-se componentes curriculares

específicos para a formação do profissional contábil atuar de maneira inclusiva e pelas ações institucionais, que são realizadas com vistas a inclusão da comunidade, adequando acessos, equipamentos e instalações para o uso por pessoas com deficiências.

No sentido da Matriz curricular os componentes que possibilitam a inclusão são: Estágio I, II e III; Jogo de Empresas; Sustentabilidade; Filosofia e Ética Profissional. Também, em cumprimento ao Decreto no. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e considerando as demandas de formação, contempla-se Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular optativo. E para cumprir a Resolução CNE/CP nº 01/2004 o componente curricular sociologia contempla em sua ementa a educação política social e ambiental.

### 3.6.5 Integração com a Pós-Graduação e a Verticalização

O Curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná, Câmpus Palmas, está estruturando seus projetos de pós-graduação *Lato Sensu* que atendam a demandas específicas postas pelos profissionais da área em sua região de abrangência. Existem demandas específicas no que se refere à educação continuada e atualização do conhecimento contábil e de gestão para o mercado de trabalho e empresários.

A demanda também existe para propostas de cursos específicos de aperfeiçoamento e atualização, dentro do programa FIC (Formação Inicial e Continuada), serão ofertados a partir de demandas levantadas em pesquisas desenvolvidas pelo Eixo Gestão e Negócios.

### 3.6.6 Educação na Modalidade Semi-Presencial

As ações educacionais do Instituto Federal organizam-se através da oferta de

cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância.

O curso de Ciências Contábeis é presencial, mas prevê a modalidade semipresencial nos componentes curriculares com características mais teóricas nos conteúdos, respeitando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Portaria ME nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004.

### 3.7 AVALIAÇÃO

#### 3.7.1 Avaliação da Aprendizagem

O processo de avaliação é entendido como uma prática pedagógica inerente ao ensinar-aprender e essencialmente humana. É um julgamento sobre uma realidade concreta, sobre uma prática, a partir da definição de critérios para posterior tomada de decisão e juízo de valor.

É um procedimento que inclui opções, escolhas, ideologias, autoestima, respeito à vivência e cultura própria do indivíduo, filosofia de vida, sentimentos, crenças, percepções, posições políticas, vieses e representações. O processo de ensino-aprendizagem possibilita tornar os alunos construtores e construídos de sua história. Ao educador coloca-se a necessidade de construir políticas e práticas que considerem essa diversidade e que estejam comprometidas com o êxito escolar.

A avaliação da aprendizagem, necessariamente, passa pela avaliação constante da prática educacional, pois é um meio e não um fim em si mesma, que se estabelece pela teoria e pela prática (LUCKESI, 2002).

Uma das características mais importantes da avaliação educacional, é que o avaliador é, ao mesmo tempo, o responsável direto pelo processo que avaliará. É o próprio professor, que trabalha com os alunos, quem os avalia: não uma pessoa qualquer ou um técnico especializado. Isso implica que se pense a avaliação em sala de aula como uma atividade contínua e integrada às atividades de ensino, algo que é decorrente dessas atividades, inerente à elas e a seu serviço. O ensinar e o aprender associados à pesquisa e a extensão são construções conjuntas e contínuas, complementando-se e a avaliação perpassa todo esse processo.

Fundamentado nesses conceitos, o IFPR Câmpus Palmas acredita na avaliação escolar como mecanismo para que a educação seja sinônimo de transformação social. Uma avaliação transformadora necessita ser emancipatória.

Neste sentido, a avaliação escolar deve estar relacionada ao tipo de homem e sociedade que a instituição se propõe a formar. Por se tratar de uma prática educativa libertadora, que visa à transformação e à emancipação, a avaliação deve ter bem claro os seus objetivos e métodos, para que não seja um processo isolado, mas sim intrínseco à prática educativa. Desse modo, o IFPR Câmpus Palmas estabelece como paradigma a avaliação formativa de caráter emancipatório. Saul (2001, p. 61) defende que “a avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la”. A autora acrescenta ainda que essa proposta de avaliação

[...]está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso primordial desta avaliação é fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam sua própria história e gerem suas próprias alternativas de ação (SAUL, 2001, p. 61).

A principal finalidade da avaliação é garantir a formação integral do sujeito pela mediação da efetiva construção do conhecimento. Esta nova concepção exige uma mudança de postura do professor. O centro de preocupação do professor não estaria vinculado à nota, mas sim à aprendizagem dos alunos, desta forma o papel do professor seria de diagnosticar, investigar, tomar decisões, acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno, estabelecer um diálogo educador-educando, analisando o contexto da aprendizagem. Procurando, portanto, avaliar para que o aluno aprenda mais e melhor, propondo, inclusive, estratégias diversificadas de recuperação paralela de conteúdos.

A avaliação, nesta perspectiva, “está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real” (SAUL, 2000, p. 61). Estaria, portanto, iluminando o caminho da transformação.

Além disso, esse paradigma vê na avaliação uma possibilidade de emancipação para os envolvidos no processo educativo. Isso porque,

Acredita que esse processo pode permitir que o homem, através da consciência crítica, imprima uma direção as suas ações nos contextos em que se situa, de acordo com os valores que elege e com os quais se compromete no decurso de sua historicidade (SAUL, 2000, p. 61).

Cabe ressaltar que os conceitos básicos envolvidos nessa proposta, em conformidade com Saul (2000), são: a emancipação, a decisão democrática, a transformação e a crítica educativa.

Nesta perspectiva a avaliação deixa de ser vista como mensuração, descrição ou julgamento assumindo um caráter formativo. Avaliador e avaliados são vistos como sujeitos da avaliação. O primeiro é responsável pela organização do processo e os segundos são entendidos como coautores e, portanto, com participação ativa na implementação, interpretação e nas decisões relacionadas à avaliação. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas, direta ou indiretamente, envolvidas em uma ação educacional gerem suas próprias alternativas de ação. Assim,

O contato pedagógico pretensamente cultivado em aulas copiadas é substituído pela orientação, por intermédio da qual o professor exerce a influência fecundante da conquista da autonomia por parte do aluno. Este não é chamado para ouvir, copiar, fazer prova, ser discípulo, mas construir caminho próprio (DEMO, 1995, p. 105).

O processo ação/reflexão/ação deve permear a organização do trabalho pedagógico visando alicerçar a dualidade teoria-prática que precisa estar revestida pelo pensar e agir crítico buscando aprimorar seu trabalho, rever métodos, estabelecer novos objetivos, alcançar melhores resultados. Conforme afirma Vasconcellos (2003), a preocupação do professor não está, pois, em “como gerar nota”, mas, fundamentalmente, em “como gerar aprendizagem”.

A formação profissional do acadêmico, parte dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida e das experiências vividas, agregados ao conhecimento cientificamente produzido e sistematizado nas instituições de ensino. Conforme afirma Luckesi (2002):

O educador, servindo-se de diversos instrumentos, auxilia o educando a assimilar a herança cultural do passado, para, ao mesmo tempo, incorporá-la e superá-la, reinventando-a. Ao aprender, assimilamos a herança cultural do passado e, ao mesmo tempo, adquirimos recursos para superá-la e reinventá-la. O educador, em sua ação, serve a esse processo. É no seio desse papel de mediador vivo do processo de formação do educando que o educador pratica atos avaliativos e, então os seus atos são éticos e necessitam de ser regidos por uma ética; são atos que tem uma finalidade e, por isso, assentam-se em valores, que dão sua direção.

A avaliação da aprendizagem no IFPR Câmpus Palmas, observa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 e a portaria nº 120 do Instituto Federal do Paraná, tendo em ambos os documentos seus fundamentos legais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), afirma que a avaliação do rendimento escolar do aluno deve ser contínua e cumulativa, predominando os aspectos qualitativos e prevalecendo o desempenho do aluno ao longo do período sobre eventuais provas finais.

A avaliação da aprendizagem envolve os seguintes processos de avaliação:

- I. Diagnóstica: detecta o nível geral de conhecimentos dos alunos, suas dificuldades e as medidas necessárias para supri-las;
- II. Formativa: é interna ao processo, contínua, interativa e centrada no aluno através de um diagnóstico individualizado; reavalia todas as etapas do processo ensino-aprendizagem acompanhando a aquisição do domínio das conteúdos e competências;
- III. Somativa: avalia os objetos e competências pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagens e rendimento dos alunos e seus dados subsidiam o replanejamento do ensino para a próxima etapa.

Assim, os meios para a operacionalização da avaliação serão: seminários, trabalhos individuais e em grupos, testes escritos e/ou orais, demonstração de técnicas em laboratórios, exercícios, dramatizações, apresentação de trabalhos de iniciação científica, artigos científicos, portfólios, resenhas, auto avaliação, Trabalhos de Conclusão Curso, entre outros.

Também serão avaliadas e consideradas dimensões humanas como a ética, a iniciativa, a valorização do ser humano, a assiduidade, a participação, a relação interpessoal e a solidariedade.

As avaliações e estudos de recuperação são de responsabilidade do professor, respeitada a autonomia didático/metodológica para definir quais os instrumentos mais adequados a serem utilizados para sanar as lacunas de aprendizagem.

A recuperação paralela será oferecida aos alunos que apresentarem dificuldades, através de atividades diversificadas, tais como: roteiro de estudos, participação de projetos de reforço e de nivelamento, revisão dos conteúdos, entre outras.

A frequência para aprovação deverá ser igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) ao final do período letivo. Será considerado reprovado o aluno que não obtiver frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%), ficando impedido de prestar exame final.

Alunos em processo de adaptação, (transferidos ou que vieram de uma matriz que não está mais em uso), serão matriculados no período mais conveniente ao curso, desde que não seja em componentes curriculares que exigem pré-requisitos.

Alunos reprovados poderão, também, ter progressão parcial com a observação dos pré-requisitos, desde que a soma dos componentes curriculares em dependência, e que estão sendo ofertadas no semestre atual, não ultrapasse três componentes curriculares.

Para fins de avaliação da aprendizagem, as notas obtidas pelo acadêmico são representadas numericamente por valores do intervalo de zero (0) a dez (10,0).

A verificação do rendimento escolar, em cada componente curricular se dará por meio de duas notas (médias bimestrais) e exame final, em caso de necessidade. As notas atribuídas serão numa escala de zero a dez.

Ao final dos dois bimestres, será realizada a média aritmética das médias bimestrais, obtendo-se a média semestral.

$$MS = \frac{MB_1 + MB_2}{2}$$

Para que o acadêmico obtenha aprovação direta, a média semestral de ser igual ou superior a 7,0 (sete), desde que tenha frequência igual ou superior a 75%. Ao acadêmico que atingir uma média semestral igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) e que tenha atingido frequência igual ou superior a 75% será dada oportunidade de realização do exame final. E, para os casos em que a média semestral seja inferior a 4,0 (quatro) ou apresentar frequência seja inferior a 75%, o acadêmico será considerado reprovado.

<i>Frequência</i> ≥ 75 e <i>MS</i> ≥ 7,0 ⇒ <i>APROVADO</i>
<i>Frequência</i> ≥ 75 e 4,0 ≤ <i>MS</i> < 7,0 ⇒ <i>EXAME FINAL</i>
<i>Frequência</i> < 75 ou <i>MS</i> < 4,0 ⇒ <i>REPROVADO</i>

Em caso de realização de exame final, o acadêmico deverá realizar uma nova avaliação onde será atribuída uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), denominada

Exame Final. O resultado final será obtido por meio de uma média aritmética entre a média semestral e a nota do exame final, denominada média final.

$$MF = \frac{MS + EF}{2}$$

Sendo o resultado desta média igual ou superior a 5,0 (cinco) o acadêmico será aprovado. Caso contrário, será considerado reprovado.

$$\begin{array}{l} MF \geq 5,0 \Rightarrow \text{APROVADO} \\ MF < 5,0 \Rightarrow \text{REPROVADO} \end{array}$$

*legenda*

*MB<sub>1</sub> = MÉDIA DO 1º BIMESTRE*

*MB<sub>2</sub> = MÉDIA DO 2º BIMESTRE*

*MS = MÉDIA SEMESTRAL*

*EF = EXAME FINAL*

*MF = MÉDIA FINAL*

### 3.7.2 Plano de Avaliação Institucional

O Plano de Avaliação Institucional do Instituto Federal do Paraná atende às orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10861/2004, e tem por objetivo a promoção da qualidade de ensino nesse nível de educação.

A Lei 10861/2004 prevê três dimensões para a avaliação institucional, quais sejam, a Auto Avaliação Institucional, a Avaliação Externa *in loco*, e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O Art. 3º da Lei 10861/2004 estabelece como objetivo da avaliação das instituições de ensino superior “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais”. Como dimensões para essa avaliação, o mesmo artigo, em seus incisos, indica dez aspectos:

I- a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II- a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III- a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao

desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;  
IV- a comunicação com a sociedade;  
V- as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;  
VI- organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;  
VII- infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;  
VIII- planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional;  
IX- políticas de atendimento aos estudantes;  
X- sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (LEI 10861/2004)

Para o acompanhamento, discussão e execução da Avaliação Institucional, a Lei 10861/2004 prevê a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que, conforme o Relatório de Auto Avaliação do IFPR (2010, p. 17), tem como atribuições “coordenar e articular o processo de Avaliação Institucional, bem como disponibilizar o resultado final à comunidade acadêmica”.

A CPA do IFPR é composta por docentes, técnicos-administrativos, discentes e representantes da comunidade paranaense. Por ser uma instituição *multicampi*, a CPA contém representantes dos diversos Câmpus da instituição que, em seus trabalhos, pretendem levantar, anualmente, as potencialidades, as fragilidades e as ações estratégicas para a melhoria da qualidade do Ensino Superior no IFPR, levando em consideração as dimensões previstas na legislação para esse nível de ensino.

Para tanto, todos os envolvidos no processo educativo são consultados, através de instrumentos avaliativos específicos para docentes, discentes e técnicos-administrativos. Após a coleta desses dados e sua análise, a CPA os sistematiza e divulga o relatório, disponível a toda a comunidade acadêmica.

### 3.7.3 Avaliação do Curso

A avaliação do Curso de Ciências Contábeis é pautada nos princípios avaliativos da instituição, sendo realizadas de forma constante, nas reuniões de colegiado, reuniões com representantes de turma e com os responsáveis por projetos existentes no curso. Esta dinâmica permite documentar os pontos positivos

e negativos, as possibilidades e os limites, os avanços e as dificuldades, subsidiando a posição ou a redefinição de rotas a serem seguidas.

Para que esta dinâmica seja possível, os conceitos de avaliação incorporados neste PPC devem estar presentes de forma permanente, com vistas a possibilitar que sejam atingidos plenamente os objetivos do Curso.

Os documentos originados destas avaliações compreendem as atas das reuniões do colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, bem como nos relatórios dos processos avaliativos institucionais.

#### 3.7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

Os processos avaliativos do curso devem subsidiar as decisões no que se refere ao Projeto Pedagógico de Curso e as suas necessárias alterações e ajustes para dar conta dos objetivos propostos e até mesmo para a retomada da discussão e redefinição destes, com a participação do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante.

A consideração dos diversos processos avaliativos deverá desencadear alterações sempre que necessário e respeitando-se os trâmites e exigências legais e institucionais, bem como informando, permanentemente, a comunidade acadêmica das transformações efetuadas.

### 3.8 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular, em atendimento aos preceitos legais vigentes, as demandas sociais postas e às discussões no âmbito do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, apresenta a seguinte forma:

<b>ATIVIDADE</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Estágio Supervisionado	153 horas/relógio
Trabalho de Conclusão	200 horas/relógio
Atividades Complementares	130 horas/relógio
Demais Componentes Curriculares	2.584 horas/relógio
<b>TOTAL</b>	<b>3.067 horas/relógio</b>

A integralização desta carga horária está prevista para no mínimo oito semestres e no máximo quatorze semestres letivos, sendo o regime escolar por componente curricular, possibilitando matrículas em diferentes períodos do curso, refletindo mais um dos aspectos relacionados à flexibilização do processo formativo oferecido pelo Curso.

### 3.8.1 Matriz Curricular

Como definido nos objetivos do curso, os profissionais formados no curso de Ciências Contábeis devem ser capazes de atender com rapidez, oportunidade e correção à demanda de informações atualizadas, no que se refere à área de atuação do contador, não se limitando ao produto dos registros contábeis, mas gerando visões aprofundadas das necessidades que envolvem o processo gerencial.

O currículo do curso de Ciências Contábeis, conforme estabelecido pelas suas diretrizes curriculares nacionais e de acordo com a concepção teórico-metodológica, com a missão, com os objetivos e com o perfil profissiográfico traçados em seu projeto pedagógico, é composto pelo conjunto de matérias, componentes curriculares e atividades agrupadas em núcleos de: conteúdos de Formação Básica; de Formação Profissional; e de Formação Teórico-Prática.

Os componentes curriculares que compõem o curso de Ciências Contábeis, ajustado às novas Diretrizes Curriculares Nacionais, possuem uma sequência lógica, considerando as necessidades de formação dos alunos, assim como das demandas exigidas pelo mercado.

Inicialmente o aluno recebe conhecimentos do núcleo de formação básica. Gradativamente, passa a receber informações mais específicas, através dos componentes curriculares profissionalizantes, as quais somente são oferecidas à medida que o mesmo demonstre maturidade e uma noção mais clara da profissão que irá desenvolver. Isto se torna fundamental, em função de um aproveitamento maior dos conteúdos ministrados, tendo clara consciência da sua importância e aplicabilidade no campo da contabilidade.

Nas fases mais avançadas do curso, a partir do 4º semestre, o aluno tem contato com ferramentas, tecnologias e conteúdos específicos, com ênfases em: Análise de Custos e das Demonstrações Contábeis, Administração Financeira,

Contabilidade Avançada, Auditoria, Contabilidade Societária, Estágio Supervisionado, Jogo de Empresa e Perícia Contábil.

Para integralizar o curso os alunos deverão desenvolver atividades teórico-práticas, orientadas e supervisionadas expressas no Estágio Supervisionado, no Trabalho de Conclusão e nas Atividades Complementares. Assim, o curso possibilita aos alunos a compreensão das práticas e pesquisas necessárias de acordo com a realidade, através de uma constante reflexão e ação. Bem como, o aprofundamento das competências e habilidades na área de interesse, a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão e o atingimento do perfil profissiográfico.

A matriz curricular implantada em 2012/1 foi ajustada para o início de 2015/1, os ajustes, foram: a integração da ementa dos componentes curriculares, Legislação Social e Trabalhista e Legislação Fiscal e Tributária, nos componentes curriculares Noções de Direito Público e Privado, Contabilidade Empresarial e Contabilidade Tributária. Ética Geral e Profissional foi integrada à Filosofia, passando, a ser Filosofia e Ética Geral e Profissional.

Outro ajuste foi o acréscimo de mais dois créditos de aulas nos componentes curriculares de Matemática Aplicada às Ciências Sociais e na Estatística. Devido aos ajustes foram alterados os períodos, passando a ser no 1º (período) Matemática Aplicada às Ciências Sociais com 4 créditos/semana; Estatística no 2º (período) com 4 créditos/semana. E, por questões regionais foi trocado o componentes curriculares optativo Contabilidade para Hotelaria e Turismo para Contabilidade Ambiental.

Desta forma, e conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis, a composição curricular contempla conteúdos interdisciplinares e que revelam conhecimentos do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio – OMC e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo administração, economia, direito, métodos quantitativos, matemática e estatística;

II - Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às teorias da contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - Conteúdos de Formação Técnico-Prática: compreendendo estágio curricular supervisionado, atividades formativas de integração, estudos independentes, conteúdos optativos, conteúdos eletivos, trabalho de conclusão, práticas em laboratórios de informática utilizando softwares atualizados para contabilidade.

Assim estruturado o currículo do curso de Ciências Contábeis é gerenciado dentro de fundamentos e pressupostos de uma educação de qualidade, com o propósito de formar um profissional ético e que atenda às necessidades do mercado de trabalho e um cidadão comprometido com a sociedade e com o exercício da profissão.

A seguir consta uma representação gráfica da Matriz Curricular do Curso, contendo uma distribuição por categorias de conhecimentos e a distribuição dos componentes curriculares ao longo do curso, permitindo uma visão geral dos diversos componentes curriculares e sua articulação ao longo do curso.

**MATRIZ CURRICULAR 2015 – CURSO DE CIENCIAS CONTÁBEIS – BACHARELADO**

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TOTAL (hora-aula)		TOTAL (horas-relógio)
	01*	02*	
<b>1º SEMESTRE</b>			
Contabilidade Geral I	4	80	68
Metodologia da pesquisa	2	40	34
Laboratório de Informática Aplicada à Contabilidade	4	80	68
Língua Portuguesa	2	40	34
Teoria da Administração	4	80	68
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	4	80	68
<b>Total- 1º SEMESTRE</b>	<b>20</b>	<b>400</b>	<b>340</b>
<b>2º SEMESTRE</b>			
Contabilidade Geral II	4	80	68
Estatística	4	80	68
Sociologia	2	40	34
Gestão de Pessoas	2	40	34
Noções de Direito Público e Privado	4	80	68
Teoria da Economia	4	80	68
<b>Total- 2º SEMESTRE</b>	<b>20</b>	<b>400</b>	<b>340</b>
<b>3º SEMESTRE</b>			
Contabilidade Empresarial I	4	80	68
Contabilidade de Custos	4	80	68
Contabilidade Tributária I	4	80	68
Economia Contemporânea	2	40	34
Matemática Financeira	4	80	68
Filosofia Ética Geral e Profissional	2	40	34
<b>Total- 3º SEMESTRE</b>	<b>20</b>	<b>400</b>	<b>340</b>
<b>4º SEMESTRE</b>			
Análise de Custos	4	80	68
Contabilidade Empresarial II	4	80	68
Contabilidade Rural e Agribusiness	4	80	68
Contabilidade Tributária II	4	80	68
Teoria da Contabilidade	4	80	68
<b>Total- 4º SEMESTRE</b>	<b>20</b>	<b>400</b>	<b>340</b>
<b>5º SEMESTRE</b>			
Análise das Demonstrações Contábeis	4	80	68
Contabilidade do Terceiro Setor	2	40	34
Contabilidade Avançada	4	80	68
Contabilidade Pública	4	80	68
Projeto I	2	40	34
Planejamento Empresarial	4	80	68

Total- 5º SEMESTRE	20	400	340
<b>6º SEMESTRE</b>			
Administração Financeira	4	80	68
Marketing Empresarial e Profissional	2	40	34
Mercado de Capitais	4	80	68
Auditoria I	4	80	68
Projeto II	2	40	34
Perícia Contábil	4	80	68
Total- 6º SEMESTRE	20	400	340
<b>7º SEMESTRE</b>			
Auditoria II	2	40	34
Projeto III	2	40	34
Contabilidade Societária	4	80	68
Psicologia Organizacional	4	80	68
Optativa I	4	80	68
Total- 7º SEMESTRE	16	320	272
<b>8º SEMESTRE</b>			
Jogos de Empresas	4	80	68
Optativa II	4	80	68
Controladoria	4	80	68
Projeto IV	2	40	34
Tópicos Contemporâneos	2	40	34
Total- 8º SEMESTRE	16	320	272
<b>FORMAÇÃO COMPLEMENTAR</b>			
Estágio Supervisionado I	2	40	34
Estágio Supervisionado II	2	40	34
Estágio Supervisionado III	5	100	85
Trabalho de Conclusão de Curso			200
Atividades Formativas de Integração			130
Total Geral			<b>3067</b>

\*Uma hora-aula corresponde a 50 minutos;

01\*carga horária semanal;

02\*carga horária semestral.

<b>OPTATIVAS</b>			
Contabilidade Ambiental	4	80	68
Sustentabilidade	4	80	68
Orçamento Público	4	80	68
Governança Corporativa	4	80	68
Língua Brasileira de Sinais – Libras	4	80	68
Noções de Atuária	4	80	68
Contabilidade Internacional	4	80	68

Total- <b>Optativas</b>	<b>28</b>	<b>560</b>	<b>340</b>
-------------------------	-----------	------------	------------

**Núcleo de formação:**

Formação Básica = FB	600
Formação Profissional = FP	1337
Formação Teorico-Prática = FTP	1130
<b>Total em horas relógio</b>	<b>3067</b>

### 3.8.2 Componentes Curriculares Optativos

Conforme o Art. 5º da Portaria nº 290/2011 do Instituto Federal do Paraná os Componentes Curriculares optativos devem compor-se de um elenco de componentes curriculares que permitam a livre escolha pelo aluno.

Para isso, serão ofertadas os componentes curriculares optativas: Contabilidade Ambiental; Sustentabilidade; Orçamento público; Governança corporativa; Língua Brasileira de Sinais – Libras; Contabilidade Internacional; Noções de atuária.

Para flexibilização curricular, as opções, serão analisadas pelo Núcleo Docente Estruturante, para ofertar o componente curricular que melhor atende o perfil e a necessidade de cada uma das turmas em curso, tendo por critérios principais, o interesse dos alunos, a atualidade do componente curricular e a disponibilidade de docente com conhecimento teórico e prático para ministrar o componente curricular.

Os componentes curriculares optativos podem ser alteradas, complementadas ou ampliadas a qualquer momento, desde que não haja prejuízo aos acadêmicos já matriculados e sempre atendendo às demandas e argumentos que o justifiquem. E, na medida em que novos docentes se incorporem ao quadro, outras propostas de componentes curriculares optativos podem ser apresentados, discutidos e aprovados, cumprindo-se os trâmites normais para tal modificação, principalmente junto ao Colegiado de Curso e ao Núcleo Docente Estruturante.

### 3.8.3 Componentes curriculares Eletivos

Os componentes curriculares eletivos são de livre escolha dos alunos, para fins de enriquecimento cultural, de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que complementem a formação acadêmica. São componentes curriculares regulamentadas conforme a Portaria 290/2011 do Instituto Federal do Paraná, onde consta no Art. 6º que “a diferença entre componentes curriculares optativo e eletiva reside, principalmente, em fazer ou não parte da matriz curricular. Entretanto, ambas são integrantes do currículo pleno”. Suas respectivas cargas horárias serão computadas na carga horária total do curso, desde que ofertadas aos alunos.

Seguindo o Art. 9º, no Curso de Ciências Contábeis, “o aluno poderá matricular-se em componentes curriculares eletivos, desde que tenham sido atendidas as exigências do colegiado do curso e de compatibilidade de horário”, o qual é de responsabilidade do aluno procurando evitar que o horário de um componente curricular eletiva e/ou optativa escolhida se sobreponha ao de algum componente curricular do seu próprio curso.

### 3.8.4 Representação Gráfica do Processo Formativo

Mais do que a simples distribuição de componentes curriculares em uma matriz curricular, a articulação possível e necessária entre elas, seja no mesmo período, seja ao longo do curso, é uma prática que “se tem aprendido fazer ao fazer”, possibilitando ao acadêmico em formação, compreender os caminhos pelos quais está sendo guiado no processo em que ele deve ser a preocupação central.

A matriz curricular está distribuída conforme os componentes curriculares necessários para o desenvolvimento durante o curso, destacando-se a carga horária, horas-aula e horas-relógio. Para facilitar a definição dos componentes curriculares que necessitam de pré-requisitos, com base nesta matriz curricular, foi elabora um organograma, conforme conta no **Anexo V**.

### 3.9 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

O Ementário e Bibliografias são apresentados a seguir, destacando que, em virtude da dinâmica que cerca o desenvolvimento científico e acadêmico da área, poderão ser revistos, mediante submissão ao Núcleo Docente Estruturante e ao Colegiado de Curso e informados aos Conselhos Superiores, como forma de assegurar a qualidade do curso.

Com relação aos componentes curriculares optativos, o quadro pode ser ampliado de acordo com as demandas verificadas no decorrer do processo, no sentido de garantir ao discente uma formação contextualizada.

<b>Componente Curricular: Contabilidade Geral I</b>		
<b>Período Letivo:</b> 1º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> Noções preliminares de contabilidade. Atos e fatos administrativo/contábeis. O patrimônio. Demonstrações financeiras. Introdução ao balanço patrimonial. Grupo de contas. Plano de contas. A escrituração contábil. Livros contábeis. Balancete de verificação.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
MARION, J. C. <b>Contabilidade básica</b> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
PADOVEZE, C. L. <b>Manual de contabilidade básica</b> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
STICKNEY, C. P.; WEIL, R. L. <b>Contabilidade financeira: introdução aos conceitos, métodos e aplicações</b> . 12. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
EQUIPE de Professores do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília – UnB. <b>Exame de suficiência em contabilidade</b> . 1. ed. Atlas, 2001.		
FERRARI, E. L. <b>Contabilidade geral</b> . 11. ed. São Paulo: Impetus, 2011.		
GIMENEZ, L.; OLIVEIRA, A. B. S.. <b>Contabilidade para gestores: uma abordagem para pequenas e médias empresas</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
RIBEIRO, O. M. <b>Contabilidade geral fácil</b> . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.		
<b>Componente Curricular: Língua Portuguesa</b>		
<b>Período Letivo:</b> 1º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Ementa:</b> Texto: definição, oralidade e escrita. Os modos e os tipos textuais. O texto dissertativo. Os fatores da textualidade. Coerência, coesão e os meios linguísticos. Argumentação. Ambiguidade. Análise e produção de diferentes textos.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro e interação.** Parábola, 2003.

\_\_\_\_\_. **Língua, texto e ensino: outra escola possível.** Parábola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho.** Parábola, 2007.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna.** 13 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MANDRIK, D.; FARACO, C. A. **Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

VAL, M. de G. C. **Redação e textualidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

#### **Bibliografia Complementar:**

ANDRADE, M. M. de; MEDEIROS, J. B. **Comunicação em língua portuguesa: para os cursos de jornalismo, propaganda e letras.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CARNEIRO, A. D. **Redação em construção: a escritura do texto.** 2. ed. São Paulo: Moderna 2001.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de texto: para estudantes universitários.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

PAULA, E. de. **Português contemporâneo: teoria e exercícios de aplicação para o curso superior.** São Paulo: Atlas, 1997.

VANOYE, F. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita.** 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

#### **Componente Curricular: Laboratório de Informática Aplicada à Contabilidade**

<b>Período Letivo:</b> 1º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
------------------------------------	--------------------	--------------------------

**Ementa:** Introdução aos aplicativos de reprodução de imagens, editor de texto. Conceito e uso de planilha eletrônica. A evolução da contabilidade: procedimento manuscrito, mecanizado, informatizado. Conceito de programa e de sistemas. Redes de integração de sistemas. Importância da Informática para as empresas e para a contabilidade. Certificação Digital e exigências para a transparência das informações contábeis e extra contábeis.

#### **Bibliografia Básica:**

MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. **Informática: conceitos e aplicações.** 3. ed. São Paulo: Érika, 2008.

MANZANO, M. I.; MANZANO, A. L. N.G. **Estudo dirigido de informática básica.** 7. ed. São Paulo: Érika, 2007.

OLIVEIRA, E. **Contabilidade informatizada: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo:

Atlas, 2003.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
CORNACHIONI JR, E. B. <b>Informática aplicada às áreas de contabilidade</b> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
MEIRELLES, F. S. <b>Informática</b> : novas aplicações com microcomputadores. 2. ed. São Paulo: Pearson Mackon Books, 2004.		
THOMÉ, I. <b>Empresa de Serviços Contábeis</b> : estrutura e funcionamento. São Paulo: Atlas, 2001.		
VELLOSO, F. de C. <b>Informática</b> : conceitos básicos. 7. ed. São Paulo: Câmpus, 2004.		
<b>Componente Curricular: Metodologia da Pesquisa</b>		
<b>Período Letivo:</b> 1º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Ementa:</b> Construção do conceito de método, metodologia e técnica. Construção do conceito de conhecimento e graus. Técnicas de estudo e pesquisa superior. Conceituação de pesquisa e tipos. Construção das fases de um projeto de pesquisa. Normas para apresentação de trabalho.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. <b>Apresentação de relatórios técnicos científicos</b> . Rio de Janeiro.		
BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. <b>Fundamentos de metodologia científica</b> . 3. ed. São Paulo: McGrawhill do Brasil, 2007.		
GIL, A. C. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
BEUREN, I. M. <b>Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática</b> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.		
BRASILEIRA, M. E.; SILVA, L. C. de S. <b>Metodologia da pesquisa científica</b> . 1. ed. Goiânia: AB, 2011.		
COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. <b>Metodologia da pesquisa</b> : conceitos e técnicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.		
MELO, C. de; OLIVEIRA NETTO, A. A. de. <b>Metodologia da pesquisa científica</b> . 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.		
<b>Componente Curricular: Teoria da Administração</b>		
<b>Período Letivo:</b> 1º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> Evolução das teorias de administração. As organizações e a sociedade. Estrutura e funcionamento das organizações. Os processos administrativos e comportamentais nas organizações. Mudança organizacional.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		

<p>CHIAVENATO, I. <b>Administração para administradores e não administradores</b>. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>MAXIMINIANO, A. C. A. <b>Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>RIBEIRO, Antônio de Lima. <b>Teorias da administração</b>. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>CHIAVENATO, I. <b>Administração, teoria, processo e prática</b>. 1. ed. Rio de Janeiro: Câmpus, 2006.</p> <p>KWASNICKA, E. L. <b>Introdução à administração</b>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>ROBBINS, S. P. <b>Administração</b>. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.</p>		
<b>Componente Curricular:</b> Matemática Aplicada às Ciências Sociais		
<b>Período Letivo:</b> 1º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Funções: conjuntos numéricos, equações algébricas, função afim, função quadrática, função exponencial. Derivadas: limites de função, taxa de variação, problema de otimização.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>DANTE, L. R. <b>Matemática, contextos e aplicações</b>. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>GOLDSTEIN, L. J. <b>Matemática aplicada a economia, administração e contabilidade</b>. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. Reimpressão 2007.</p> <p>HAZZAN, S.; MORETTIN, P. A. <b>Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade</b>. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. de O.; HAZZAN, S. <b>Cálculo: funções de uma e várias variáveis</b>. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>HARIKI, S. <b>Matemática aplicada: administração, economia e contabilidade</b>. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>IEZZI, G. et al. <b>Funções: coleção fundamentos de matemática</b>. Vol. 8, São Paulo, 1993.</p> <p>_____. <b>Fundamentos de matemática elementar</b>. São Paulo: Atual, 2004.</p> <p>MUROLLO, A. C. <b>Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade</b>. 1. ed. São Paulo: Thompson, 2004.</p> <p>SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da; SILVA, S. M. da. <b>Matemática: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis</b>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
<b>Componente Curricular:</b> Contabilidade Geral II		
<b>Período Letivo:</b> 2º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80

<b>Ementa:</b> Apuração do Resultado e Regimes da Contabilidade. Operações com mercadorias. Balanço patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração do Resultado Abrangente. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados. Demonstração do Valor Adicionado. Notas Explicativas.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
MARION, J. C. <b>Contabilidade básica</b> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
RIBEIRO, O. M. <b>Contabilidade geral fácil</b> . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
STICKNEY, C. P.; WEIL, R. L. <b>Contabilidade financeira</b> : introdução aos conceitos, métodos e aplicações. 12. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
FERRARI, E. L. <b>Contabilidade geral</b> . 11. ed. São Paulo: Impetus, 2011.		
GIMENEZ, L.; OLIVEIRA, A. B. S. <b>Contabilidade para gestores</b> : Uma abordagem para pequenas e médias empresas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
PADOVEZE, C. L. <b>Manual de contabilidade básica</b> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
<b>Componente Curricular:</b> Estatística		
<b>Período Letivo:</b> 2º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> Conceito de probabilidade e seus teoremas fundamentais. Variáveis aleatórias. Distribuições de probabilidade. Conceito e objetivos da estatística. Estatística descritiva: medida de tendência central medida de dispersão. Noções de amostragens, distribuições amostrais: discreta e contínua. Inferência estatística: teoria da estimação e testes de hipóteses. Regressão linear simples. Correlação. Análise de variância.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
BARBETA, P. A. <b>Estatística aplicada às ciências sociais</b> . 2. ed., Florianópolis: UFSC, 1998.		
LEVINE, D. <b>Estatística</b> : teoria e aplicações usando o Microsoft Excel. Rio de Janeiro: LTC, 2000.		
TIBONI, C. G. R. <b>Estatística básica para os cursos de administração, ciências contábeis, tecnólogos e de gestão</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
DOWNING, D.; CLARK, J. <b>Estatística aplicada</b> . São Paulo: Saraiva, 1998.		
LEVINE, D. <b>Estatística</b> : teoria e aplicações usando o microsoft excel. Rio de Janeiro: LTC, 2000.		
MOORE, D. <b>A Estatística básica e sua prática</b> . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S. A, 2000.		
MORETTIN, L. G. <b>Estatística básica</b> : probabilidade. 6. ed., São Paulo: Makron Books, 1999.		

VIEIRA, S. **Estatística para a qualidade**: como avaliar com precisão a qualidade em produtos e serviços. Rio de Janeiro: Câmpus, 2002.

**Componente Curricular:** Sociologia

**Período Letivo:** 2º semestre

**Créditos:** 2

**Carga horária:** 40

**Ementa:** Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que determinaram o nascimento da sociologia: Revolução Industrial e Revolução Francesa; As teorias sociológicas dos clássicos: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber; Temas da sociologia contemporânea: Globalização, Economia e sociedade; Pobreza e exclusão social; Diversidade, pluralidade e minorias; Relações étnico-raciais; O trabalho na sociedade pós-industrial; a sociologia da crise ecológica; as Relações de poder numa sociedade organizada em Redes.

**Bibliografia Básica:**

COSTA, M. C. C. **Sociologia**: Introdução a ciência da sociedade. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção Tópicos)

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

SOUTO, C. S.; SOUTO, S. **A explicação sociológica**: Uma Introdução à sociologia. São Paulo: EPU, 1985.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

**Bibliografia Complementar:**

CASTELLS, M. **A era da Informação: economia, sociedade e Cultura**: A sociedade em redes. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 1v e 2v.

DURKHEIM, É. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção Tópicos)

DYMETMANN, A. **Sociologia para não sociólogos**. SP: Universidade São Judas Tadeu, 2007.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 1v.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v.

\_\_\_\_\_. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FRIEDMANN, T. **O mundo é plano**: uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

IANNI, O. **Teoria da globalização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARTINS, C. B. M. **O que é sociologia**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

(Coleção primeiros passos).

QUESSADA, D. **O poder da publicidade na sociedade consumista pelas marcas**: como a globalização impõem produtos, sonhos e ilusões. São Paulo: Futura, 2003.

QUINTANEIRO, T., et.al. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RODRIGO, J. A. (org.). **Durkheim**: Sociologia. 9. ed., São Paulo: Ática, 2002.

SELL, C. E. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TOURAINÉ, A. **Podemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

#### **Componente Curricular:** Noções de Direito Público e Privado

**Período Letivo:** 2º semestre

**Créditos:** 4

**Carga horária:** 80

**Ementa:** Noções sobre os princípios e fontes do direito comercial e societário brasileiro. Possibilitar conhecimentos básicos jurídicos, partindo-se desde a formação das normas, passando-se pelas regras de direito público (direito constitucional) e pelos principais pontos do direito privado (direito civil: parte geral, obrigações, contratos e direito empresarial). Noções do Sistema tributário nacional, fontes do tributário. Noções e princípios do direito do trabalho coletivo e individual, poder de direção do empregador, negociações, direito de greve.

#### **Bibliografia Básica:**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CARVALHO, P. de B. **Teoria da norma tributária**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

CARRION, V. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FÜHRER, M. C. A.; FÜHRER, E. M. **Manual de direito Público e Privado**. 17. ed. São Paulo: Revista, 2009.

MARTINS, S. P. **Direito processual do trabalho**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PINHO, R. R.; NASCIMENTO, A. M. **Instituições de direito público e Privado**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

#### **Bibliografia Complementar:**

ANDRADE, J. P. **Manual de falências e concordatas**. São Paulo: Atlas, 2004.

COTRIM, G. **Direito fundamental**: Instituições de Direito Público e Privado. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DOWER, N. G. B. **Instituições de direito público e privado**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

LEI nº. 11.101, de 9 de fevereiro de 2006 (regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresarial). Exemplar de

2007.		
MARTINS, S. P. <b>Instituições de direito público e privado</b> . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
VIANNA, C. S. V. <b>Manual prático das relações trabalhistas</b> . 10. ed. São Paulo: LTR, 2011.		
<b>Componente Curricular: Gestão de Pessoas</b>		
<b>Período Letivo:</b> 2º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Ementa:</b> Estudo de um dos seguimentos integrantes e pertinentes da contabilidade chamado Administração de Pessoal. Análise dos objetivos da Administração de Pessoal no contexto do mercado atual. Dinâmica das rotinas trabalhistas.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
CHIAVENATO, I. <b>Gestão de pessoas</b> . São Paulo: Elsevier Câmpus, 2009.		
GIL, A. C. <b>Gestão de pessoas</b> : enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.		
VERGARA, S. C. <b>Gestão de pessoas</b> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
FERREIRA, A. A; REIS, A. C. F.; PEREIRA, M. I. <b>Gestão empresarial</b> : de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Pioneira, 1997.		
OLIVEIRA, E. de. <b>Manual de prática trabalhista</b> . 28. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REIS, J. T. dos. <b>Manual de rescisão de contrato de trabalho</b> . 3. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.		
<b>Componente Curricular: Teoria da Economia</b>		
<b>Período Letivo:</b> 2º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> Histórico da economia brasileira, conceitos, definição e objeto da economia; a economia como ciência; o sistema econômico; consumo e poupança; introdução à teoria monetária; o crédito e o sistema financeiro; inflação; o mercado, taxa de câmbio e o regime cambial brasileiro.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
PASSOS, C. R. M. NOGAMI, O. <b>Princípios de economia</b> . São Paulo: Pioneira, 1998.		
ROSSETTI, J. P. <b>Introdução à economia</b> . 20. ed. São Paulo: Atlas. 2003		
VASCONCELOS, M. A., GARCIA, M. <b>Fundamentos de economia</b> . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
MAIA, J. M. <b>Fundamentos de economia</b> . São Paulo: Atlas, 2001.		
MONCHON, F. <b>Introdução à economia</b> . São Paulo: Atlas, 2002.		

NOGAMI, O. <b>Princípios de economia</b> . São Paulo: Pioneira, 2002.		
<b>Componente Curricular: Contabilidade Empresarial I</b>		
<b>Período Letivo:</b> 3º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Área trabalhista: relação do trabalho nas empresas; Documentação: admissão e demissão de empregados; Folha de pagamento: verbas e descontos; Férias; Décimo terceiro salário; Fundo de garantia por tempo de serviço; Rescisão contrato de trabalho; Seguro desemprego. Tipos de sociedades: sociedade limitada, sociedade civil, sociedade anônima. Constituições e alterações de empresas: nome empresarial; Requisitos para formação do nome empresarial; Proteção ao nome empresarial.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>MARION, J. C. <b>Contabilidade empresarial</b>. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. de. <b>Contabilidade comercial</b>: atualizado conforme Lei Nº 11.638/07 e Lei Nº 11.941/09 (Livro-texto). 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, E. de. <b>Manual de prática trabalhista</b>. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>FIPECAFI. <b>Manual de contabilidade societária</b>: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>GONÇALVES, G. <b>Resumo prático de rescisão de contrato de trabalho</b>. 4. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.</p> <p>GONÇALVES, G. <b>Resumo prático de cálculos trabalhistas</b>. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.</p> <p>SOUZA, C. De; FAVERO, H. L.; TAKAKURA, M.; LONARDONI, M. <b>Contabilidade teoria e prática</b>. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2002.</p>		
<b>Componente Curricular: Contabilidade de Custos</b>		
<b>Período Letivo:</b> 3º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Introdução à contabilidade de custos. Classificações e nomenclaturas de custos. O esquema básico da contabilidade de custos: custos para a valoração de estoques e apuração do resultado; custos diretos de produção. Materiais diretos: controles; valoração e aspectos fiscais. Mão-de-obra direta: controle e valoração. Custos indiretos de fabricação: controle; rateio direto de produtos; departamentalização; critérios de rateio. Contabilização dos custos de produção; custo do produto vendido e demonstração do resultado. Aplicação dos custos indiretos de fabricação.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>CREPALDI, S. A. <b>Curso básico de contabilidade de custos</b>. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		

LEONE, G. S. G.; LEONE, R. J. G.. <b>Curso de contabilidade de custos</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
MARTINS, E. <b>Contabilidade de custos</b> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
MARTINS, E. <b>Contabilidade de custos</b> : inclui a ABC. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
NAKAGAWA, M. <b>ABC – Custeio baseado em atividade</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
OLIVEIRA, L. M. de, PEREZ Jr., J. H. <b>Contabilidade de custos para não contadores</b> . São Paulo: Atlas, 2000.		
RIBEIRO, O. M. <b>Contabilidade de custos fácil</b> . 6. ed. São Paulo: Saraiva. 1999.		
<b>Componente Curricular: Contabilidade Tributária I</b>		
<b>Período Letivo:</b> 3º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> O sistema tributário nacional. Obrigações tributárias federais: microempresa e empresa de pequeno porte; pagamento dos tributos no regime simples nacional; lucro presumido. Lucro real – IRPJ e CSLL; Lucro arbitrado – IRPJ e CSLL; contribuições ao PIS e a COFINS. Demais Impostos Federais. Obrigações tributárias estaduais: demais empresas e ICMS regime normal; tributos estaduais. Obrigações tributárias municipais: demais empresas e ISS regime normal.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
CARRAZZA, R. A. <b>ICMS</b> . 15. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.		
CHAVES, F. C.; MUNIZ, E. G.. <b>Contabilidade tributária na prática</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
PEREZ JR, J. H.; et. al. <b>Manual de contabilidade tributária</b> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
ANDRADE FILHO, E. O. <b>Imposto de renda das empresas</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
BORGES, H. B. <b>Planejamento tributário</b> . São Paulo: Atlas, 2001.		
FABRETTI, L. C. <b>Contabilidade tributária</b> . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
GOMES, L. dos R.; et. al. <b>Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
<b>Componente Curricular: Economia Contemporânea</b>		
<b>Período Letivo:</b> 3º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Ementa:</b> Mercantilismo. Teoria das vantagens absolutas. Teoria das vantagens		

comparativas. Teoria neoclássica do comércio internacional. Teoria estratégica. Política comercial e integração econômica: protecionismo; tarifas e cotas; barreiras não-tarifárias. Política de substituição de importações. Políticas comerciais estratégicas. Integração: bilateralismo, multilateralismo; regionalismo. Organização mundial do comércio. Movimentos de capitais compensatórios.

**Bibliografia Básica:**

GONÇALVES, R., BAUMANN R.; PRADO, L. C. D.; CANUTO, O. **Economia internacional - teoria e experiência brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Câmpus, 2004.

MAIA, J. M. **Economia internacional e comércio exterior**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

**Bibliografia Complementar:**

MONCHON, F. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

NOGAMI, O. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira, 2002.

WESSELS, W. J. **Economia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

**Componente Curricular: Matemática Financeira**

**Período Letivo:** 3º semestre

**Créditos:** 4

**Carga horária:** 80

**Ementa:** Porcentagem e Capitalização: simples e composta; Taxas: conceitos e obtenção. Períodos de capitalização: Cálculo de juros e montante, Juro exato e juro comercial, Desconto comercial e racional. Mercado financeiro e tipos de investimentos. Anuidades: constantes, variáveis e fracionadas. Critérios de Investimentos. Sistemas de amortização.

**Bibliografia Básica:**

GIMENES, C. M. **Matemática financeira com HP 12C e excel**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2010.

HAZZAN, S.; POMPEO, J. N. **Matemática financeira**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, c2007.

SILVA, S. M. da. **Matemática financeira para os cursos de economia, administração e ciências contábeis**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAUER, U. R. **Matemática financeira fundamental**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRUNI, A. L, FAMÁ, R. **A matemática financeira**. São Paulo: Atlas, 2004.

CRESPO, A. A. **Matemática comercial e financeira**. São Paulo: Atlas, 1997.

MOITA, C. **Matemática financeira**. São Paulo: Atlas, 2002.

PUCCINI, A. L. **Matemática financeira, objetiva e aplicada**. 9. ed. São Paulo: Câmpus, 2011.

VERAS, L. L. <b>Matemática financeira</b> . 2. ed. – São Paulo, 2002.		
<b>Componente Curricular:</b> Filosofia e Ética Geral e Profissional		
<b>Período Letivo:</b> 3º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<p><b>Ementa:</b> Filosofia moderna: o humanismo renascentista; a revolução científica. A revolução no método da filosofia e das ciências: Francis Bacon e René Descartes. As construções metafísicas do racionalismo: Spinoza e Leibniz; A filosofia iluminista na Inglaterra e na França. A crítica ao iluminismo burguês: marxismo; A crítica a razão iluminista: Theodor Adorno, Max Horkheimer e Habermas. Ética geral: conceito, objetivo e campo da ética. Valores éticos. A relação entre a ética, a moral e a lei. Ética profissional: o código de ética profissional do contabilista.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. <b>Ética empresarial na prática:</b> liderança, gestão e responsabilidade corporativa. Curitiba: IBPEX, 2010.</p> <p>ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. <b>Filosofando:</b> introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.</p> <p>CHAUÍ, M. de S. <b>Convite à filosofia</b>. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>MONDIN, B. <b>Curso de Filosofia:</b> os filósofos do Ocidente. São Paulo: Paulus, 2003.</p> <p>NATALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>MONDIN, B; RENARD, J. <b>Introdução à filosofia:</b> problemas-sistemas-autores-obras. 11. ed. São Paulo: Paulus, 1998.</p> <p>NORRIS, C. <b>Epistemologia:</b> conceitos chave em filosofia. São Paulo: Artmed, 2007.</p> <p>REALE, G.; ANTISERI, D. <b>História da filosofia</b>. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1990.</p> <p>SÁ, Antonio Lopes de. <b>Ética profissional</b>. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>SROUR, Robert Henry. <b>Ética empresarial:</b> o ciclo virtuoso dos negócios. 3. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p>		
<b>Componente Curricular:</b> Análise de Custos		
<b>Período Letivo:</b> 4º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Métodos de custeamento: variável e por absorção. Custo fixo, lucro e margem de contribuição. Contribuição marginal e limitação na capacidade de produção. Margem de contribuição e custos fixos identificados. Decisão sobre fabricar ou comprar. Relação custo-volume-lucro. Custo-padrão. Análise das variações de materiais e mão-de-obra. Análise das variações de custos indiretos.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos**: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CLEMENTE, A.; SOUZA, A. **Gestão de custos**: aplicações operacionais e estratégicas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**: inclui o ABC. 8. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

#### **Bibliografia Complementar:**

BERTI, A. **Contabilidade e análise de custos**. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 1999.

LINS, L. dos S.; SILVA, R. N. S. **Gestão de Custos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, L. M. de; COSTA, R. G.; PEREZ JÚNIOR, J. H. **Gestão estratégica de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, L. M. de, PEREZ JR., J. H. **Contabilidade de custos para não contadores**. São Paulo: Atlas, 2000.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de custos fácil**. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

#### **Componente Curricular:** Contabilidade Empresarial II

**Período Letivo:** 4º semestre

**Créditos:** 4

**Carga horária:** 80

**Ementa:** Escrituração contábil de contas e movimento em empresarias. Planilhamento de débito e crédito. Digitação de lançamentos em sistema de contabilidade. Emissão e interpretação de balancete analítico e demonstrações financeiras. Relatórios contábeis conforme as leis 11.638/2007 e 11941/2009.

#### **Bibliografia Básica:**

GIMENEZ, L.; OLIVEIRA, A. B. S. **Contabilidade para gestores**: uma abordagem para pequenas e médias empresas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade comercial**: atualizado conforme Lei Nº 11.638/07 e Lei Nº 11.941/09 (Livre-texto). 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

#### **Bibliografia Complementar:**

ANDRADE, E. M. de. **Contabilidade comercial**. Rio de Janeiro: Câmpus, 2002

IUDICIBUS, S. **Contabilidade comercial**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade comercial fácil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SOUZA, C. de. ; FAVERO, H. L.; TAKAKURA, M.; LONARDONI, M. **Contabilidade teoria e prática**. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2002.

<b>Componente Curricular:</b> Contabilidade Rural e Agribusines		
<b>Período Letivo:</b> 4º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Atividade rural no código civil. Educação Ambiental. Formação jurídica para exploração agropecuária: produtor e trabalhador rural, previdência social rural, nota fiscal de produtor rural. Plano de custeio e benefício. Tipos de atividade. Contabilidade da agropecuária. Custos na agropecuária. Fluxo contábil e registros para pessoa jurídica. Demonstração do resultado econômico e financeiro. Contabilidade simplificada para pessoa física, inventário, anotações das despesas, anotações das receitas, demonstração do resultado econômico e financeiro, imposto de renda pessoa física e o anexo de atividade rural.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>CREPALDI, S. A. <b>Contabilidade rural:</b> uma abordagem decisorial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>MARION, J. C. <b>Contabilidade rural:</b> Contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, e imposto de renda pessoa jurídica. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, N. C. de. <b>Contabilidade aplicada ao agronegócio:</b> teoria e prática. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>ARAÚJO, M. J. <b>Fundamentos de agronegócios.</b> São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>BURANELLO, R. M. <b>Sistema privado de financiamento do agronegócio:</b> regime jurídico. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.</p> <p>POLONIO, W. A. <b>Manual das sociedades cooperativas.</b> 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>RIBON, M.; VALE, S. M. L. R. do. <b>Caderno de escrituração da empresa rural.</b> 1. ed. Viçosa: UFV, 1996.</p> <p>ZYLBERSZTAJN, D. (Org.). <b>Gestão da qualidade no agribusiness:</b> estudos e casos. São Paulo: Atlas, 2003.</p>		
<b>Componente Curricular:</b> Contabilidade Tributária II		
<b>Período Letivo:</b> 4º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Obrigações acessórias municipais, estaduais e federais. Informações complementares: tratamento dos dados de declarações; DACON e DCTF; PER/DCOMP; DIPJ; DACON; DIRF. Demais declarações. Declarações retificadoras. Pedido de cancelamento de declarações. Termo de intimação. Valoração dos créditos. Pagamento de restituições. Cruzamento das informações. Manutenção da escrita contábil em acordo com o sistema tributário.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>CHAVES, F. C.; MUNIZ, E. G. <b>Contabilidade tributária na prática.</b> 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PEGAS, P. H. <b>Manual de contabilidade tributária.</b> 7. ed. Rio de Janeiro: Freitas</p>		

Bastos, 2011.		
PINTO, L. J. S. <b>Contabilidade tributária</b> . 1. ed. Curitiba: Juruá, 2011.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
ANDRADE FILHO, E. O. <b>Imposto de renda das empresas</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
BORGES, H. B. <b>Planejamento tributário</b> . São Paulo: Atlas, 2001.		
FABRETTI, L. C. <b>Contabilidade tributária</b> . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
GOMES, L. dos R.; et. al. <b>Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
PEREZ JR, J. H.; et. al. <b>Manual de contabilidade tributária</b> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
<b>Componente Curricular: Teoria da Contabilidade</b>		
<b>Período Letivo:</b> 4º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> O desenvolvimento do pensamento contábil. A contabilidade norte-americana e sua influência. A evolução da contabilidade no Brasil. Teoria versus prática contábil. Contabilidade: objeto e objetivos. Estrutura dos conceitos contábeis. Ativo: conceituação, caracterização, avaliação/mensuração. Passivo: conceituação, caracterização, avaliação/mensuração. Patrimônio Líquido: teorias que o embasam. Receitas, despesas, ganhos e perdas. Evidenciação.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. <b>Introdução à teoria da contabilidade:</b> para o nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
COELHO, C. U. F. <b>Teoria da Contabilidade</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
LOPES DE SÁ, A. <b>História geral e das doutrinas da contabilidade</b> . São Paulo: Atlas, 1997.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
FAVERO, H. L. <b>Contabilidade teoria e prática</b> . Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2002.		
HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. <b>Teoria da contabilidade</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
IUDÍCIBUS, S. de. <b>Teoria da contabilidade</b> . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
MARTINS, E., GELBCKE, E. R., IUDÍCIBUS, S. <b>Manual de contabilidade das sociedades por ações</b> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
LOPES DE SÁ, A. <b>Teoria da Contabilidade</b> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
<b>Componente Curricular: Análise das Demonstrações Contábeis</b>		
<b>Período Letivo:</b> 5º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> A contabilidade e a análise das demonstrações contábeis. Histórico da		

<p>análise. Objetivos, metodologias e técnicas usadas nas análises. Critérios para análise de balanços de acordo com os diferentes usuários. Limitações, reclassificação das contas e preparos das demonstrações para análise. Exame e padronização, técnicas de depuração. Análise horizontal e vertical. Análise do capital de giro. Índices de liquidez. Índices de endividamento. Índices de imobilização. Índices de rotatividade. Índices de rentabilidade. Combinação de indicadores de insolvência (Kanitz e outros); índice padrão; elaboração de relatórios de análise.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>BRAGA, H. R. <b>Demonstrações contábeis</b>: estrutura, análise e interpretação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>IUDICIBUS, S. de. <b>Análise de balanços</b>. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MARION, J. C. <b>Análise das demonstrações contábeis</b>. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>BEGALLI, G. A.; PEREZ JR, J. H. <b>Elaboração e análise das demonstrações contábeis</b>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>FERREIRA, R. J. <b>Análise das demonstrações contábeis</b>. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2010.</p> <p>MARTINS, M. A.; SANTOS, J. L. dos; SCHMIDT, P. <b>Fundamentos de análise das demonstrações contábeis</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>SILVA, J. P. da. <b>Análise financeira das empresas</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p>		
<b>Componente Curricular: Contabilidade do Terceiro Setor</b>		
<b>Período Letivo:</b> 5º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<p><b>Ementa:</b> Objetivo para o qual foram constituídas e a responsabilidade social das entidades do Terceiro Setor. Aspectos históricos. Convênios. Forma de tributação. Controle de estoques. Tratamento das doações. Valor da mão-de-obra voluntária. Bens de consumo e bens de longa duração. Apuração e demonstração de resultados. Demonstração da situação patrimonial. Obrigação principal e obrigação acessória.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>ARAÚJO, O. C. <b>Contabilidade para organizações do terceiro setor</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>AZEVEDO, O. R.; SENNE, S. H. L. <b>Obrigações fiscais das entidades sem fins lucrativos e sociedades cooperativas</b>. São Paulo: IOB Thomson, 2006.</p> <p>OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. <b>Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: terceiro setor</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>BRASIL. <b>Novo Código Civil</b>: Lei 10.406/2002. 55. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.</p>		

<p>MANICA, F. B. <b>Terceiro setor e imunidade tributária</b>. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.</p> <p>NASCIMENTO, D. T.; OLAK, P. A. <b>Contabilidade para entidades sem fins lucrativos</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PEYON, L. F. <b>Gestão contábil para o terceiro setor</b>. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.</p> <p>SOUZA, L. M. de. <b>Tributação do terceiro setor no Brasil</b>. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2004.</p>		
<b>Componente Curricular: Contabilidade Avançada</b>		
<b>Período Letivo:</b> 5º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Transação entre partes relacionadas. Resultados de investimentos no exterior. Remuneração do capital próprio. Avaliação de investimento pelo método de equivalência patrimonial. Demonstrações consolidadas. Fusão. Cisão. Incorporação. Liquidação e extinção de empresas. Ganhos de capital.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>FENEMICK, T. R. <b>Contabilidade avançada e dinâmica gerencial</b>. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2011.</p> <p>PEREZ JR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. <b>Contabilidade avançada</b>. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SANTOS, dos J. L.; FERNANDEZ, L. A.; SCHMIDT, P. <b>Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>ALMEIDA, M. C. <b>Contabilidade avançada: textos, exemplos e exercícios resolvidos</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>IUDÍCIBUS, S. de; LOPES, A. B. <b>Teoria da contabilidade avançada</b>. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, L. M., PEREZ JR., J. H. <b>Contabilidade avançada: Teoria e prática</b>. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>SANTOS, C. dos. <b>Depreciação de bens do ativo imobilizado</b>. 4. ed. São Paulo: OB/Thomson, 2011.</p> <p>SCHMIDT, P., SANTOS, J. L., FERNANDES, L. A. <b>Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários</b>, 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>SCHMIDT, P., SANTOS, J. L., FERNANDES, L. A. <b>Avaliação de ativos intangíveis</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		
<b>Componente Curricular: Contabilidade Pública</b>		
<b>Período Letivo:</b> 5º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Campo de atuação e abrangência da contabilidade pública. A</p>		

administração pública, de entidades governamentais, de contabilidade pública. Sistemas contábeis. Regime contábil. Sistema orçamentário público brasileiro. Receita e despesa pública. Lei 4.320/64; Lei 8666/93; Lei complementar 101/00. Plano de contas. Patrimônio público. Lançamentos da contabilidade pública. Balancetes. Demonstrativos, anexos e relatórios. Prestação de contas e convênios. Transparência pública e responsabilidade fiscal.

#### **Bibliografia Básica:**

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. São Paulo: Atlas, 2003.

#### **Bibliografia Complementar:**

ANDRADE, N. de A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3. ed. São Paulo: 2007.

LIMA, D. V. de; CASTRO, R. G. de. **Contabilidade pública: integrando união, estados e municípios (Siafi e Siafem)**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUINTANA, A. C.; et al. **Contabilidade pública de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, L. M. da. **Contabilidade Governamental**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

#### **Componente Curricular: Projeto I**

**Período Letivo:** 5º semestre

**Créditos:** 2

**Carga horária:** 40

**Ementa:** Organização do projeto para estágio I. Levantar na legislação os conceitos teóricos que permitem desenvolver as práticas de constituições societárias junto aos órgãos regulamentadores, nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Identificação e elaboração dos documentos de constituição societária e encaminhamento aos órgãos competentes. Cadastros pertinentes a estruturação de pessoas jurídicas.

#### **Bibliografia Básica:**

FIPECAFI. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, L. M. de; CHIEREGATO, R.; PEREZ JR, J. H.; GOMES, M. B. **Manual de contabilidade tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

#### **Bibliografia Complementar:**

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, J. C. <b>Contabilidade empresarial</b> . 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
OLIVEIRA, A. B. S. <b>Métodos da pesquisa contábil</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
<b>Componente Curricular:</b> Planejamento Empresarial		
<b>Período Letivo:</b> 5º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> Gestão estratégica. Planejamento estratégico. Diagnostico empresarial. Objetivos gerais: visão missão. Valores. Políticas empresariais. Instrumentos de controle e avaliação. Plano de ação.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
FREZATTI, F. <b>Orçamento empresarial</b> : planejamento e controle gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
HOJI, M.; SILVA, H. A. da. <b>Planejamento e controle financeiro</b> : Fundamentos e Casos Práticos de Orçamento Empresarial. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
VALADARES, M. C. de B. <b>Planejamento estratégico empresarial</b> . 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
NOGAS, C. e LUZ, É. E. da. <b>Controladoria</b> : gestão, planejamento e aplicação. Curitiba: Lobo Franco, 2004.		
SHIMIDT, P.; SANTOS, J. L. dos; PEREIRA, M. A. M. <b>Fundamentos de Orçamento Empresarial</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
SILVA, H. A. da; HOJI, M. <b>Planejamento e controle financeiro</b> : fundamentos e casos práticos de orçamento empresarial. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
<b>Componente Curricular:</b> Administração Financeira		
<b>Período Letivo:</b> 6º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> As funções da empresa. As ferramentas utilizadas para previsões financeiras. Noções de risco e rentabilidade. Análise e planejamento financeiro. Estratégias financeiras de curto prazo. Visão da dinâmica econômico-financeira. Desenvolver atitude de administrador financeiro segundo os aspectos de pesquisa, julgamento e critica de problemas de administração financeira e tomada de decisão financeira.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
GITMAN, L. J. <b>Princípios de administração financeira</b> . 12. ed. São Paulo: Harbra, 2010.		
SILVA, J. P. da. <b>Análise financeira das empresas</b> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
STICKNEY, C. P.; WEIL, R. L. <b>Contabilidade financeira</b> : uma introdução aos conceitos, métodos e usos. São Paulo: Atlas, 2001.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		

FREZATTI, F. **Orçamento empresarial**: planejamento e controle gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOJI, M. **Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORANTE, A. S.; JORGE, F. T. **Administração financeira**: decisões de curto Prazo, decisões de longo prazo, indicadores de desempenho. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANVICENTE, A. Z. **Administração financeira**. Livro texto 16. Reimpressão. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

#### Componente Curricular: Auditoria I

**Período Letivo**: 6º semestre

**Créditos**: 4

**Carga horária**: 80

**Ementa**: Introdução: origem e a evolução da auditoria na Europa, EUA e no Brasil. Conceitos básicos de auditoria. Testes de auditoria. Tipos de auditoria. Auditoria interna e avaliação do controle interno. Recrutamento, seleção, treinamento e avaliação de auditores. Demonstrações financeiras a serem auditadas. Relatórios comentados. Planejamento de auditoria. Revisão analítica. Um comparativo entre a auditoria operacional e a auditoria de gestão.

#### Bibliografia Básica:

ATTIE, W. **Auditoria, conceitos e aplicações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARRETO, D. F. **Auditoria, teoria e exercícios comentados**: série teoria e questões. 2. ed. São Paulo: Método, 2011.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**. São Paulo: Atlas, 2000.

#### Bibliografia Complementar:

ARAUJO, I. da P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETTO, P. H. T. **Auditoria Contábil**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GERHARD, D.I B. **Manual de controle e auditoria**: com ênfase na gestão de recursos públicos. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOPES DE SÁ, A. **Curso de auditoria**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, S. de. **Seguros, contabilidade, atuária e auditoria**. São Paulo: Saraiva, 2001.

#### Componente Curricular: Projeto II

**Período Letivo**: 6º semestre

**Créditos**: 2

**Carga horária**: 40

**Ementa**: Organização do projeto para estágio II. Seleção das práticas, classificação e registro dos fatos contábeis a partir dos documentos de constituição; de movimento com mercadorias e movimentação de operacionalização societária. Práticas das rotinas trabalhistas, fiscais, obrigações acessórias e procedimentos contábeis.

#### Bibliografia Básica:

CARRAZZA, R. A. **ICMS**. 15. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

CHAVES, F. C.; MUNIZ, É. G. **Contabilidade tributária na prática**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, L. dos R.; et. al. **Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SOUZA, C. de. FAVERO, H. L.; TAKAKURA, M.; LONARDONI, M. **Contabilidade teoria e prática**. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2002.

**Bibliografia Complementar:**

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, G. **Resumo prático de rescisão de contrato de trabalho**. 4. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

GONÇALVES, G. **Resumo prático de cálculos trabalhistas**. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos da pesquisa contábil**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

**Componente Curricular:** Marketing Empresarial e Profissional

<b>Período Letivo:</b> 6º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
------------------------------------	--------------------	--------------------------

**Ementa:** Visão geral do marketing de serviços. O desenvolvimento de uma comunicação eficaz para obtenção de resultados no Marketing de Serviços. Fundamentação teórica e principais conceitos, sistemas de informação e pesquisa de mercado. Gerenciamento do mix de marketing de serviços. Gerenciamento estratégico do marketing e administração das suas ferramentas. Vendas de serviços, estratégias de preço, promoção e distribuição. Marketing de relacionamento, endomarketing e planejamento estratégico de marketing.

**Bibliografia Básica:**

KOTLER, P.. KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LAURINDO, M. **Marketing pessoal e o novo comportamento profissional**. 3. ed. São Paulo: Altana, 2004.

SARQUIS, A. B. **Estratégias de marketing para serviços: como as organizações de serviços devem estabelecer e implementar estratégias de marketing**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

**Bibliografia Complementar:**

BITNER, M. Jo; ZEITHAML, V. A. **Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

LOVELOCK, C.; WIRTZ, J. **Marketing de Serviços**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

PEREZ, C. BAIRON, S. **Comunicação e marketing: teorias da comunicação e**

novas mídias um estudo prático. 1. ed. São Paulo: Futura, 2002.		
<b>Componente Curricular: Mercado de Capitais</b>		
<b>Período Letivo:</b> 6º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> Mercado de Capitais, de Finanças e de Crédito. Tomada de Decisão sobre Investimentos em: títulos públicos, títulos privados, mercado acionário, mercado cambial, derivativos e futuros. Fontes de Financiamento. Principais Operações e Indicadores de Mercado. Análise de Investimento no Mercado. Políticas Econômicas e seus efeitos no mercado. Dívidas Públicas Interna e Externa.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
ASSAF NETO, A. <b>Mercado financeiro</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
CAVALCANTE, F. <b>Mercado de capitais</b> . Rio de Janeiro: Câmpus, 2001.		
FORTUNA, E. <b>Mercado financeiro</b> . 15. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (BRASIL). <b>Agenda legislativa:</b> sistema contábil financeiro. Brasília: CFC, 2003.		
GITMAN, L. J. <b>Princípios de administração financeira</b> . Porto Alegre: Bookman, 2001.		
MELLAGI FILHO, A. <b>Mercado financeiro e de capitais</b> . São Paulo: Atlas, 2000.		
PINHEIRO, J. L. <b>Mercado de capitais</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.		
<b>Componente Curricular: Perícia Contábil</b>		
<b>Período Letivo:</b> 6º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> Perícia: aspectos históricos, legais, sociais e conceituais. Diferença entre perícia e auditoria. Classificações e finalidade. Normas brasileiras da perícia e do perito. Perícia contábil e o Código de Processo Civil - CPC. Processualística da perícia contábil operacional, laudo (quesitos, considerações, anexos). Estudos de casos. Arbitragem: conceito, arbitragem em litígios. Função e ato do arbitro. Formação do tribunal arbitral. Perícia arbitral: direitos patrimoniais, questões trabalhistas, colisões de veículos e demais casos que envolvam atos arbitrários.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
CAHALI, F. J. <b>Curso de arbitragem</b> . 1. ed. RT, 2011.		
CARMONA, C. A. <b>Arbitragem e processo:</b> um comentário à Lei nº. 9.307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
CÂMARA, A. F. <b>Arbitragem, Lei nº 9.307/96</b> . 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.		
FAVERO, H. L.; LONARDONI, M.; MAGALHÃES, A. de D. F.; SOUZA, C. de. <b>Perícia contábil:</b> uma abordagem teórica, ética. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
ORNELAS, M. M. G. de. <b>Perícia contábil</b> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		

LOEPS DE SÁ, A. <b>Perícia contábil</b> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
ALBERTO, V. L. P. <b>Perícia contábil</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
LUNKES, I. C.; MAGALHÃES, A. de F. de N. <b>Perícia contábil nos processos cível e trabalhista</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
MAGALHÃES, A. de D. F., et al. <b>Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional: casos praticados</b> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.		
<b>Componente Curricular: Auditoria II</b>		
<b>Período Letivo:</b> 7º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Ementa:</b> Roteiro Básico para a execução da auditoria. Avaliação do controle interno. Normas internacionais de auditoria. Elaboração do planejamento de auditoria. Programa de auditoria. Elaboração dos papéis de trabalho. Auditoria dos ativos circulante e não circulante. Auditoria dos passivos circulante e não circulante. Elaboração do relatório de auditoria. Elaboração do parecer de auditoria.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
ATTIE, W. <b>Auditoria, conceitos e aplicações</b> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
BARRETO, D. F. <b>Auditoria, teoria e exercícios comentados: série teoria e questões</b> . 2. ed. São Paulo: Método, 2011.		
GERHARD, D. B. <b>Manual de controle e auditoria: com ênfase na gestão de recursos públicos</b> . 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
ARAUJO, I. da P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETTO, P. H. T. <b>Auditoria Contábil</b> . 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.		
BORGES, H. B. <b>Auditoria de tributos</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
CREPALDI, S. A. <b>Auditoria Contábil</b> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
SOUZA, S. de. <b>Seguros, contabilidade, atuária e auditoria</b> . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.		
RECKTENVALD, G.; ÁVILA, R. B. <b>Manual de auditoria fiscal: teoria e prática</b> . Porto Alegre: Síntese, 2002.		
<b>Componente Curricular: Contabilidade Societária</b>		
<b>Período Letivo:</b> 7º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<b>Ementa:</b> Estrutura em acordo com o CPC. Estudo da estrutura de capital das empresas. Provisões e outras transações societárias. Ajuste a valor presente; valor justo ( <i>fair value</i> ). Redução ao valor recuperável dos ativos ( <i>impairment</i> ). Ativos e passivos contingentes: insubsistências e superveniências. Ganhos e perdas de capital. Dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio. Reservas. Aspectos contábeis de Instituições controladas pela CVM e pelo Banco Central.		

<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>ALMEIDA, M. C. <b>Manual prático de interpretação contábil da lei societária</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>FIPECAFI. <b>Manual de contabilidade societária</b>: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P. <b>Fundamentos da contabilidade societária</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>ZAPPA HOOG, W. A. <b>Fundo de comércio <i>goodwil</i> em</b>: apuração de haveres, balanço patrimonial, dano emergente, lucro cessante e locação não residencial. Curitiba: Juruá, 2007.</p> <p>SANTOS, C. dos. <b>Depreciação de bens do ativo imobilizado</b>. 4. ed. São Paulo: OB/Thomson, 2011.</p> <p>SZUSTER, N. <b>Contabilidade geral, introdução à contabilidade societária</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>		
<b>Componente Curricular: Psicologia Organizacional</b>		
<b>Período Letivo:</b> 7º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Administração de recursos humanos: Educação em Direitos Humanos, personalidade, vida afetiva, inteligência emocional no trabalho, motivação e liderança. Cultura e clima organizacionais. Gestão de conflitos em contextos organizacionais. Comunicação. Qualidade de vida e saúde mental no trabalho.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>AGUIAR, M. A. F. de. <b>Psicologia aplicada a administração</b>: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>FIORELLI, J. O. <b>Psicologia para administradores</b>: integrando teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>MOSCOVICI, F. <b>Equipes dão certo</b>: a multiplicação do talento humano. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>CHIAVENATO, I. <b>Administração de recursos humanos</b>: fundamentos básicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>MINICUCCI, A. <b>Psicologia aplicada</b>. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>_____, <b>Técnicas do trabalho em grupo</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>MOSCOVICI, F. <b>Desenvolvimento interpessoal</b>: treinamento em grupo. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.</p>		
<b>Componente Curricular: Projeto III</b>		

<b>Período Letivo:</b> 7º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<p><b>Ementa:</b> Organização do projeto para estágio III. Relacionadas à prática do encerramento das demonstrações: Balanço Patrimonial – BP, Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados – DLPA, Demonstração da Mutação do Patrim�nio Líquido – DMPL, Demonstrac�o do Fluxo de Caixa – DCF, Demonstrac�o do Valor Agregado – DVA e Notas Explicativas, de acordo com as exigências da Lei 11.638/07 e 11.941/09.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>ALMEIDA, M. C. <b>Manual prático de interpreta�o contábil da lei societária</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>GOMES, L. dos R.; et. al. <b>Manual de contabiliza�o de tributos e contribuic�es sociais</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>SANTOS, C. dos. <b>Deprecia�o de bens do ativo imobilizado</b>. 4. ed. São Paulo: OB/Thomson, 2011.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>BEUREN, I. M. (Org.). <b>Como Elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>GIL, A. C. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>GONÇALVES, G. <b>Resumo prático de rescisão de contrato de trabalho</b>. 4. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.</p> <p>GONÇALVES, G. <b>Resumo prático de c�culos trabalhistas</b>. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.</p> <p>QUINTANA, A. C. <b>Fluxo de caixa, demonstra�es contábeis</b>. Curitiba: Juruá, 2009.</p>		
<b>Componente Curricular:</b> Jogos de Empresas		
<b>Período Letivo:</b> 8º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Desenvolvimento de competências gerenciais através de jogos de negócios que simulam situa�es diversas em ambientes organizacionais e competitivos. Desenvolvidos a partir de um <i>software</i> para processamento do jogo e apoio � decisão. Vivência de situa�o real do dia-a-dia da administra�o de uma empresa e a busca de solu�es.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>BERNI, D. de A. <b>Teoria dos jogos: jogos de estratégia, estratégia decisória, teoria de decisão</b>. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso, 2004.</p> <p>GRAMIGNA, M. R. M. <b>Jogos de empresas e técnicas vivenciais</b>. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.</p> <p>LUPERINI, R. <b>Dinâmicas e jogos nas empresas: método, instrumento e práticas de treinamento</b>. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2008.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		

<p>GRAMIGNA, M. R. M. <b>Jogos de empresas</b>. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.</p> <p>HICKMAN, C. R. <b>O jogo da estratégia</b>. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.</p> <p>SCHRAGE, M. <b>Jogando pra valer</b>: como as empresas utilizam simulações para inovar. 1. ed. Rio de Janeiro: Câmpus, 2001.</p> <p>VICENTE, P. <b>Jogos de empresa</b>: a fronteira do conhecimento em administração e negócios. 1. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.</p>		
<b>Componente Curricular: Tópicos Contemporâneos</b>		
<b>Período Letivo:</b> 8º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<p><b>Ementa:</b> Aplicação do enfoque sistêmico à contabilidade. Atualização das definições dos elementos do sistema de informações econômicas e financeiras. Os sistemas de informações contábeis avançados. A necessidade dos aplicativos utilizados nos controles internos e os níveis de integração por áreas, governamentais e de gestão.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>GIL, A. L. <b>Sistemas de Informações Contábil/Financeiros</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>MOSCOVE, A. S., SIMKIN, M. G. e BAGRANOFF, N. A. <b>Sistemas de Informações Contábeis</b>. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. <b>Sistema público de escrituração digital</b>. Manual disponível em: <a href="http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/download.htm">http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/download.htm</a>.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>BEUREN, I. M. <b>Gerenciamento da Informação</b>: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>BIO, S. R. <b>Sistemas de informação</b>: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>CORNACHIONI JR, E. B. <b>Informática aplicada às áreas de contabilidade</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>GIL, A. L. <b>Sistemas de Informações gerenciais</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>PADOVEZE, C. L. <b>Sistemas de Informações Contábeis</b>. São Paulo: Atlas, 1998.</p>		
<b>Componente Curricular: Controladoria</b>		
<b>Período Letivo:</b> 8º semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Controladoria: conceito, âmbito da função e estruturação, eficiência e eficácia. O sistema de informações contábeis: importância, planejamento e implementação. A elaboração de relatórios para uso interno e externo. Informação: análise, gerência e tecnologia. A função controle de propriedade: conceito e implementação. Sistemas Gerenciais: abordagem e aplicações, controle dos custos, despesas, receitas e nível de eficiência. Planejamento e fixação de</p>		

políticas: o papel do controlador.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. <b>Controladoria: teoria e prática</b> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.		
GARCIA, A. S. <b>Introdução à controladoria</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REGINATO, L.; NASCIMENTO, A. M. <b>Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
CREPALDI, S. A. <b>Contabilidade gerencial: teoria e prática</b> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
MOSIMANN, C. P.; FISH, S. <b>Controladoria: seu papel na administração de empresas</b> . 2. ed., São Paulo: Atlas, 1999.		
NAKAGAWA, M. <b>Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação</b> . São Paulo: Atlas, 1993.		
NOGAS, C. e LUZ, É. E. da. <b>Controladoria: gestão, planejamento e aplicação</b> . Curitiba: Lobo Franco. 2004.		
PEREZ JR, J. H.; PESTANA, A. O.; FRANCO, S. P. C. <b>Controladoria de gestão: teoria e prática</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.		
SCHIER, C. U. da C. <b>Controladoria como instrumento de gestão</b> . 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.		
<b>Componente Curricular: Projeto IV</b>		
<b>Período Letivo:</b> 8º semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Ementa:</b> Estudos para atualização sobre temas contábeis. Organização de documentos. Estruturação de propostas de projeto e procedimentos metodológicos para elaboração e apresentação do trabalho de conclusão.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
ALMEIDA, M. C. <b>Manual prático de interpretação contábil da lei societária</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
BEUREN, I. M. (Org.). <b>Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.		
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. <b>Normas de apresentação</b> . Curitiba, IFPR, 2011.		
OLIVEIRA, A. B. S. <b>Métodos da pesquisa contábil</b> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
GIL, A. C. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
GONÇALVES, G. <b>Resumo prático de rescisão de contrato de trabalho</b> . 4. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.		
GONÇALVES, G. <b>Resumo prático de cálculos trabalhistas</b> . 2. ed. Curitiba: Juruá		

<p>Editora, 2009.</p> <p>QUINTANA, A. C. <b>Fluxo de caixa, demonstrações contábeis</b>. Curitiba: Juruá, 2009.</p>		
<b>Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso</b>		
<b>Período Letivo:</b> 8º semestre	<b>Créditos:</b> 12	<b>Carga horária:</b> 240
<p><b>Ementa:</b> De acordo com o regulamento, e o pré-projeto desenvolvido, identificar o que deverá ser embasado teoricamente para a realização do trabalho de conclusão. Desenvolver o tema escolhido para o artigo. Revisar a literatura pertinente. Utilizar e aplicar a metodologia da pesquisa para realização do trabalho. Desenvolver pesquisa de campo, quando aplicável. Apresentar e defender o artigo no formato científico.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>BEUREN, I. M. (Org.). <b>Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:</b> teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. <b>Normas de apresentação</b>. Curitiba, IFPR, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, A. B. S. <b>Métodos da pesquisa contábil</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. <b>Apresentação de relatórios técnicos científicos</b>. Rio de Janeiro.</p> <p>BRASILEIRA, M. E.; SILVA, L. C. de S. <b>Metodologia da pesquisa científica</b>. 1. ed. Goiânia: AB, 2011.</p> <p>GIL, A. C. <b>Como elaborar projetos de Pesquisa</b>. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		

### OPTATIVAS

<b>Componente Curricular:</b> Contabilidade Ambiental		
<b>Período Letivo:</b> ___ semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Contabilidade de passivos e ativos ambientais. Auditorias ambientais. Demonstração de informações de natureza social e ambiental conforme a NBC T 15. Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 1254/03).</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>BRAGA, C. (Org.). <b>Contabilidade ambiental:</b> ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>FERREIRA, A. C. de S. <b>Contabilidade ambiental:</b> uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>FIORILLO, C. A. P. <b>Curso de direito ambiental brasileiro</b>. São Paulo: Saraiva, 2004.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. <b>Princípios fundamentais e normas</b></p>		

brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia. Brasília: CFC, 2003.

LA ROVERE, E. L. (Org.). **Manual de auditoria ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SALES, R. **Auditoria ambiental e seus aspectos jurídicos**. São Paulo: LTr, 2001.

TINOCO, J. E. do P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

**Componente Curricular:** Governança Corporativa

<b>Período Letivo:</b> ___ semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
-------------------------------------	--------------------	--------------------------

**Ementa:** Origem, conceitos e direcionadores da Governança Corporativa. Princípios da ética, transparência, equidade, e responsabilidade social ambiental. A integração dos fundamentos de GC e Ética nos negócios com as práticas de gestão empresarial. Código das melhores práticas de Governança Corporativa - IBGC. Cartilha das Boas Práticas de Governança Corporativa - CVM.

**Bibliografia Básica:**

ANDRADE, A. de; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa:** fundamentos, desenvolvimento e tendências. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Governança corporativa:** integrando acionistas, conselho de administração e diretoria executiva na geração de resultados. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança corporativa:** teoria e prática. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

SILVA, E. C. da. **Governança corporativa das empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, A. L. C. da. **Governança corporativa e sucesso empresarial:** melhores práticas para aumentar o valor da firma. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança corporativa:** desempenho e valor da empresa no Brasil. Rio de Janeiro: Saint Paul, 2005.

**Componente Curricular:** Língua Brasileira de Sinais – Libras

<b>Período Letivo:</b> ___ semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
-------------------------------------	--------------------	--------------------------

**Ementa:** Focalizar o ensino de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, através da Prática. A modalidade linguística mais apropriada de comunicação entre surdos e ouvintes. A importância de habilidades referentes à expressão corporal e facial, considerando esses, fatores constituintes da Língua de Sinais.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a língua brasileira de sinais - LIBRAS e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira.** São Paulo: Edusp, 2001.

FILIFE, T. A. **Libras em contexto:** curso básico, livro do professor e do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos surdos, MEC; SEESP, 2001.

#### **Bibliografia Complementar:**

GÓES, M.C.R. **Linguagem, surdez e educação.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

LIMA, M.C. (Org.). **Fonoaudiologia:** surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000. p. 42-53.

MOURA, M.C. **O surdo:** caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

ORLANDI, E.P. **Identidade linguística escolar.** In: SIGNORINI, I. (Org.). Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

#### **Componente Curricular: Orçamento Público**

**Período Letivo:** \_\_\_ semestre

**Créditos:** 4

**Carga horária:** 80

**Ementa:** Orçamento público. O Processo Orçamentário. O Processo de Elaboração e Execução Orçamentária no Brasil. Classificações Orçamentárias. Receita e Despesas Públicas. Programação e Execução Financeira. Dívida pública. Patrimônio público. Análise e interpretação do orçamento e dos balanços públicos.

#### **Bibliografia Básica:**

GAMA, F. **Fundamentos de orçamento público.** 1. ed. São Paulo: Câmpus, 2009.

GIACOMONI, J. **Orçamento público.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PISTICELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. **Contabilidade pública:** uma abordagem da administração financeira federal. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

#### **Bibliografia Complementar:**

CARVALHO, J. C. O. de. **Orçamento público.** 3. ed. São Paulo: Câmpus, 2008.

SILVA, D. S. da (Coord.). **Guia contábil da lei de responsabilidade fiscal:** para aplicação nos municípios. 2. ed. Brasília: Ethos, 2000.

SILVA, L. M. da. **Contabilidade governamental:** um enfoque administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SLOMSKI, V. **Mensuração do resultado econômico nas entidades públicas:** uma proposta. Chapecó: Argos, 2001. 84 p. (Série Didática).

<b>Componente Curricular: Sustentabilidade</b>		
<b>Período Letivo:</b> ___ semestre	<b>Créditos:</b> 4	<b>Carga horária:</b> 80
<p><b>Ementa:</b> Balanço Social. Objetivo do Relatório da sustentabilidade. Aspectos econômicos, sociais, ambientais e de responsabilidade pública. Informações necessárias para usuários e parceiros sociais. A qualidade de vida das gerações futuras e a minimização dos impactos negativos (passivos ambientais) sobre o patrimônio e sobre a imagem (ativo intangível e meio ambiente).</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>TINOCO, J. E. P. <b>Balanço social e o relatório da sustentabilidade</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>BRAGA, C. <b>Contabilidade ambiental: Ferramenta para a gestão de sustentabilidade</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>FERRONATO, A. J. <b>Gestão contábil-financeira de micro e pequenas empresas: sobrevivência e sustentabilidade</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>AMATO NETO, J. (org). <b>Sustentabilidade e produção: teoria e prática para uma gestão sustentável</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>SEIFFERT, M. E. B. <b>Mercado de carbono e protocolo de Quioto: oportunidades de negócio na busca da sustentabilidade</b>. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>FERREIRA, A. C. de S.; SIQUEIRA, J. R. M. de; GOMES, M. Z. <b>Contabilidade ambiental e relatórios sociais</b>. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>		
<b>Componente Curricular: Contabilidade Internacional</b>		
<b>Período Letivo:</b> _° semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<p><b>Ementa:</b> Contabilidade no contexto globalizado: assimetria informacional. Órgãos que estabelecem normas: FASB, IASB, USGAAP, IFRS, CPC. Harmonização das normas. Conversão de demonstrativos contábeis. Evolução da harmonização contábil em diversos países e as perspectivas no Brasil.</p>		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
<p>BENEDICTO, G. C. de; LEITE, J. da S. J.; PADOVEZE, C. L. <b>Manual de contabilidade internacional</b>. 1. ed. São Paulo: Cengage, 2011.</p> <p>FERNANDES, L. A.; SANTOS, J. L. dos; SCHMIDT, P. <b>Contabilidade internacional avançada</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>NIYAMA, J. K. <b>Contabilidade internacional</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
<p>BENEDICTO, G. C.; PADOVEZE, C. L. <b>Manual de contabilidade internacional: Ifrs - Us Gaap - Br Gaap</b>. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning , 2011.</p> <p>CARVALHO, L. N. G.; LEMES, S. <b>Contabilidade internacional para graduação</b>.</p>		

1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
EARNEST, Y.; Fipecafi. <b>Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras.</b> 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
PEREZ JR, J. H. <b>Conversão das demonstrações contábeis.</b> 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
<b>Componente Curricular: Noções de Atuária</b>		
<b>Período Letivo:</b> _ semestre	<b>Créditos:</b> 2	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Ementa:</b> Estudo da teoria e da prática atuarial relacionados à estrutura securitária. Principais aspectos da previdência privada no Brasil. Modalidades de seguros e previdências privadas em seu nível básico. Normas contábeis pertinentes a seguros, riscos.		
<b>Bibliografia Básica:</b>		
FERREIRA, J. W. <b>Introdução à ciência atuarial.</b> 1. ed. Rio de Janeiro: Brasília MPAS, 2002.		
MARTINS, G. de A.; et. al. <b>Fundamentos da previdência complementar, da atuária à contabilidade.</b> 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
SOUZA, S. de. <b>Seguros, contabilidade, atuária e auditoria.</b> São Paulo: Saraiva, 2001.		
<b>Bibliografia Complementar:</b>		
CORDEIRO FILHO, A. <b>Cálculo atuarial aplicado: teoria e aplicações.</b> 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
FIGUEIREDO, S. <b>Contabilidade de seguros.</b> 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.		
MARTINS, S. P. <b>Legislação previdenciária:</b> atualizada de acordo com o Decreto nº. 3.048, de 06/05/1999: Regulamento da previdência social. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		

### 3.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Tanto para os estágios supervisionados obrigatórios, quanto para os estágios não obrigatórios são previstos nas diretrizes e têm supervisão de docentes do curso. Objetivam vincular as teorias estudadas no percurso do curso, às práticas relacionadas à contabilidade.

A avaliação é efetivada conforme o parecer do Professor Supervisor do estágio e do professor do componente curricular de Projeto I no 5º (quinto) período; Projeto II no 6º (sexto) período e Projeto III no 7º (sétimo) período, cumprindo o total de 153 horas/relógio.

Os estágios supervisionados, obrigatórios e não obrigatórios são realizados de acordo com as Diretrizes de Estágios do Curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná, **Anexo II**, fundamentados nas Resoluções CNE/CES n°. 01 e 02 de 2002.

### 3.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Conforme dispõe o Art. 10 da Resolução 10/2004 CNE/CES o Trabalho de Conclusão de Curso – TC é componente curricular obrigatório, podendo ser desenvolvido por dois alunos ou individualmente, cumprindo um total de 200 horas/relógio no 8º (oitavo) semestre. Os temas para os TC serão delimitados conforme os conteúdos fixados na matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso.

O Trabalho de Conclusão apresentado ao término do curso é orientado pelo professor responsável pelo componente curricular de Trabalho de Conclusão e co-orientado por professores relacionados ao tema escolhido, dentre as linhas de pesquisa estabelecidas no regulamento aprovado pelo colegiado do curso, bem como o cronograma de desenvolvimento do trabalho, culminando com a apresentação do trabalho final para uma banca composta pelo professor titular do componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso, pelo professor que orientará a pesquisa e um professor convidado.

Para aprofundar os estudos e a elaboração dos Trabalhos de Conclusão será permitido: trabalho bibliográfico, com estudo de caso, com pesquisa documental e pesquisa de campo. A regulamentação do TC consta no **Anexo III**.

### 3.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares Acadêmicas compreendem as atividades que contribuem com o processo formativo do acadêmico na área, constando de atividades de ensino, pesquisa e extensão validadas a partir de um quadro de orientação, **Anexo IV**, com cargas horárias distribuídas de forma equânime.

A instituição e o curso têm o compromisso de oferecer os mais diferentes tipos de atividades complementares, envolvendo professores, acadêmicos e comunidade, mas também divulgar e incentivar a participação em eventos e

atividades promovidas em outros contextos e que contribuam para a formação ofertada.

## **4 PERFIL DO CORPO DOCENTE**

A formação do corpo docente do Curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná Câmpus Palmas é multidisciplinar, o que fundamenta ainda mais o proposto pelos modernos conceitos de formação generalista, adotada pela maioria dos cursos superiores, inclusive nas ciências contábeis, permitindo ampliar conhecimentos que beneficiam a comunidade, pois contará com profissionais de visão mais ampla para fins operacionais, fiscais e gerenciais.

O corpo docente possui conhecimento prático e teórico, contribuindo para qualidade do ensino e das atividades de iniciação à pesquisa e extensão.

### **4.1 CORPO DOCENTE**

#### **4.1.1 Atribuições da Coordenação**

Conforme o Artigo 1º da Portaria nº 283/2011 de 23 de maio de 2011, a normatização das atribuições das Coordenações de Cursos, no âmbito do Câmpus Avançado de Palmas é até a aprovação do Regimento Interno do Instituto Federal do Paraná por seu Conselho Superior. No Artigo 2º refere-se que compete ao Coordenador de Cursos as atribuições de:

- XIII. integrar o planejamento e a ação didático- pedagógico dos cursos sob sua coordenação;
- XIV. executar as deliberações do Conselho Superior;
- XV. cumprir as determinações dos órgãos diretivos;
- XVI. presidir as reuniões do Colegiado do Curso;
- XVII. organizar e registrar as reuniões do Colegiado de Curso sob sua coordenação para os assuntos que sejam de interesse dos cursos.
- XVIII. assessorar à coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas das áreas de conhecimento ofertadas;
- XIX. presidir a sessão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
- XX. fornecer à Coordenação de Ensino , conforme calendário, e após a reunião do Colegiado do curso, os resultados do período avaliativo, bem como os diários de classe, devidamente preenchidos;
- XXI. supervisionar o cumprimento da carga horária do curso coordenado, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências

nos casos em que haja necessária substituição de professores, em caso de faltas justificadas ou atividades extracurriculares;

XXII. orientar o corpo discente e docente do curso sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino que lhes possam interessar;

XXIII. planejar em conjunto com a Coordenação de Ensino as atividades de Orientação Educacional;

XXIV. conhecer o material didático elaborado pelo corpo docente para os cursos sob sua coordenação;

XXV. supervisionar o preenchimento do registro de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os;

XXVI. zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação e eixos específica;

XXVII. articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;

XXVIII. adotar os princípios pedagógicos de Identidade, Diversidade e Autonomia, da Interdisciplinaridade e da Contextualização como estruturadores dos currículos do ensino médio profissionalizante;

XXIX. garantir que as matrizes curriculares cumpram as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais dispositivos legais;

XXX. elaborar, com auxílio dos professores, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos às necessidades dos cursos.

XXXI. as Coordenações de cursos terão como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, do Ministério da Educação e serão as seguintes: Coordenação de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Coordenação de Ciências Humanas e suas Tecnologias e Coordenação de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Parágrafo Único – O coordenador de curso será escolhido dentre os docentes que atuam no curso e com formação na área em que o curso está inserido.

#### 4.1.2 Experiência do Coordenador

A coordenação do curso de Ciências Contábeis está sendo desempenhada desde o segundo semestre de 2014, pelo Professor Everaldo Veres Zahaikevitch, graduado em Ciências Contábeis pela UNICENTRO, Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Especialização em MBA em Gerência Contábil, Perícia, Auditoria e Controladoria, pela Faculdade Internacional de Curitiba, Facinter, Especialização em Gestão Industrial na UTFPR - Ponta Grossa - PR e Mestrado em Engenharia da Produção pela UTFPR - Campus de Ponta Grossa – PR.

Tem experiência na docência de ensino superior desde 2010, na UNICENTRO, onde lecionou vários componentes curriculares de contabilidade distribuídas nos semestres dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração. Atualmente é Professor EBTT, no Instituto Federal do Paraná - IFPR.

Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis nas seguintes áreas: Contabilidade Geral, Contabilidade Empresarial, Contabilidade Gerencial, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Aplicada ao terceiro setor, Contabilidade Internacional, Contabilidade Aplicada ao Agronegócio, Perícia, Sistemas Contábeis e Teoria da Contabilidade.

#### 4.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE do curso está composto pelos professores:

<p>Nome: Antônio Cecílio Silvério          Formação superior: Ciências Contábeis          Mestrado: em Ciências Sociais Aplicadas – Área Contabilidade          Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva</p>
<p>Nome: Elza Terezinha Cordeiro Müller          Formação superior: Ciências Contábeis          Mestrado: em Contabilidade          Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva</p>
<p>Nome: Edmundo Pozes da Silva          Formação superior: Ciências Contábeis          Doutorado: em Educação          Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva</p>
<p>Nome: Everaldo Veres Zahaikévitch          Formação superior: Ciências Contábeis          Pós-graduação: Gestão Industrial e Inovação          Pós-graduação: Gerencia Contábil, Perícia, Auditoria e Controladoria          Mestrado: Engenharia de Produção – Conhecimento e Inovação          Regime de Trabalho: 40 horas</p>
<p>Nome: Jucélia Taiz Cordeiro Müller          Formação superior: Ciências Contábeis          Especialização: Controladoria Gerencia Contábil e Financeira          Regime de Trabalho: 20 horas</p>
<p>Nome: Leomara Battisti          Formação superior: Ciências Contábeis          Especialização: Gestão Contábil e Financeira          Mestrado: Engenharia de Produção – Conhecimento e Inovação          Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva</p>

Nome: Augusto Faber Flôres  
Formação superior: Ciências Econômicas  
Especialização: Planejamento e Gestão de Negócios  
Mestrando: Mestrando em Economia  
Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva

#### 4.1.4 Colegiado do Curso

O Colegiado do curso está composto pelos docentes:

Nome: Adalgisa Loureiro de Mello  
Formação superior: Matemática  
Especialização: em Matemática e Educação  
Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva  
Tempo de Experiência de Magistério Superior: 02 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7321854480316187>

Nome: Alexandre Luiz Schlemper  
Formação superior: Administração  
Especialização: em Administração Estratégica de Operações e Logística  
Mestrado: em Desenvolvimento Regional  
Doutorando: em Desenvolvimento Regional e Agronegócio  
Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva  
Tempo de Experiência de Magistério Superior: 09 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1798654238644755>

Nome: Antônio Cecílio Silvério  
Formação superior: Ciências Contábeis  
Especialização: em Ciências Contábeis  
Mestrado: em Ciências Sociais Aplicadas – Área Contabilidade  
Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva  
Tempo de Experiência de Magistério Superior: 18 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0178340525032231>

Nome: Augusto Faber Flôres  
Formação superior: Ciências Econômicas  
Especialização: Planejamento e Gestão de Negócios  
Mestrado: Mestrando em Economia  
Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva  
Tempo de Experiência de Magistério Superior: 08 anos  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6551117124150076>

<p>Nome: Edmundo Pozes da Silva  Formação superior: Ciências Contábeis  Especialização: Economia Industrial  Doutorado: em Educação  Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 30 anos  Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/8783966642563346">http://lattes.cnpq.br/8783966642563346</a></p>
<p>Nome: Elaine Polo Fortunato  Formação superior: Pedagogia  Especialização: em Educação Especial: Educação Bilíngue para Surdos- Libras/ Língua Portuguesa  Regime de Trabalho: 20 horas  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 03 anos  Lattes: <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4672301J5">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4672301J5</a></p>
<p>Nome: Elza Terezinha Cordeiro Müller  Formação superior: Ciências Contábeis  Especialização: em Consultoria Empresarial  Mestrado: em Contabilidade  Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 16 anos  Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/2665890480759490">http://lattes.cnpq.br/2665890480759490</a></p>
<p>Nome: Everaldo Veres Zahaikévitch  Formação superior: Ciências Contábeis  Especialização: Gerencia Contábil, Controladoria, Auditoria e Perícia Contábil.  Mestrado em: Engenharia de Produção: Conhecimento e Inovação  Regime de Trabalho: 40 horas  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 04 anos  Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/6074603877989583">http://lattes.cnpq.br/6074603877989583</a></p>
<p>Nome: José Arthur  Formação superior: Direito  Mestrado: Direito  Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 04 anos</p>
<p>Nome: Jucélia Taiz Cordeiro Müller  Formação superior: Ciências Contábeis  Especialização: Controladoria Gerencia Contábil e Financeira  Regime de Trabalho: 20 horas  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 03 anos  Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/1275384807013012">http://lattes.cnpq.br/1275384807013012</a></p>

<p>Nome: Jean Carlos Gentilini  Formação superior: Matemática  Mestrado: em Engenharia Elétrica  Regime de Trabalho: 20 h  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 4 anos  Lattes: <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4465373T6">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4465373T6</a></p>
<p>Nome: Leomara Battisti  Formação superior: Ciências Contábeis  Especialização: Gestão Contábil e Financeira  Mestrado em: Engenharia de Produção: Conhecimento e Inovação  Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 03 anos  Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/8798328639868438">http://lattes.cnpq.br/8798328639868438</a></p>
<p>Nome: Marcia Beraldo Lagos  Formação superior: Licenciatura em Matemática  Especialização: em Dimensão Teórica Metodológica de Matemática  Mestrado: em Desenvolvimento Regional  Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 04 anos  Lattes: <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4732622U6">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4732622U6</a></p>
<p>Nome: Matheus Henrique Dal Molin Ribeiro  Formação superior: Licenciatura em Matemática  Especialização: em Educação  Mestrando: em Bioestatística  Regime de Trabalho: 20 horas  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 1 ano  Lattes: <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4432058J8">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4432058J8</a></p>
<p>Nome: Roberto Carlos Bianchi  Formação superior: Letras, Espanhol  Especialização: em Ensino de Línguas  Mestrado: em Desenvolvimento Regional  Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 09 anos  Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/9992771065946873">http://lattes.cnpq.br/9992771065946873</a></p>
<p>Nome: Silvano Aparecido Redon  Formação superior: Ciências Sociais  Mestrado: em Ciências Sociais  Regime de Trabalho: 20 horas  Tempo de Experiência de Magistério Superior: 02 anos  Lattes: <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4262730Y3">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4262730Y3</a></p>

Os professores do colegiado procuram ser mediadores entre as práticas operacionais, e as práticas sociais atuais e as novas práticas necessárias nas questões que envolvem a contabilidade, refletidas e pensadas a partir de estratégias, de problematização, e da instrumentalização para a tomada de decisão, bem como a posição e o encaminhamento de expressões elaboradas com as novas práticas contábeis.

Para tanto os professores e a coordenação reúnem-se uma vez a cada mês para planejar, interagir, avaliar, sistematizar, socializar e reconstruir constantemente suas práticas e métodos para formar os futuros profissionais da contabilidade com princípios de reflexão, atualização, e preocupação com a qualidade profissional e social.

#### 4.1.5 Políticas de Capacitação Docente

A previsão da capacitação dos docentes tem por base a condição atual e encaminha prazos para ingresso em programas de mestrado e doutorado, em conformidade com a Resolução 48/2011, a qual normatiza o Programa de Qualificação e Formação dos servidores. Vale ressaltar que o quadro de docentes não está completo, por isso a titulação dos mesmos será verificada quando do seu ingresso na instituição e encaminhada em nova projeção.

<b>FORMAÇÃO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Ingresso Mestrado	-	1	1	1	1
Conclusão Mestrado	-	-	1	1	1
Ingresso Doutorado	-	-	1	1	1
Conclusão Doutorado	-	-	-	-	1

Além dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a formação permanente do corpo docente será objeto de discussão e definição de estratégias formativas, com vistas a atender aos objetivos do curso, devendo ocorrer em semanas pedagógicas, oficinas específicas, participação em eventos formativos institucionais e de realização de estudos acadêmico-científicos de forma continuada.

#### 4.1.6 Plano de Cargos e Salários dos Docentes

O Plano de Cargos e Salários segue a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais elaborado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Instituto Federal do Paraná, por situar-se no âmbito da Rede pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possui um quadro docente constituído a partir de concurso público de provas e títulos. Os profissionais aprovados pelo concurso público ingressam no Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Lei nº 11.784/2008.

A remuneração docente se constitui dos seguintes componentes:

I- Vencimento Básico;

II- Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - GEDBT (art. 116) e;

III- Retribuição por Titulação- RT (art. 117)

A carreira docente se divide em seis classes:

- D I, D II, D III, D IV, D V e PROFESSOR TITULAR.

As classes D I, D II e D III contém 4 níveis: 1, 2,3 e 4.

- A classe D IV contém 1 nível.

- A Classe D V contém 3 níveis.

- Professor Titular possui nível único.

A progressão na carreira pode ser dar de duas formas:

1) Progressão funcional por Titulação – O servidor receberá RT (Retribuição por Titulação) equivalente à titulação.

2) Progressão por desempenho acadêmico (progressão por mérito mediante avaliação de desempenho, realizada a cada 18 meses).

#### 4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Segundo o Art. 45 do Estatuto do Instituto Federal do Paraná, em vigência “o corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do quadro

permanente de pessoal do Instituto Federal, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional”.

Servidores do copo técnico-administrativo do Câmpus Palmas, que trabalham diretamente e indiretamente com o curso:

Continua...

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Regime de Trabalho</b>	<b>Formação</b>
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt	Assistente Social	40 h semanais	Assistente Social
Allison Roberto Siviero	Auxiliar de Biblioteca	40 h semanais	Direito
Ana Paula de Oliveira	Assistente de Alunos	40 h semanais	Ensino Médio
Andréia Klug	Assistente Administrativa	40 h semanais	Superior incompleto / Administração
Bertil Levi Hammarstron	Assistente Administrativo	40 h semanais	Direito
Diego Spader	Téc. em Tecnologia da Informação	40 h semanais	Sistemas de Informação
Douglas Silva do Prado	Técnico em Assuntos Educaçãoais	40 h semanais	Licenciatura História
Edson Alberto Becker	Assistente Administrativo	40 h semanais	Contábeis
Eduardo Stachera	Assistente Administrativo	40 h semanais	Superior Incompleto / Direito
Everton Luiz Machado	Contador	40 h semanais	Contábeis
Francisco José dos Santos Neto	Assistente Administrativo	40 h semanais	Sistemas de Informação
Ivanilde Ferreira Gama	Administradora	40 h semanais	Administração
Janete Perotto Lopes de Souza	Pedagoga	40 h semanais	Pedagogia
José Pereira	Auxiliar Administrativo	40 h semanais	Tecnólogo em Gestão Pública
Josiane Maria Comarella	Bibliotecária	40 h semanais	Letras / Bibliotecária
Juliana Eloize Magro	Pedagoga	40 h semanais	Pedagogia
Jussara Ap. Mazalotti Danguy	Auxiliar de Biblioteca	40 h semanais	Economia
Lilian Lucht Carneiro	Administradora	40 h semanais	Administração/Direito
Luciana Simões dos Reis Oliveira	Assistente Administrativa	40 h semanais	Superior Incompleto / Administração

Continuação...			
Luiz Henrique Mazalotti Dangui	Assistente Administrativo	40 h semanais	Superior Incompleto / Tecnólogo em Gestão Pública
Márcia Adriana Andrade Silva	Pedagoga	40 h semanais	Licenciatura História Pedagogia
Maria Juçara Vieira da Silveira	Bibliotecária	40 h semanais	Biblioteconomia
Melania Dallacosta	Tradutora Intérprete de Libras	40 h semanais	Pedagogia
Miguel Angelo Santin	Assistente Administrativo	40 h semanais	Médio
Nivaldo Marques da Silva Filho	Assistente de Alunos	40 h semanais	Comunicação
Sarah Franco Vieira de Oliveira	Técnico em Laboratório		Biologia
Tatiane Maciel Farias	Assistente Administrativa	40 h semanais	Superior incompleto / Direito
Thiago Adriano Silva	Psicólogo	40 h semanais	Psicologia
Thiago Lise Silverio	Assistente de Alunos	40 h semanais	Superior Incompleto / Administração
Viviane Pereira	Auxiliar de Biblioteca	40 h semanais	Letras

#### 4.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico-Administrativo

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFPR, em vigência (2009-2013), consta que “deverá ser construído o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, com o objetivo de: contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; capacitá-lo para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE”. Essa medida buscará suprir a necessidade de capacitação do corpo Técnico-Administrativo atual e ingressante ao quadro de servidores do Instituto Federal do Paraná.

#### 4.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnicos-Administrativos

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFPR, em vigência (2009-2013), “o Plano de Carreira dos cargos técnico-administrativos em Educação está estruturado pela Lei nº 11.091/2005. Nele, estão contidas as regras

sobre o desenvolvimento do servidor na carreira que ocorre por meio das progressões por mérito profissional e por capacitação, além do incentivo à qualificação”. Essa medida é paliativa até a elaboração de um Plano de Carreira – Cargos e Salários, mais eficaz.

O Instituto Federal do Paraná, por situar-se no âmbito da Rede pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possui um quadro técnico-administrativo constituído a partir de concurso público. Os profissionais aprovados pelo concurso público ingressam no Plano dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, normatizado dentre outras legislações, pelas Leis 8.112/90 e 11.091/2005.

O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D e E), que estão relacionados ao nível mínimo de titulação exigido ao cargo, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada (I, II, III e IV).

O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, a cada 18 meses mediante avaliação de desempenho, conforme anexo III e anexo I-C, respectivamente, da Lei do Plano de Carreira.

O servidor técnico-administrativo que apresentar titulação superior ao exigido para o cargo fará jus a incentivo à qualificação, nos termos e percentuais definidos no Anexo IV da Lei do Plano de Carreira, não caracterizando qualquer tipo de progressão de carreira.

## **5 INSTALAÇÕES FÍSICAS**

A infraestrutura necessária para o funcionamento do curso de Ciências Contábeis compreende de laboratório informatizado com impressoras, materiais para impressão de relatórios, software de contabilidade e de jogo de empresa.

O curso de Ciências Contábeis Câmpus Palmas conta com 04 (quatro) salas de aulas e um laboratório informatizado com 40 (quarenta) microcomputadores, e uma impressora matricial. O laboratório deverá ser gradativamente reestruturado com a manutenção dos computadores, das impressoras e da aquisição de equipamentos novos.

## 5.1 ÁREA DE ENSINO ESPECÍFICA

O ensino e a administração do curso são realizados em salas situadas no Bloco C Superior do Câmpus, com infraestrutura equipada com materiais básicos, para seu funcionamento, conforme segue:

<b>ESPAÇO</b>	<b>SALA COORDENAÇÃO CURSO</b>
<b>DESCRIÇÃO</b>	Sala de 65 m <sup>2</sup> equipada com: um gabinete com divisória de vidro mobiliada com, duas mesas de trabalho, uma cadeira estofada giratória, uma cadeira estofada simples, um armário de aço e um balcão de com portas e gavetas de madeira. Um computador de mesa com acesso à internet e uma impressora, um terminal telefônico. Uma mesa de reuniões com seis cadeiras, dois arquivos de aço com gavetas, um armário de aço, cinco mesas de trabalho e cinco cadeiras. Um balcão expositor.
<b>PERÍODO</b>	<b>AÇÕES</b>
2013	Aquisição e instalação de divisórias e de um bebedouro.
2014	Outras
2015	Outras
<b>ESPAÇO</b>	<b>GABINETES PARA PROFESSORES</b>
<b>DESCRIÇÃO</b>	Inexistente
<b>PERÍODO</b>	<b>AÇÕES</b>
2013	Instalação de gabinetes para os professores adequando às orientações do SINAES.
2014	Aquisição de computadores de mesa e instalação de linhas de telefonia interna.
2015	Outras
<b>ESPAÇO</b>	<b>SALA COORDENAÇÃO ESTÁGIOS</b>
<b>DESCRIÇÃO</b>	Inexistente
<b>PERÍODO</b>	<b>AÇÕES</b>
2013	Aquisição de mobiliário e material de expediente para coordenação de estágios.
2014	Outras
2015	Outras
<b>ESPAÇO</b>	<b>SALA COORDENAÇÃO DE CURSO TÉCNICO</b>
<b>DESCRIÇÃO</b>	Inexistente
<b>PERÍODO</b>	<b>AÇÕES</b>
2013	Aquisição de mobiliário e material de expediente; aquisição de computador de mesa, impressora e internet para coordenação de curso técnico da área de contabilidade.
2014	Outras
2015	Outras

## 5.2 ÁREA DE ESTUDO ESPECÍFICO

Laboratório informatizado (Escritório de Aulas Práticas) com 40 microcomputadores Dell-Intel Core 2 Quad CPU 6600 2.4 Ghz - 2GB RAM - HD 80 GB, Monitor 15 polegadas LCD. Sistema Operacional: Windows Vista. Espaço físico: 10 x 8 = 80 m<sup>2</sup>.

O Escritório está disponível nos horários, das 13h30 às 17h30 e das 19h30 às 23h05 de segunda à sexta-feira. Podem ser utilizados pelos alunos em horários da manhã, tarde ou noite conforme agenda dos professores que utilizam para aulas.

Os programas disponíveis para as atividades didático-pedagógicas são sistemas Operacionais como Ms-Dos, Plataforma Windows XP/Vistas e LINUX (UBUNTU), pacote BrOffice, e o Programa de Contabilidade EXACTUS.

Todos os blocos do Câmpus estão equipados com sistema de acesso (*Access Point*) à internet, para acesso da rede sem fio (*Wireless*).

### 5.3 BIBLIOTECA

A Biblioteca Central do IFPR, Câmpus – Palmas, é um núcleo de apoio as atividades pedagógicas da Instituição, está instalada em prédio próprio com 1990 m<sup>2</sup> e com acervo composto de 48.329 títulos e 93.641 exemplares, distribuído em diversos suportes, toda informatizada onde o aluno pode fazer reservas, renovações, ou ainda verificar sua situação como usuário, tais como: histórico de livros emprestados, data de devolução e tipo de obra emprestada, etc., usando a comodidade da internet no *site* institucional ([www.ifpr.edu.br/biblioteca](http://www.ifpr.edu.br/biblioteca)).

A Biblioteca disponibiliza de um Auditório com capacidade de 210 lugares e 01 mesa central para 08 lugares, equipado com: data show completo, amplificador de som, microfone, 01 tela multimídia e 01 quadro branco.

Uma sala com 08 computadores para acesso a internet e uso de multimídias. Possui 12 salas para estudo em grupo com 35 mesas perfazendo um total de 120 lugares. Também uma área de estudo aberta com 24 mesas com 04 cadeiras cada uma totalizando 96 lugares.

A Biblioteca utiliza o Sistema *Pergamum* desenvolvido pela PUC – PR, o sistema contempla as principais funções de gerenciamento de uma Biblioteca, desde a seleção, aquisição, tratamento e circulação de materiais. Os usuários do Sistema *Pergamum* fazem parte da rede *Pergamum* que hoje conta com 220 Instituições e aproximadamente 2.500 Bibliotecas. A rede possui um mecanismo de busca ao catálogo das várias Instituições que já adquiriram o *software*, com isto formando a maior rede de Bibliotecas do Brasil.

O acervo contempla todas as áreas do CNPq. Possuindo um considerável número de obras raras e clássicas das Ciências Humanas. O sistema disponibiliza

ainda aos seus usuários via internet a consulta aos resumos e sumários dos artigos de revistas da hemeroteca, pois, toda sua coleção de periódicos encontra-se indexada.

O sistema de classificação utilizado é o Sistema de Classificação Decimal de Dewey (20. ed.) e para notação de autor é utilizada a tabela Cutter – Samborn, e catalogado conforme as regras do AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano).

Oferece também serviço de Comutação Bibliográfica – COMUT que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. Disponibiliza também o acesso ao portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o qual oferece acesso a textos selecionados em mais de 29 mil publicações periódicas internacionais e nacionais e às mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na *Web*.

O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 29 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, nove bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

A Biblioteca também oferece outros serviços como: orientação na elaboração de referências bibliográficas, fichas catalográficas, levantamento bibliográfico, bem como orientação permanente ao usuário com relação ao uso da Biblioteca, para que o mesmo saiba utilizar plenamente todos os recursos e serviços oferecidos.

As normas gerais de uso das Bibliotecas do Sistema de Bibliotecas são conforme o **Anexo I**.

## 6 PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO

O planejamento econômico-financeiro é de extrema relevância, visto que, sem ele, os objetivos do curso ficam comprometidos. Desta forma, para a sua elaboração devem ser considerados, além da incorporação de novos docentes e servidores técnico-administrativos, a aquisição de materiais de expediente, de consumo, permanentes e a manutenção e ampliação da infraestrutura, bem como ampliação gradativa do acervo bibliográfico.

### 6.1 EXPANSÃO DO QUADRO DE DOCENTES

O quadro abaixo apresenta uma projeção para ampliação do corpo docente, consideradas as demandas de atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem gradativamente implantadas no âmbito do Curso de Ciências Contábeis, do Instituto Federal do Paraná, Câmpus Palmas.

Esta previsão enseja a abertura dos processos seletivos no semestre anterior ao da demanda, possibilitando o ingresso do docente em períodos que permitam inserir-se no curso de forma adequada, com tempo hábil para incorporar a proposta e encaminhar a dinâmica.

<b>Demanda mínima de Docentes por área</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Contabilidade	6	8	8	8	8
Direito	1	1	1	1	1
Economia	1	1	1	1	1
Matemática	1	1	1	1	1
Administração	2	2	2	2	2
Sociologia e Filosofia	1	1	1	1	1

**DEMANDA DE PROFESSORES PARA O CURSO POR COMPONENTE CURRICULAR**

COMPONENTES CURRICULARES	AULAS		PROFESSORES POR COLEGIADO
	Créditos	C/H	
<b>1º SEMESTRE 2013</b>			
<b>1º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Contabilidade Geral I	4	80	Contabilidade
Prática de Texto – língua portuguesa	4	80	Letras
Laboratório de Informática Aplicada	2	40	Contabilidade
Metodologia da pesquisa	4	80	Contabilidade
Noções de Direito Público e Privado	2	40	Direito
Teoria da Administração	4	80	Administração
<b>3º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Contabilidade Empresarial I	4	80	Contabilidade
Contabilidade de Custos	4	80	Contabilidade
Contabilidade Tributária I	4	80	Contabilidade
Economia Contemporânea	4	80	Multidisciplinar
Legislação Fiscal e Tributária	2	40	Direito
Filosofia	2	40	Multidisciplinar
<b>6º PERÍODO MATRIZ UNI</b>			
Finanças Empresariais de Curto Prazo	4	80	Administração
Contabilidade Rural e Agribusines II	4	80	Contabilidade
Contabilidade Tributária II	4	80	Contabilidade
Análise de Balanço	4	80	Contabilidade
Formação de Empreendedor	4	80	Administração
Tópicos de Contabilidade V	1	20	Contabilidade
<b>8º PERÍODO MATRIZ UNI</b>			
Optativa II	4	80	Contabilidade/Multidisciplinar ou Administração
Controladoria	4	80	Contabilidade
Estágio Supervisionado II	4	80	Contabilidade
Perícia Contábil	4	80	Contabilidade
Auditoria Operacional e de Gestão II	4	80	Contabilidade
Tópicos de Contabilidade VI	1	20	Contabilidade
<b>2º SEMESTRE 2013</b>			
<b>2º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Contabilidade Geral II	4	80	Contabilidade
Estatística	2	40	Matemática
Sociologia	2	40	Multidisciplinar
Matemática Financeira	4	80	Matemática
Gestão de Pessoas	2	40	Administração
Legislação Social e Trabalhista	2	40	Direito
Teoria da Economia	4	80	Multidisciplinar
<b>4º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Análise de Custos	4	80	Contabilidade
Contabilidade Empresarial II	2	40	Contabilidade
Contabilidade Rural e Agribusines	4	80	Contabilidade
Contabilidade Tributária II	2	40	Contabilidade
Ética Geral e Profissional	2	40	Contabilidade
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	2	40	Matemática
Teoria da Contabilidade	4	80	Contabilidade
<b>7º PERÍODO MATRIZ UNI</b>			
Contabilidade Avançada	3	60	Contabilidade
Optativa I	4	80	Contabilidade/Multidisciplinar ou Administração
Estágio Supervisionado	4	80	Contabilidade
Contabilidade Gerencial	4	80	Contabilidade
Auditoria Operacional e de Gestão I	4	80	Contabilidade

Projeto Comunitário	2	40	Contabilidade
<b>1º SEMESTRE 2014</b>			
<b>1º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Contabilidade Geral I	4	80	Contabilidade
Prática de Texto – língua portuguesa	4	80	Letras
Laboratório de Informática Aplicada	2	40	Contabilidade
Metodologia da pesquisa	4	80	Contabilidade
Noções de Direito Público e Privado	2	40	Direito
Teoria da Administração	4	80	Administração
<b>3º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Contabilidade Empresarial I	4	80	Contabilidade
Contabilidade de Custos	4	80	Contabilidade
Contabilidade Tributária I	4	80	Contabilidade
Economia Contemporânea	4	80	Multidisciplinar
Legislação Fiscal e Tributária	2	40	Direito
Filosofia	2	40	Multidisciplinar
<b>5º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Análise das Demonstrações Financeiras	4	80	Contabilidade
Contabilidade do Terceiro Setor	2	40	Contabilidade
Contabilidade Avançada	4	80	Contabilidade
Contabilidade Pública	4	80	Contabilidade
Estágio Supervisionado I	2	40	Contabilidade
Planejamento Empresarial	4	80	Administração
<b>8º PERÍODO MATRIZ UNI</b>			
Optativa II	4	80	Contabilidade/Multidisciplinar ou Administração
Controladoria	4	80	Contabilidade
Estágio Supervisionado II	4	80	Contabilidade
Perícia Contábil	4	80	Contabilidade
Auditoria Operacional e de Gestão II	4	80	Contabilidade
Tópicos de Contabilidade VI	1	20	Contabilidade
<b>2º SEMESTRE 2014</b>			
<b>2º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Contabilidade Geral II	4	80	Contabilidade
Estatística	2	40	Matemática
Sociologia	2	40	Multidisciplinar
Matemática Financeira	4	80	Matemática
Gestão de Pessoas	2	40	Administração
Legislação Social e Trabalhista	2	40	Direito
Teoria da Economia	4	80	Multidisciplinar
<b>4º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Análise de Custos	4	80	Contabilidade
Contabilidade Empresarial II	2	40	Contabilidade
Contabilidade Rural e Agribusiness	4	80	Contabilidade
Contabilidade Tributária II	2	40	Contabilidade
Ética Geral e Profissional	2	40	Contabilidade
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	2	40	Matemática
Teoria da Contabilidade	4	80	Contabilidade
<b>6º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Administração Financeira	4	80	Administração
Auditoria I	4	80	Contabilidade
Estágio Supervisionado II	6	120	Contabilidade
Arbitragem	2	40	Contabilidade
Marketing Empresarial e Profissional	2	40	Administração
Controladoria	4	80	Contabilidade
Perícia	4	80	Contabilidade

<b>1º SEMESTRE 2015</b>			
<b>1º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Contabilidade Geral I	4	80	Contabilidade
Prática de Texto – língua portuguesa	2	40	Letras
Laboratório de Informática Aplicada	4	80	Contabilidade
Metodologia da pesquisa	2	40	Contabilidade
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	4	80	Matemática
Teoria da Administração	4	80	Administração
<b>3º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Contabilidade Empresarial I	4	80	Contabilidade
Contabilidade de Custos	4	80	Contabilidade
Contabilidade Tributária I	4	80	Contabilidade
Economia Contemporânea	2	40	Multidisciplinar
Matemática Financeira	4	80	Matemática
Filosofia e Ética	2	40	Multidisciplinar
<b>5º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Análise das Demonstrações Financeiras	4	80	Contabilidade
Contabilidade do Terceiro Setor	2	40	Contabilidade
Contabilidade Avançada	4	80	Contabilidade
Contabilidade Pública	4	80	Contabilidade
Estágio Supervisionado I	2	40	Contabilidade
Planejamento Empresarial	4	80	Administração
<b>7º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Auditoria II	2	40	Contabilidade
Contabilidade Societária	4	80	Contabilidade
Psicologia Organizacional	4	80	Multidisciplinar
Estágio Supervisionado III	2	40	Contabilidade
Optativa I	4	80	Contabilidade/Multidisciplinar ou Administração
<b>2º SEMESTRE 2015</b>			
<b>2º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Contabilidade Geral II	4	80	Contabilidade
Estatística	4	80	Matemática
Sociologia	2	40	Multidisciplinar
Gestão de Pessoas	2	40	Administração
Noções de Direito Público e Privado	4	80	Direito
Teoria da Economia	4	80	Multidisciplinar
<b>4º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Análise de Custos	4	80	Contabilidade
Contabilidade Empresarial II	4	80	Contabilidade
Contabilidade Rural e Agribusiness	4	80	Contabilidade
Contabilidade Tributária II	4	80	Contabilidade
Teoria da Contabilidade	4	80	Contabilidade
<b>6º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Administração Financeira	4	80	Administração
Auditoria I	4	80	Contabilidade
Estágio Supervisionado II	2	40	Contabilidade
Mercado de Capitais	4	80	Contabilidade
Marketing Empresarial e Profissional	2	40	Administração
Perícia	4	80	Contabilidade
<b>8º PERÍODO MATRIZ CTB</b>			
Jogos de Empresas	4	80	Administração
Optativa II	4	80	Contabilidade/Multidisciplinar ou Administração
Estágio Supervisionado IV	2	40	Contabilidade
Controladoria	4	80	Contabilidade
Tópicos Contemporâneos	2	40	Contabilidade
Trabalho de Conclusão de Curso	10	200	Contabilidade

Observação: nos componentes curriculares onde constam multidisciplinar, os professores que lecionais tais componentes curriculares, no Câmpus Palmas, estão vinculadas a um Colegiado denominado Multidisciplinar.

## 6.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO

A projeção de aquisição de materiais de consumo e permanente se encontra de forma discriminada as necessidades anuais (material de expediente e consumo) e as necessidades temporalmente localizadas (equipamentos e infraestrutura), de acordo com o cronograma da direção administrativa e financeira do IFPR, que toma por base o ciclo normal do curso e os objetivos propostos a cada período, assim são repassados a cada semestre letivo as necessidades conforme o recebimento dos materiais solicitados, por isso, a projeção é de acordo com a liberação administrativa.

## 6.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Para manter o acervo bibliográfico atualizado e adequado à demanda, ele deverá ser gradativamente ampliado dentro de uma política de investimento está demonstrado no quadro a seguir, sendo que até 2013 já foi realizado.

Tipo	2012	2013	2014	2015	...
	Livros	R\$30.000,00	R\$20.000,00	R\$20.000,00	R\$10.000,00
Periódicos	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00
Vídeos	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$32.000,00</b>	<b>R\$22.000,00</b>	<b>R\$22.000,00</b>	<b>R\$12.000,00</b>	<b>R\$7.000,00</b>

Esta proposta permitirá que, ao fechamento de novo ciclo avaliativo, o acervo contempla ao proposto pelo curso, desde o primeiro semestre de 2012, na sequencia do curso, até a integralização da matriz, bem como possível reformulação. Este investimento tende a diminuir gradativamente, destinando-se, em um determinado momento, mais intensamente à atualização do acervo e com menos intensidade à sua ampliação. Para isso foi elaborada e encaminhada à direção administrativa e financeira e para a biblioteca do IFPR, uma projeção detalhada para aquisições de referencias bibliográficas necessárias.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2007.

BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Portaria nº 04**, de 22 de junho de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 01/2002**, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02/2002**, de 19 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 10/2004**, de 19 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais**, v. 54, Julho de 2010.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 9.696**, de 01 de setembro de 1998.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 10.048**, de 08 de novembro de 2000.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Poder Executivo. **Decreto nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. Poder Executivo. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. Poder Legislativo. **Lei nº 9.394** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. SINAES. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004.

CFC, **Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em: 19/11/2011.

CPC, **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 18/11/2011.

CPA. **Relatório de auto-avaliação do IFPR – 2010**. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/relatorio2010.pdf>. Acesso em 20/11/2011.

ETGES, N. J. **Produção do conhecimento e interdisciplinaridade**: educação e realidade. Porto Alegre, 18 (2): p. 73-82, Jul/Dez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.  
GASPERIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. rev. – Campinas, SP : Autores Associados, 2009.

GAUTHIER, C. **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

LEI 10.891/2004. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm). Acesso em 20/11/2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **A base ética da avaliação da aprendizagem na escola**. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>. Acesso em: novembro de 2011.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

UNICS. **Projeto pedagógico do curso de ciências contábeis do Centro Universitário do Sudoeste do Paraná**. Palmas – PR: UNICS, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem**: Práticas de Mudança por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2003.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

### REGULAMENTO GERAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS CÂMPUS PALMAS

Dispõe sobre o Regulamento das Bibliotecas do Sistema de Bibliotecas (SIBI) do Instituto Federal do Paraná (IFPR). O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve componentes curriculares as normas gerais de uso das Bibliotecas do Sistema de Bibliotecas, visando o bom funcionamento dos serviços prestados.

#### **Art. 1º - DO ACESSO**

I- A Biblioteca é de livre acesso ao corpo docente, discente e técnico-administrativo, podendo também, ser utilizada pelo público em geral unicamente para consulta.

II- O horário de funcionamento da Biblioteca será estabelecido pela Direção dos *Campi*, de acordo com o horário de aula.

#### **Art. 2º - CADASTRO DE USUÁRIO**

I- A emissão da Carteira de Identificação será de responsabilidade da Diretoria de Ensino;

II- Aos alunos que não tem a Carteira de Identificação, deverá ser solicitado um documento oficial com foto;

III- Ao iniciar o ano letivo, o usuário terá automaticamente seu cadastro na biblioteca, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica;

IV- Caberá ao usuário comparecer à Biblioteca, com o seu Cartão de Identificação ou documento oficial, a fim de cadastrar sua senha eletrônica;

V- A senha eletrônica é pessoal e intransferível e a Biblioteca não se responsabiliza pelo uso indevido da mesma;

V- A utilização da senha, nas operações realizadas, corresponde à assinatura eletrônica no sistema.

#### **Art. 3º - DO CANCELAMENTO DO CADASTRO E EMISSÃO DE “NADA CONSTA”**

I- O usuário que perder o vínculo institucional terá seu cadastro cancelado, automaticamente, com a emissão do documento “Nada Consta” pela Biblioteca;

II- Para emissão do “Nada Consta”, o usuário precisa quitar sua dívida com a Biblioteca. O prazo para a emissão é de até um dia útil.

#### **Art. 4º - DOS SERVIÇOS**

I- Circulação de material: permite a retirada de material bibliográfico por prazo pré-determinado. O empréstimo domiciliar é permitido a alunos, professores e funcionários do Instituto Federal do Paraná. Para este serviço, o usuário deverá apresentar o seu cartão de identificação, documento oficial com foto e/ou crachá funcional.

II- Empréstimo entre bibliotecas: efetua empréstimos em outras bibliotecas conveniadas, como prazo definido pela instituição fornecedora;

III- Ficha catalográfica: elaboração de ficha catalográfica de teses, dissertações, monografias, livros e outras publicações. É um serviço prestado pela Seção de Processamento Técnico da Biblioteca;

IV- Levantamento bibliográfico: presta atendimento ao usuário, auxiliando na busca, localização e obtenção de informações;

V- Normalização de trabalhos acadêmicos: auxilia os alunos na elaboração dos trabalhos acadêmicos e científicos de acordo com as “Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná”, baseadas na ABNT.

VI- Treinamento de usuários: orienta os usuários na utilização dos terminais de pesquisas e orientação no uso dos recursos e serviços da biblioteca;

VII- Reserva de material: reserva material que esteja emprestado, caso não tenha nenhum exemplar do livro solicitado pelo usuário;

VIII- Visita orientada: divulgação aos calouros, dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca. A visita deve ser pré-agendada, na seção de referência.

#### **Art. 5º - DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO**

I- Será obrigatória a apresentação da Carteira de Identificação, ou documento oficial com foto e/ou crachá funcional no ato do empréstimo;

II- Ao efetuar o empréstimo, o usuário ficará inteiramente responsável pela preservação do material retirado;

III- Nenhum tipo de material da biblioteca deverá ser retirado sem efetivar o empréstimo no balcão de atendimento;

III- Não estarão disponíveis para empréstimo domiciliar:

- a) Livros cuja demanda seja maior que o número de exemplares existentes;
- b) Livros e/ou material que necessitem de cuidados especiais, por definição do Bibliotecário responsável;
- c) Livros e/ou material de reserva e de consulta local;
- d) Material especial: CD-ROMs considerados como obras de referência;
- e) Obras de referência: atlas, catálogos, dicionários e enciclopédias;
- f) Publicações periódicas.

IV- Excepcionalmente, alguns materiais poderão ser usados fora da Biblioteca por um período de até quatro horas, pela comunidade interna;

V- Excepcionalmente, obras de consulta local poderão ser emprestadas somente na véspera de feriados e de recessos acadêmicos e nos finais de expediente uma hora antes do fechamento da biblioteca, devendo ser devolvidas obrigatoriamente até uma hora, após o início do expediente do primeiro dia útil subsequente;

VI- O usuário que não efetuar a devolução, conforme previsto nos artigos IV e V, terá como penalidade, a suspensão de um dia para cada hora de atraso;

VII - Não é permitida a retirada, de uma só vez, de dois exemplares da mesma obra.

VIII- Não havendo quantidade suficiente de determinado livro para atender a demanda de discentes e técnico-administrativos, será dada prioridade aos discentes.

#### **Art. 6º - DO PRAZO DE EMPRÉSTIMO**

I- Os prazos de empréstimo e quantidades são os seguintes:

<b>CATEGORIA DE USUÁRIO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Alunos de ensino médio/técnico/EaD	Até 02 títulos	07 dias
Alunos de graduação	Até 03 títulos	07 dias
Alunos de pós-graduação	Até 03 títulos	21 dias
Docentes	Até 10 títulos	21 dias
Técnico-Administrativos	Até 03 títulos	07 dias
Alunos de Graduação/Formandos	Até 05 títulos	07 dias

II- Os materiais permitidos para empréstimo são: livros, normas, folhetos, multimeios, teses e dissertações.

Parágrafo único: Os multimeios (CD-ROM, DVD, fitas de vídeo) poderão ser retirados pelo prazo de três dias, para todas as categorias de usuários.

#### **Art. 7º - DA RENOVAÇÃO**

I- Serão permitidas apenas duas renovações via internet, dentro do prazo estipulado de empréstimo;

II- Caso o usuário opte por fazer a renovação na biblioteca, os empréstimos somente serão renovados mediante apresentação dos materiais e da Carteira de identificação ou documento oficial com foto;

III- Só serão renovados os materiais que não constarem reserva.

#### **Art. 8º - DA RESERVA**

I- O usuário poderá efetuar a reserva de material que esteja emprestado;

II- A reserva deverá ser realizada somente via internet, dos terminais existentes na biblioteca ou qualquer outro computador;

III- O sistema de gerenciamento da biblioteca avisará o usuário, por e-mail, quando o material da reserva estiver disponível;

IV- A reserva ficará à disposição do usuário por um período de 24 horas (01 dia);

V- Caso o usuário desista da reserva ou não vá retirá-la, o material será guardado;

#### **Art. 9º - DO EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS**

I- O Empréstimo entre bibliotecas obedecerá às normas próprias de cada biblioteca conveniada;

II- A solicitação deverá ser feita no Balcão de Empréstimo, mediante o preenchimento da Requisição de Empréstimo entre Bibliotecas.

#### **Art. 10º - DAS PENALIDADES**

O não cumprimento das formalidades constantes no Regulamento (disponível na íntegra no balcão de empréstimo) implicará nas seguintes penalidades:

- I- O usuário em débito com a biblioteca, não poderá efetuar, cancelar ou trancar matrícula, nem solicitar transferência;
- II- O usuário em débito, não poderá utilizar nenhum serviço da biblioteca, até que regularize sua situação;
- III- Para cada dia de atraso na devolução será contado dois dias de suspensão por material;
- IV- O atraso na devolução de material retirado pelo “empréstimo especial”, será contado um dia de suspensão por hora de atraso;
- V- O usuário que extraviar material em seu poder deverá providenciar a reposição da obra e cumprir o período de suspensão correspondente entre a data de término do prazo do empréstimo e a efetiva reposição da obra.
- VI- O prazo máximo para reposição é de 30 (trinta) dias a contar da data em que venceu o prazo para devolução;
- VII- Aplica-se o presente Regulamento a todos os usuários da Biblioteca, sem exceção.

#### **Art. 11º - DO USO DO GUARDA-VOLUMES**

- I- O guarda-volumes localizado à entrada das bibliotecas destina-se a guardar os pertences dos usuários apenas durante a sua permanência neste local;
- II- Não é permitida a entrada na biblioteca com bolsas, malas, mochilas, pastas, pacotes, sacolas e outros objetos;
- III- A biblioteca não se responsabiliza pelos pertences e valores deixados neste local;
- IV- O próprio usuário deve colocar seus pertences no guarda-volumes e cuidar da chave;
- V- A perda, retenção e danificação da chave implicarão na reposição da mesma;
- VI- O usuário deverá repor os danos que, porventura, causar às instalações dos guarda-volumes.

#### **Art. 12º - DO USO DOS COMPUTADORES**

- I- O uso dos computadores é exclusivamente para pesquisas em sites de busca e/ou base de dados e trabalhos acadêmicos;
- II- Não é permitido o acesso bate-papo (*chat*), transferência de programas (*download*), jogos, áudio e visita a páginas cujo conteúdo não seja de interesse técnico-científico;
- III- O tempo máximo de uso é de 30 minutos, sendo permitida apenas uma pessoa por computador;
- IV- Manter a ordem e disciplina para não prejudicar o silêncio na biblioteca.

#### **Art. 13º - DAS OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS**

- I- Deixar bolsas, malas, mochilas, pastas, pacotes, sacolas e outros objetos no guarda-volumes, na entrada da Biblioteca;
- II- Levar seus pertences ao sair da Biblioteca;
- III- Deixar sobre as mesas, o material utilizado nas consultas e empréstimo local, não os recolocando nas estantes;
- IV- Manter silêncio;
- V- Devolver o material emprestado para uso domiciliar na data estabelecida e, exclusivamente no balcão de empréstimo;
- VI- Comparecer à biblioteca quando solicitado;
- VII- Informar imediatamente a Biblioteca em caso de dano, extravio ou perda de material e providenciar sua reposição dentro do prazo estipulado;
- VIII- Manter seus dados pessoais atualizados no cadastro da Biblioteca;
- XI- Zelar pela conservação do acervo e patrimônio;
- X- Obedecer às normas estabelecidas neste Regulamento.

#### **Art. 14 - DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS**

- I- Utilizar o espaço físico da biblioteca para fins de pesquisa bibliográfica, estudo e leitura de lazer;
- II- Realizar empréstimo domiciliar do material bibliográfico, obedecendo aos critérios estabelecidos;
- III- Solicitar renovação do prazo de empréstimo do material, caso não haja reservas;
- IV- Agendar aulas a serem ministradas na Biblioteca, respeitando este Regulamento;
- V- Utilizar seu próprio material bibliográfico e laptops (informando no balcão de atendimento);
- VI- Utilizar os demais serviços disponíveis da biblioteca de acordo com as regras estabelecidas.

**Art. 15º - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- I- No período de férias escolares, a Biblioteca atenderá em horário reduzido;
- II- É expressamente proibido fazer uso de aparelhos eletrônicos (telefone celular, rádios, *paggers*, *ipod's*, jogos eletrônicos e outros) nas dependências da biblioteca;
- III- Não é permitido o consumo de alimentos e bebidas;
- VI- Não é permitido entrar sem camiseta ou em trajes inadequados;
- V- Para não causar eventual constrangimento aos demais usuários, evitar carícias e namoro;
- VI- Ter acesso ao setor reservado ao trabalho dos bibliotecários ou servidores da Instituição.
- VII- Os casos omissos serão resolvidos pela Chefia da Biblioteca.

Este regulamento entra em vigor nesta data.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2011.

## ANEXO II

### REGULAMENTO DOS COMPONENTES CURRICULARES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Dispõe sobre o Regulamento do Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Câmpus Palmas.

#### Art. 1º - DA NATUREZA

Este regulamento estabelece as normas básicas para organização e funcionamento curricular do Estágio Supervisionado, doravante denominado “Estágio Supervisionado I”, “Estágio Supervisionado II” e “Estágio Supervisionado III, a serem desenvolvidos a partir do planejamento dos componentes curriculares: Projeto I, II, III, que serão elaborados no Laboratório de Informática sob a orientação do professor do componente curricular, para posterior desenvolvimento das atividades contábeis, pelos alunos regularmente matriculados no 5º, 6º e 7º semestres do curso de Ciências Contábeis.

#### Art. 2º - DOS COMPONENTES CURRICULARES

I- O componente curricular do Estágio Supervisionado está amparado pelo artigo 44 da Lei nº. 9.394/96-LDB, pela Lei 11.788/2008 do Ministério do Trabalho, e é regido por este regulamento.

II- O componente curricular Estágio Supervisionado está amparado também pela resolução 10/CNE que cita no Art. 7º “o Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização. § 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Contábeis e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico competente, na instituição”.

Paragrafo único: Em acordo com o Art. 10. da lei 11.788/2008, “a jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar” Não ultrapassando 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais. E de acordo também, com a Portaria 592/2012 Art. 5º “fica isento excepcionalmente, do cumprimento no Câmpus ou na UNED o horário destinado à orientação ou supervisão de estágio curricular obrigatório”.

III- Os Componentes Curriculares do Estágio Supervisionado I, II e III deverão ser planejados, executados, acompanhados e avaliados, de acordo com o previsto no projeto pedagógico do curso em conformidade com os planos de ensino e o calendário escolar.

IV- Os Componentes Curriculares do Estágio Supervisionado I, II e III devem estar integrados com os demais conteúdos desenvolvidos no curso de Ciências Contábeis de forma a promover a interdisciplinaridade entre os mesmos e a experiência prática.

#### Art. 3º - DOS OBJETIVOS

I- No Estágio Supervisionado I devem ser disponibilizadas condições para que o aluno compreenda o desenvolvimento das atividades inerentes à preparação e preenchimento de documentos contábeis de uma empresa do ramo de indústria, comércio ou serviço, ou de entidade pública, ou ainda terceiro setor, tais como:

a) Levantar na legislação os conceitos teóricos que permitam desenvolver as práticas de constituições societárias junto aos órgãos regulamentadores, nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Identificação e elaboração dos documentos de constituição societária e encaminhamento aos órgãos competentes. Cadastros pertinentes a estruturação de pessoas jurídicas;

b) Contrato ou Estatuto Social de abertura da entidade que estará sendo objeto do estágio;

c) Documentos de cadastros nas esferas Federal, Estadual e Municipal para fins de licença para funcionamento;

d) Informações necessárias referentes Previdência Social, FGTS, Obrigações Acessórias Federais, Estaduais e Municipais.

II- No Estágio Supervisionado II o aluno será orientado para as condições de desenvolver atividades inerentes à elaboração das informações contábeis e a apuração de tributos. As atividades contemplam a documentação:

- a) Notas fiscais de compras de mercadorias e/ou matérias-primas obedecendo-se aos critérios legais de emissão destes documentos;
- b) Notas fiscais de vendas de mercadorias obedecendo-se aos critérios legais de emissão destes documentos;
- c) Notas fiscais de despesas operacionais inerentes à atividade empresarial que estará sendo desenvolvida;
- d) Registro de funcionários de acordo com os critérios legais de emissão destes documentos;
- e) Folha de pagamento de salários mensal e planilha de provisões da folha;
- f) Planilhas de orçamentos;
- g) Planilha de movimento de Caixa;
- h) Planilha de movimentação bancária e operações financeiras.

III- No Estágio Supervisionado **III** o aluno acompanhará o desenvolvimento das atividades inerentes à contabilização, desde a constituição da entidade até a elaboração das demonstrações contábeis obedecendo as normas contábeis vigentes. As atividades referidas podem contemplar:

- a) Contabilização do contrato ou estatuto social de abertura da empresa;
- b) Contabilização das compras de mercadorias, matérias-primas e despesas;
- c) Contabilização das vendas de mercadorias;
- d) Contabilização da folha de pagamento;
- e) Contabilização de caixa e movimentações financeiras (Bancos);
- f) Apuração dos tributos devidos, considerando a atividade empresarial e a forma de tributação escolhida;
- g) Emissão dos livros fiscais obrigatórios;
- h) Contabilização das apurações dos tributos apurados;
- i) Elaboração do balancete de verificação;
- j) Procedimentos de encerramento e apuração do resultado do exercício;
- l) Elaboração e impressão das demonstrações contábeis obrigatórias, considerando a atividade escolhida.

#### **Art. 4º - DA DEFINIÇÃO DE TERMOS**

I- Laboratório de Informática é o espaço no qual o aluno terá plenas condições de organizar em forma de projeto, o planejamento da vivência das situações reais de trabalho na área contábil.

II- Estagiário é o aluno regularmente matriculado no componente curricular Estágio Supervisionado.

III- Professor Orientador/Supervisor é o (s) docente(s) designado(s) pelo Coordenador do Curso de Ciências Contábeis.

#### **Art. 5º - DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**

I- A organização acadêmica dos componentes curriculares Estágio Supervisionado **I, II e III** envolve a Coordenação Geral de Estágio do IFPR e a Coordenação do curso de Ciências Contábeis.

II- À Coordenação Geral de Estágios e a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis cabe:

- a) inserir o estágio na programação didático-pedagógica do curso;
- b) atribuir carga horária para o componente curricular;
- c) determinar as condições imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades necessárias à implementação do componente curricular;
- d) sistematizar, organizar, orientar e avaliar os componentes curriculares, Estágio supervisionado I, II e III;
- e) acompanhar a execução das atividades, cuidando para que ocorra na forma prevista em lei, conforme a sua programação.

III- A responsabilidade pela organização e administração do Estágio Supervisionado I, II e III será da Coordenação do Curso de Ciências Contábeis em conjunto com o professor do componente curricular Projeto I, II e III.

IV- A orientação/supervisão será exercida por professores do Curso de Ciências Contábeis do IFPR – Câmpus Palmas.

V- Os Estágios Supervisionados I, II e III, devem propiciar a complementação do processo ensino-aprendizagem e serão planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com o projeto pedagógico do curso, observada a legislação vigente.

VI- Os conteúdos proporcionados aos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser realizados em contexto semelhante àquele que atende aos demais alunos, levando-se em conta os seguintes requisitos:

- a) compatibilização das habilidades da pessoa com necessidades educativas especiais às exigências da função;

b) adaptação de equipamentos, ferramentas, máquinas e locais às condições das pessoas com necessidades educativas especiais, fornecendo recursos que visem a garantir a acessibilidade física e tecnológica e a prestação de assistência que se fizer necessária durante o período de realização das atividades.

#### **Art. 6º - DAS ATRIBUIÇÕES**

I- Compete à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis:

- a) verificar se o perfil do orientador/supervisor face à necessidade de interação teoria com a prática conforme definido no presente regulamento;
- b) providenciar a indicação de professores orientadores/supervisores;
- c) informar ao professor orientador/supervisor sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para a orientação do estagiário;
- d) informar e orientar os estagiários sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados;
- e) elaborar o plano de atividades a serem desenvolvidas, adequando-o ao Calendário Acadêmico do IFPR ao projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis;

II- Compete ao Professor Orientador/Supervisor:

- a) elaborar o plano de atividades e de acompanhamento;
- b) orientar o estagiário no desenvolvimento das atividades previstas no planejamento;
- c) manter informado o coordenador do curso sobre o desenvolvimento das atividades;
- d) avaliar o desempenho do estagiário de acordo com o estabelecido neste regulamento;
- e) verificar e encaminhar ao coordenador do curso a documentação pertinente;
- f) cumprir e fazer cumprir o plano de atividades estabelecido;
- g) encaminhar à Secretaria Acadêmica os editais de notas e faltas, respeitando as datas estabelecidas no calendário acadêmico do Instituto;
- h) zelar pelo cumprimento da legislação aplicável ao estágio;
- i) garantir um processo de avaliação continuada das atividades previstas.

#### **Art. 7º - DA CARGA HORÁRIA**

I- Os componentes curriculares, Estágio Supervisionado I, II e III serão desenvolvidos em consonância com a carga horária obrigatória.

II- O (a) aluno (a) deverá cumprir carga horária prevista na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis, conforme segue:

- a) Estágio supervisionado I: com carga horária de 34 horas/relógio no 5º semestre do curso devendo cumprir todas as atividades indicadas no plano de atividades proposto pelo professor orientador/supervisor.
- b) Estágio supervisionado II: com carga horária de 34 horas/relógio, no 6º semestre do curso devendo cumprir todas as atividades indicadas no plano proposto pelo professor orientador/supervisor.
- c) Estágio supervisionado III: com carga horária de 85 horas/relógio, no 7º semestre do curso devendo cumprir todas as atividades indicadas no plano proposto pelo professor orientador/supervisor.

As atividades propostas pelo professor orientador/supervisor devem ser de acordo com os objetivos descritos no Art. 3º.

#### **Art. 8º - DA FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO**

I- A frequência mínima para aprovação nos Estágios Supervisionados I, II e III é de 75%.

II- As atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado serão avaliadas em cada semestre, feita inteiramente pelo orientador/supervisor, de acordo com os relatórios entregues referentes cada etapa realizada.

III- O orientador/supervisor avaliará o trabalho apresentado pelo aluno dentro dos seguintes critérios:

- a) Quanto à forma e condução do trabalho;
- b) Quanto à qualidade do trabalho, consistência das informações apresentadas e conhecimento do assunto.

#### **Art. 9º - DOS DIREITOS E DEVERES DO ALUNO**

São direitos do aluno, além de outros assegurados pelo IFPR – Câmpus Palmas:

I- Dispor dos elementos necessários à execução de suas atividades, dentro das possibilidades do Câmpus;

II- Conhecer a programação das atividades a serem desenvolvidas;

III- Ser previamente informado sobre a forma de avaliação, bem como sobre o local, data e horário da entrega de seu relatório.

São deveres dos alunos, além de outros estabelecidos pelo Instituto e por lei:

I- Cumprir este regulamento;

II- Cumprir fielmente todas as normas e disposições referentes às atividades dos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II e III;

III- Comparecer às atividades de estágio, providos de todo material solicitado pelo professor orientador/supervisor, sendo: pastas, plano de elaboração, roteiro para execução dos trabalhos entregues pelo orientador/supervisor no início de cada semestre;

IV- Apresentar ao professor orientador/supervisor, nos prazos estabelecidos, os documentos que lhes forem solicitados, devidamente preenchidos e/ou elaborados;

V- Cumprir fielmente o seu Plano de Elaboração (roteiro), levando em consideração a legislação vigente no Estado em que o acadêmico optar pela constituição da empresa para as praticas do estágio;

VI- Submeter-se às avaliações previstas neste Regulamento, nos prazos e formas estabelecidas.

VII- Zelar pelos materiais disponibilizados: hardware; software entre outros materiais para sua organização das práticas do estagio.

#### **Art. 10º - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

I- Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis.

Este regulamento entra em vigor nesta data.

Palmas, fevereiro de 2012.

## ANEXO III

### REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS CÂMPUS PALMAS

Dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Câmpus Palmas.

#### Art. 1º - DA FINALIDADE DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

I- O componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso deverá proporcionar aos alunos conhecimento científico e prático no campo das Ciências Contábeis, a fim de prepará-lo para a reflexão crítica acerca do exercício da profissão contábil e da contabilidade.

#### Art. 2º - DA NATUREZA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

I- É uma dos componentes curriculares integrantes do currículo pleno do Curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná – IFPR Câmpus Palmas, obedecem ao que dispõe a Resolução nº. 10/2004, do Conselho Nacional de Educação, e são regidas por este regulamento.

II- O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso, consiste na elaboração de um artigo científico com orientação pedagógica contendo pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, conforme dispõe o Art. 9º da Resolução nº. 10/2004.

III- O artigo científico a que se refere o Art. 2º poderá ser desenvolvido pelo aluno nos seguintes temas, observados suas delimitações, conforme segue:

Área	Delimitação do tema
1 - Teoria da contabilidade	Discussão conceitual da contabilidade, das normas e dos princípios contábeis. Aplicação do pronunciamento conceitual básico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.
2 - Auditoria Contábil	Discussão conceitual e prática dos procedimentos de auditoria, visão do profissional de auditoria e importância deste ramo da contabilidade na gestão dos negócios públicos e privados.
3 - Perícia Contábil	Discussão conceitual dos aspectos históricos, legais, sociais e conceituais da perícia contábil. Classificações e finalidade.
4 - Contabilidade e análise de custos	Mensuração e análise de custos de produtos e serviços, discussão conceitual e prática dos métodos de custeio, importância dessa área para a gestão dos negócios.
5 - Análise das demonstrações contábeis	Mensuração e análise das demonstrações contábeis, objetivos, critérios, metodologias e técnicas usadas nas análises. Combinação de índices, relatórios de análise.
6 - Controladoria	Discussão conceitual da controladoria no âmbito de sua função e estruturação. A importância do planejamento e implementação. A informação e a elaboração de relatórios para uso interno e externo. A importância da contabilidade gerencial.
7 - Contabilidade pública e orçamento público	Discussão conceitual da contabilidade pública e sua aplicação. Responsabilidade fiscal e de gestão. A elaboração e controles do Orçamento público.
8 - Contabilidade tributária	Discussão conceitual e a aplicação da legislação tributária federal, estadual e municipal no ambiente interno das organizações. Obrigações acessórias vinculadas às informações da contabilidade tributária e fiscal.
9 - Contabilidade agropecuária	Discussão conceitual e análise do uso da contabilidade na gestão de empresas agropecuárias. Formas jurídicas de exploração em conformidade com a viabilidade do negócio na atividade rural.

#### Art. 3º - PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE PESQUISA

Os procedimentos técnicos de pesquisa a serem utilizados na elaboração do artigo científico devem ser os seguintes:

- 1) Estudo de caso: Quando envolver o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.
- 2) Pesquisa de campo: Quando a pesquisa envolver a observação de fatos e fenômenos que ocorrem na realidade com coleta de dados sobre os mesmos e tratamento destes dados.
- 3) Pesquisa documental: Quando a pesquisa envolver a análise de materiais que não receberam um tratamento analítico.

**Parágrafo Único:** Independentemente do tema ou do procedimento de pesquisa escolhido, a pesquisa bibliográfica é um procedimento de pesquisa obrigatório que antecede e oferece

sustentação para os resultados obtidos por meio dos procedimentos técnicos relacionados nos itens 1,2, e 3 deste artigo.

#### **Art. 4º - COORDENADOR DO CURSO E O TRABALHO DE CONCLUSÃO – TC**

Cabe ao Coordenador do Curso com relação ao Trabalho de Conclusão – TC:

- 1) Elaborar o regulamento do TC e submetê-lo a apreciação e aprovação do NDE do Curso de Ciências Contábeis;
- 2) Apresentar o regulamento do TC aos alunos do 8º semestre, no início do período letivo para que todos tomem conhecimento do mesmo;
- 3) Elaborar uma planilha com os nomes dos orientadores, suas áreas de orientação e suas disponibilidades de horários de orientação e apresentá-la aos discentes do 8º semestre no início do período letivo;
- 4) De acordo com as escolhas do orientando discentes, distribuir as orientações (aluno x orientador) e apresentar planilha de distribuição de orientações aos orientadores no início do 8º período letivo;
- 5) Substituir orientadores quando necessário;
- 6) Determinar a data de início e fim das orientações durante o semestre, bem como, as datas de cumprimento de prazos das atividades parciais de elaboração do artigo;
- 7) Indicar, quando necessário as normas de elaboração dos artigos e apresentá-las ao orientando (discentes), no início do 8º período letivo;
- 8) Fornecer gratuitamente os documentos formais exigidos por este regulamento ao discente orientando;
- 9) Coordenar as atividades inerentes às bancas de avaliação dos artigos apresentados;
- 10) Fazer cumprir este regulamento no que se refere aos critérios de avaliação dos artigos.

#### **Art. 5º - DA ORIENTAÇÃO**

I- O artigo no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso consiste na elaboração de fundamentação teórica que dará suporte à pesquisa. Bem como na apresentação dos resultados da pesquisa realizada e na apresentação das conclusões e recomendações apontadas pelo discente autor do artigo.

II- A orientação do artigo será exercida por professor do curso de Ciências Contábeis ou área afim do Câmpus Palmas, indicado pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis quando a primeira não estiver representada formalmente por um professor responsável.

III- A orientação do artigo será de forma direta e presencial da seguinte forma:

- 1) A partir da data inicial de orientação determinada pelo Coordenador de TC, o Orientador deverá reunir-se 01 (uma) vez por semana com o orientando;
- 2) O Orientador receberá pessoalmente o orientando no dia e hora acordados no início do período letivo e avaliará os textos até então produzidos pelo aluno, fazendo considerações e correções considerando a adequação gramatical, normativa, temática e autoral do texto, bem como, sua amarração com a problemática e objetivos elaborados.

IV- Cabe ao Professor/Orientador do artigo:

- 1) Participar da reunião de início de semestre promovida pela Coordenação do Curso;
- 2) Participar da reunião de orientadores promovida pela Coordenação do Curso e apresentar formalmente suas áreas de interesse de orientação, bem como, suas disponibilidades de horários semanais para esta atividade;
- 3) Programar as atividades a serem desenvolvidas e apresentá-las, no modelo de plano de ensino, ao orientando no primeiro dia de orientação agendado;
- 4) Iniciar a orientação a partir da data determinada pela Coordenação do Curso;
- 5) Orientar o orientando na elaboração do artigo, considerando as diretrizes e normas contidas neste regulamento;
- 6) Atribuir nota ao orientando de acordo com as normas e diretrizes deste regulamento;
- 7) Enviar ao Coordenador do Curso as notas parciais e o cumprimento de prazo dos discentes (orientando) nas datas determinadas;
- 8) Recomendar formalmente se seus alunos orientandos estão aptos ou inaptos à submissão dos artigos para Avaliação da Banca.

## **6º - NORMAS E DIRETRIZES DO ARTIGO**

- I- O artigo deverá ser elaborado considerando os seguintes requisitos mínimos de estrutura e forma:
1. Identificação do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, título do trabalho, nome do orientando, nome e titulação máxima do orientador, local e ano de elaboração final;
  2. Iniciar com resumo em língua portuguesa;
  3. Demonstrar o contexto atual do tema escolhido na introdução ao trabalho;
  4. Demonstrar o problema, expresso ou não, que será investigado na introdução ao trabalho;
  5. Determinar objetivo geral e objetivos específicos para o artigo;
  6. Delimitar o tema e elaborar um referencial teórico baseado nesta delimitação;
  7. Demonstrar os procedimentos de pesquisa;
  8. Determinar a amostra da pesquisa;
  9. Demonstrar os métodos de coleta de dados;
  10. Apresentar, de forma clara e contundente, os resultados da pesquisa;
  11. Apresentar conclusões que vincule os resultados da pesquisa com os objetivos do artigo;
  12. Demonstrar as referências utilizadas no artigo que deram suporte as ideias expostas nele;
  13. Anexar documentos utilizados no artigo e considerados relevantes para apresentação deles como anexos pelo orientador ou pela banca de avaliação.

**Parágrafo Único:** O artigo deverá ter entre 15 e 30 páginas, desconsiderando a capa e seguir o modelo definido ao final deste regulamento.

II- As normas que dizem respeito à elaboração da redação nos seus aspectos formais e estruturais serão apresentadas ao Orientando e ao Orientador pelo Coordenador do Curso, antes da data determinada pelo mesmo para o início das atividades de orientação.

III- As normas referidas poderão ser de elaboração própria do IFPR ou de outros autores, desde que atendam aos requisitos mínimos apresentados neste regulamento.

## **Art. 7º - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

I- A aprovação do artigo é pré-requisito para o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso.

II- A avaliação do componente curricular será a partir da média da Avaliação da Banca.

III- A banca deverá ser composta pelo professor orientador como presidente da sessão e por 2 (dois) professores convidados pela Coordenação do Curso.

IV- A banca poderá aprovar o aluno de forma condicionada às alterações e melhorias que se fizerem imprescindíveis ao trabalho. Assim, será concedido um prazo para que tais alterações e melhorias sejam feitas. Caberá ao Orientador do trabalho e ao Coordenador do Curso, depois de analisadas as alterações e melhorias feitas, ratificar ou não a aprovação do aluno, bem como atribuir a média final.

V- A banca terá caráter público e não caberá pedido de revisão de nota.

VI- A constatação de plágio incorrido implica na reprovação automática do aluno no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso.

## **Art. 8º - DOS DIREITOS E DEVERES DO ALUNO ORIENTANDO**

São direitos do aluno orientando, além de outros assegurados pelo IFPR:

- 1) Ter acesso a este regulamento, inclusive para efetuar download do mesmo;
- 2) Escolher a área, de acordo com o Art. 2º deste regulamento, para elaboração do seu trabalho;
- 3) Ter acesso ao diálogo com o Coordenador do Curso;
- 4) Participar de atividades inerentes à elaboração de seu artigo, promovidos pela Coordenação do Curso;
- 5) Encontrar-se de forma presencial com seu Orientador pelo menos 1 (uma) vez por semana a partir da data de início das atividades de orientação até a data final destas mesmas atividades determinadas pela Coordenação do Curso;
- 6) Ter acesso ao planejamento das atividades de elaboração do artigo elaborado por seu Orientador;
- 7) Ter acesso ao controle de sua frequência nas orientações;
- 8) Ser previamente informado sobre a composição da banca de avaliação, bem como a data, horário e local de realização da mesma;
- 9) Ao final da banca pública, ter acesso à sua aprovação ou não aprovação.

São deveres dos alunos, além de outros estabelecidos pelo IFPR:

- 1) Conhecer e cumprir este regulamento em sua íntegra;
- 2) Escolher a área, de acordo com o Art. 2º deste regulamento, para elaboração do seu TC;
- 3) Participar de atividades inerentes à elaboração de seu artigo, promovidos pela Coordenação de TC;
- 4) Ter um orientador ou orientadora, escolhido pela Coordenação do Curso;
- 5) Encontrar-se de forma presencial, na data agendada no planejamento das atividades de orientações, com seu Orientador pelo menos 1 (uma) vez por semana a partir da data de início das atividades de orientação até a data final destas mesmas atividades determinadas pela Coordenação do Curso;
- 6) Conhecer o planejamento das atividades de elaboração do artigo elaborado por seu Orientador;
- 7) Cumprir os prazos referidos neste regulamento;
- 8) Ao final da banca pública, assinar a Ata de Realização de Banca de Avaliação.
- 9) Responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros quando das citações, cópias ou transcrições de trechos de outrem.

**Art. 9º - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

I- Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado ou pelo NDE do Curso de Ciências Contábeis.

Este regulamento entra em vigor nesta data.

Palmas, janeiro de 2012.

## ANEXO IV

### QUADRO DE ORIENTAÇÃO PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS CÂMPUS PALMAS

Atividades	Horas totais e limites	Documento comprobatório
Elaboração e apresentação de artigo científico na semana acadêmica do curso de Ciências Contábeis, de Administração e de Sistemas de Informação.	20h/ artigo, até 4 artigos	Certificado ou cópia do artigo
Publicação de artigo científico em revistas científicas.	50h/ artigo, até 2 artigos	Certificado ou cópia do artigo
Desenvolvimento de estágio não obrigatório na área de Ciências Contábeis.	20h por ano, até 2 anos durante o curso	Declaração e cópia do contrato
Ministrar palestras, minicursos e seminários nas áreas de Contabilidade.	25h/ participação, até 3 participações	Certificado
Monitoria na organização de eventos relacionados com o Curso.	Cf. comprovante, até 2 eventos	Certificado
Participação em cursos, treinamentos, palestras relacionadas com a área de Ciências Contábeis.	Cf. comprovante, até 50 horas	Certificado
Participação em cursos, treinamentos, palestras de outras áreas.	Cf. comprovante, até 20 horas	Certificado
Monitorias no Curso de Ciências Contábeis.	30h por ano, até 2 anos	Certificado
Representante dos alunos no Colegiado do Curso.	Cf. presenças em reuniões, até 2 anos	Portaria e Declaração
Atividade profissional nas áreas de contabilidade.	20h/ ano, até 2 anos	Declaração e cópia da CTPS
Participação em atividades culturais e recreativas.	Cf. comprovante, até 20 horas	Certificado ou Declaração
Visitas programadas por professores do curso de Ciências Contábeis.	Cf. comprovante, até 20 horas	Certificado ou Declaração
Prestação de serviços eleitorais	Cf. comprovante, até 20 horas	Certificado ou Declaração

Estas orientações entram em vigor nesta data.

Palmas, janeiro de 2012

**ANEXO V**  
**ORGANOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR/2015 E PRÉ-REQUISITOS**

